Ernani Ayrosa da Silva

Memórias de um Soldado

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
- 1881 -

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General de divisão VALENTIM BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Comandante do Exército
General de exército Enzo Martins Peri

Departamento de Educação e Cultura do Exército
General de exército Ueliton José Montezano Vaz

Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
General de brigada Marcio Roland Heise

Diretor da Biblioteca do Exército
Coronel Eduardo Scalzilli Pantoja

Conselho Editorial

Presidente
General de brigada Aricildes de Moraes Motta

Beneméritos
Coronel Nilson Vieira Ferreira de Mello
Professor Arno Wehling

Membros Efetivos
General de exército Gleuber Vieira
General de exército Pedro Luís de Araújo Braga
Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes
General de divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes
General de brigada Geraldo Luiz Nery da Silva
General de brigada Sergio Roberto Dentino Morgado
Coronel de artilharia Luiz Sérgio Melucci Salgueiro
Professor Guilherme de Andrea Frota
Professor Paulo André Leira Parente
Professor Wallace de Oliveira Guirelli

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2519-5716 – Fax (55 21) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Homepage: http://www.bibliex.ensino.eb.br

Ernani Ayrosa da Silva

Memórias de um Soldado

2ª edição

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro
2013

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO Publicação 900

Coleção General Benício Volume 502

Copyright © 2013 by Biblioteca do Exército

Coordenação Editorial: Paulino Machado Bandeira
Rogério Luiz Nery da Silva

Revisão: Suzana de França, Marcio Costa e Ellis Pinheiro
Capa e Diagramação: Leonardo Dessandes

Foram feitos todos os esforços para a identificação dos responsáveis pela elaboração das fotos que ilustram o texto. Caso algum leitor tenha conhecimento de seus autores, favor entrar em contato com a Direção da Bibliex cujo compromisso é o de lançar os respectivos créditos na próxima edição.

S586 Silva, Ernani Ayrosa da, 1915-
Memórias de um soldado / Ernani Ayrosa da Silva. – 2.ed. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.
224 p.: il.; 23 cm. – (Biblioteca do Exército; 900. Coleção General Benício; v. 502)

ISBN 978-85-7011-535-5

1. Silva, Ernani Ayrosa da, 1915-. 2. Guerra mundial,1939-1945 – Narrativas pessoais brasileiras. I. Título. II. Série.

CDD 923.5

Impresso no Brasil Printed in Brazil

Se eu esperasse a perfeição,
este livro não seria terminado nunca.

Tai T'ung

Lembrei-me com carinho de:
Meu pai Homero
Minha mãe Violeta
Minha irmã Iracema
Meu cunhado Carlos
Meus sobrinhos Márcio, Reinaldo e Roberto
Meus filhos Fernando e Moisés
Meus netos Ronald e Rodrigo
Meu afilhado João

Apresentação

Memórias de um soldado, do general de exército Ernani Ayrosa da Silva, não é uma obra autobiográfica: trata-se de um testemunho.

Os fatos selecionados e narrados por ele em cada capítulo são mais importantes que os detalhes relevantes da carreira profissional. Ficou clara sua intenção de transmitir ao leitor experiências de vida que não podem ser perdidas ou esquecidas.

O principal objetivo do autor foi narrar suas recordações para os jovens militares ávidos por experiências e estímulos. Pretendeu ainda homenagear os amigos e companheiros de longa jornada vivida intensamente na paz e na guerra.

Na leitura deste livro, o leitor encontrará ensinamentos e exemplos de verdadeiro soldado, herói e líder.

O texto mostra de forma límpida a trajetória de um homem que sonhou, amou, perdeu e venceu.

É o registro da história de um militar que balizou todas as suas decisões pelo rigoroso cumprimento do dever: dedicar-se aos semelhantes e à Pátria.

No relato do general Ayrosa, os fatos ladeiam as emoções. Os indispensáveis registros históricos são descritos como forma de

demonstrar que a grandeza de viver um momento, seja de alegria ou de dor, está na humildade, na perseverança e no espírito de servir.

Na conclusão do livro, o inesquecível chefe militar deixa-nos "na linguagem das fábulas" a lição do sentimento que deve marcar o término da caminhada pela vida: a gratidão.

A iniciativa da Biblioteca do Exército de reeditar esta obra é oportuna em um momento no qual a juventude brasileira tanto carece de exemplos de civismo, ética, dedicação, amor ao próximo e superação.

Roberto Itamar Cardoso Plum

Apresentação da 1ª edição

O grande e indiscutível mérito destas *Memórias de um soldado*, depoimento do general de exército Ernani Ayrosa da Silva sobre as reminiscências de sua vida, está precisamente na autoridade e na expressão militar do próprio autor, uma vocação de soldado percorrida em linha reta no Exército, de menino do Colégio Militar à chefia do Estado-Maior do Exército como general de quatro estrelas, depois de haver sido, como capitão – o maior posto atingido quando o soldado se afirma na carreira –, grande herói destacado nas fileiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e combatente do glorioso 6º Regimento de Infantaria.

E isso, desde as primeiras ações de nossa FEB, a começar da conquista de Camaiore, em 18 de setembro de 1944, até o Combate de Fornovo, em 29 de abril de 1945, valeram-lhe a primeira Silver Star, conferida em campanha pelo general Mark Clark, comandante do V Exército norte-americano, e a segunda, fruto de seu destemor, espírito de iniciativa e liderança, em circunstâncias dramáticas que o fizeram prisioneiro dos alemães, depois resgatado pela evolução favorável das operações.

Entre as excepcionais condecorações que o glorificaram na guerra figura a Medalha Sangue do Brasil, outorgada em razão dos graves ferimentos sofridos naquele combate. Ressalte-se que o então

capitão Ayrosa já fora ferido, em setembro de 1944, no ataque sobre Lama e Lama di Sotto, mas ocultou seus ferimentos a fim de não ser impedido de continuar no comando de sua tropa.

O marechal Mascarenhas de Moraes, com sua autoridade mais alta e abrangente, deixou-nos como legado maior o livro mestre daquela homérica expedição da FEB, relembrada nesta obra por um dos seus mais respeitáveis e destacados combatentes, pela bravura, sangue-frio, caráter impoluto e virtudes morais de verdadeiro soldado e líder, comprovados pelos elogios de seus chefes mais autorizados.

Nisso está, sem dúvida, notável valor de seu depoimento sobre a história da FEB, em páginas destinadas aos leitores de hoje e, sobretudo, do futuro, além de preciosa contribuição para a preservação da autenticidade. É fonte de civismo destinada às gerações porvindouras porque a presente ainda a guarda muito viva no espírito, quando o Brasil festeja as glórias da FEB e sua participação vitoriosa no 40º aniversário da memorável luta que libertou o mundo, então sob a ameaça de ser amordaçado em seus anseios de liberdade pela dominação do nazifascismo.

Ernani Ayrosa da Silva relata a história de sua formação no Exército e evoca passagens que constituem valioso depoimento sobre a carreira militar, abraçada pela vocação despertada aos seis anos de idade. Ele próprio nos conta neste livro que a Biblioteca do Exército completa e documenta para o futuro a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em um Teatro de Operações da Europa, acontecimento inédito de nossa história militar. Este deve ser contado e recontado por meio de testemunho e em obras de seus participantes mais credenciados, na forma de depoimento e autêntica mensagem do Exército no qual se formaram, destinada a servir de lições de civismo ao Exército das novas gerações.

Foi o que pude concluir, depois da leitura deste oportuno relato da história de vida militar de seu autor, com observações, comentários e reminiscências de um soldado a quem muito ficou devendo o Exército, não apenas pelos exemplos como pela experiência da guerra que trouxe da Campanha da Itália para beneficiar a atualização do nosso Ensino Militar e contribuir até o fim da carreira, já como chefe do Estado-Maior do Exército.

General Ayrosa alude ao meu nome nesta obra ao narrar o conflito de consciência que o teria levado a encerrar a sua brilhante carrei-

ra, e isso não fez em razão de minha intervenção por dever funcional, diante de sua nobreza quanto ao dilema do caráter que o angustiava. Esse episódio o punha entre cumprir o dever do regulamento ou o dever de filho exemplaríssimo, o que me fez ainda mais admirá-lo.

Pude superar o episódio, em nome do interesse do Exército, que não deveria interromper a carreira de um militar e de um caráter da sua estatura moral, por ter sempre entendido que o "regulamento é uma trilha, e não um trilho", na condução dos problemas não previstos, os quais se apresentam, sobretudo, os de sentido moral e humano.

Deixo aqui sobre o episódio meu depoimento e testemunho em homenagem ao traço predominante na personalidade e no caráter do autor destas *Memórias de um soldado*.

A. de Lyra Tavares

Recordações

Os episódios aqui enunciados sublimam alguns momentos de minha vida que se inicia nos tenros anos que cursava o Colégio Militar do Rio de Janeiro e vai aconchegar-se na privacidade dos anos finais de uma existência plena de experiências. Saudades, carinhosas recordações ficaram como o saldo de uma dedicação diuturna, na qual sempre procurei decisões que atendessem aos mais altos interesses de minha Pátria e de meu Exército.

Os momentos de sofrimentos e tristezas, agora abrandados pelo tempo, foram vividos com resignação, e os momentos de júbilo e exaltação, recebidos com a humildade convicta da transitoriedade das glórias humanas. Os que me honrarem com sua leitura estejam certos da grandeza com que cada um deles foi vivido e da gratidão que tenho por DEUS por me haver agraciado com tais oportunidades.

Ofereço estas "Recordações" ao
CADETE DO BRASIL
em particular aos "meus CADETES",
cujo idealismo, entusiasmo e fraterna amizade foram inspiração constante de toda minha vida militar.

Sumário

Apresentação 09
Apresentação da 1ª edição 11
Prefácio 21
Primeira Parte – Fatos marcantes da minha formação 25
Origem: uma possível vocação 27
Porta-estandarte da Escola Militar 30
Convite para ser instrutor da Escola Militar 33
Campeão de tiro em 1941 36
Problemas do cadete X, em 1942 39
O ingresso na FEB 43

Segunda Parte – Conversa ao pé do fogo 49
Ambientação 51
A partida do Rio de Janeiro no dia 29 de junho de 1944 53
Visita a Roma 56
Exercício com tiro real 59
Tomada de Camaiore 64
Ataque de Barga 72
Chegada ao Vale do Reno (Rota 64) 78

O segundo encontro com o general Mark Clark . 80
Pequenas estórias de inverno 82
Ataque de Castelnuovo (Di Vergato) 90
Ruptura da linha alemã em Castel D'Aiano 94
Quatro estórias sentimentais 102
Chegada ao Brasil 109

Terceira Parte – Da FEB à Revolução de 1964 113
Apresentação ao ministro da Guerra – primeira comissão após a guerra 115
Dez anos de vida 119
Da Secretaria do Conselho de Segurança à Escola Superior de Guerra 123

Quarta Parte – Depois da Revolução de 31 de março de 1964 ... 129
Curta permanência no I Exército e nomeação para o Colégio Interamericano de Defesa 131
O Comando no 2º Batalhão de Infantaria Blindada 136
II Exército (São Paulo) 140
Diretoria de Armamento e Munição 145
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais 148
Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento 157
Comando na Amazônia 160
No Departamento de Ensino e Pesquisa 169
No Estado-Maior do Exército 170

Quinta parte – Despedidas 175
Da Academia Militar das Agulhas Negras 177
Da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais 182
Entrega de espadas aos aspirantes da AMAN, em dezembro de 1980 184
Homenagem no 24º BIB e outras despedidas 185
O que o Exército significou para mim 187
À guisa de epílogo 192

Anexos 193
Alocução proferida pelo major Domingos Cordeiro Fonseca de Mattos, oficial-aluno mais antigo da turma da EsAO de 1972 195
Palestra proferida no Colégio Militar de Manaus por ocasião da formatura da 3ª série científica, em 16 de dezembro de 1976 199
Palavras de despedidas do Comando Militar da Amazônia 202
Alocução proferida por ocasião de minha assunção na Chefia do Estado-Maior do Exército, em 28 de junho de 1979 204
Entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, em Brasília, no dia 16 de fevereiro de 1980 211
Excertos das saudações aos novos generais que, por dever de ofício, é da responsabilidade do chefe do Estado-Maior do Exército 215
Palavras proferidas no Clube do Exército, em Brasília, por ocasião de minha despedida do serviço ativo do Exército 222

Prefácio

No idealismo de meus 18 anos, tomei conhecimento, por notícias de jornais e revistas, da estupenda atuação do então capitão Ayrosa, na FEB, que atuava na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Era sem favor algum um dos mais destacados combatentes brasileiros.

Imaginava-o alto, espadaúdo, cabeleira espessa e revolta, voz tonitruante e atitudes intempestivas; um verdadeiro Ulisses moderno.

Fui conhecê-lo, mais de 20 anos depois, na Divisão Blindada, sediada nas proximidades da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Ele, coronel já bem antigo, comandava o 2º Batalhão de Infantaria Blindado e eu, tenente-coronel moderno, chefiava a 4ª Seção (Logística) da Divisão.

Encontrei um coronel de altura média, cabelos escassos, moderado de atitudes e extremamente educado; foi quase uma pequena decepção...

Os tempos se passaram e, pouco a pouco, fui-me familiarizando com sua personalidade. Apresentava uma liderança efetiva sobre os comandados, jamais imposta, mas dia a dia conquistada pela integridade de caráter e correção de atitudes. Seus subordinados, acreditando integralmente no chefe, seguiam-no sem hesitações em qualquer direção que ele lhes determinasse. Há que ressaltar que vivíamos uma época tumultuada, na qual a anarquia vinha sendo paulatinamente instilada

na Nação pelos comunistas e que desaguou na reação do Governo com o Ato Institucional nº 5. Pois bem, o batalhão do coronel Ayrosa viveu mais tempo nas ruas, debelando badernas que eram verdadeiras guerrilhas, propriamente no interior de seu quartel. E apesar do tremendo esforço, da tensão constante, do risco de vida, todos seus soldados seguiam-no incondicionalmente. Nós, demais componentes da Divisão Blindada, quando desejávamos ligação com o coronel Ayrosa sabíamos que o encontraríamos sempre no local de maior perigo.

Em uma dessas ocasiões, encontrei-o cercado por uma turba subversiva, na esquina da rua Uruguaiana com a av. Presidente Vargas. Temendo por sua segurança, com outros companheiros fomos abrindo caminho, quase à força, até o interior da pequena multidão. Lá, o coronel Ayrosa, acompanhado de um único ordenança, dialogava com absoluta tranquilidade com os líderes eventuais daquele movimento. E, pasmem, todos estavam ouvindo com atenção. Não é necessário afirmar que a situação foi controlada sem baixas...

Passados alguns meses, já com o privilégio de sua amizade, perguntei-lhe à queima-roupa:

– Coronel, como foi que o senhor se tornou herói na guerra? Olhou-me surpreso, quase melindrado em sua imensa modéstia:

– Não fui herói, respondeu-me. Nada mais fiz do que cumprir ordens. Não as ponderei e sequer raciocinei sobre o acerto delas; cumpri-as.

Eis uma forma de ser herói: ser um verdadeiro soldado! Tenho certeza de que os 14 anos em que permaneci ligado profissionalmente ao general Ayrosa permitiram-me conhecer, com alguma exatidão, a personalidade deste chefe militar.

Possuidor de força de vontade férrea, impunha-se uma vida austera, quase monástica, em que até os atos sociais eram rigorosamente limitados.

Decidia com presteza e acerto e assumia todas responsabilidades de seus atos, mas dava plena liberdade de trabalho aos subordinados. Já general de exército, mantinha a mesma simplicidade de ação de seus tempos de tenente. Apertava a mão do soldado por ocasião do cumprimento diário com a mesma naturalidade com que colocava o braço sobre o ombro de um amigo enquanto conversava. Mas, se era informal no trato pessoal, cumpria, com exata retidão, o cerimonial militar. Nele coexistiam com perfeição as posturas do cidadão e do soldado.

Em um dos raros momentos em que se descontrolou e chamou a atenção com certa rispidez de um oficial, preocupou-se, a seguir, em saber se havia sido rígido demais. Quando seus auxiliares convenceram-no de que o oficial era um homem íntegro, chamou-o imediatamente a seu gabinete e, na presença de diversas testemunhas, desculpou-se pelo ocorrido.

Só os grandes espíritos são capazes de tal atitude...

Há cerca de um mês e meio, meu telefone tocou:

– Waltencir, aqui é o Ayrosa. Estou remetendo meu livro para você ler. Poderia prefaciá-lo?

Agradeci comovido a honraria, mesmo achando, sem falsa modéstia, que a escolha não havia sido das melhores.

Eis o prefácio quase terminado. Ao relê-lo verifiquei não haver falado nada sobre o livro, que se torna uma realidade, depois de mais de uma década desejado por seus amigos. Instamos inicialmente por um relato restrito a sua participação na guerra e destinado ao público militar.

Houve por bem o general Ayrosa transformá-lo em rápido flash de sua vida, de adolescente ao término da trajetória profissional.

Considero que a edição de *Memórias de um soldado* virá ocupar importante lugar nas recordações da FEB, além de ser verdadeiro hino ao cumprimento do dever, e a ratificação de uma firme e esclarecida posição anticomunista.

Contudo, é preciso esclarecer que o livro não chega a ser uma autobiografia, pois os episódios e reflexões nele contidos não definem a existência rica de desprendimento, abnegação e amor ao próximo do soldado, cidadão e herói Ernani Ayrosa da Silva.

Brasília, 27 de novembro de 1984

Waltencir dos Santos Costa

Primeira Parte

Fatos marcantes da minha formação

Origem – Uma possível vocação

Porta-estandarte da Escola Militar

Convite para ser instrutor da Escola Militar

Campeão de tiro em 1941

Problemas do cadete X em 1942

O ingresso na FEB

Origem – uma possível vocação

Dos meus quatro avós, três eram de origem europeia. Minha mãe, Violeta, era filha de Cândida Júlia Neff Ayrosa e José dos Santos Ayrosa. A vovó "Candinha", como chamada, era filha de alemães, porém carioca da Tijuca. Morava em uma grande chácara da rua Haddock Lobo, a qual mais tarde cedeu lugar ao Colégio Paula Freitas. Mulher culta, altiva e elegante, deu exemplos de virtudes à grande prole que teve com o vovô Ayrosa, comerciante português originário de grande família da região do Porto.*

Meu pai, Homero, era filho de Maria Angélica de Mattos Silva e João Baptista da Silva Lisbôa. Minha avó Maria Angélica, Mariquinhas, perdeu o pai ainda menina, e sua mãe contraiu segunda núpcias com o comendador Quartin de Moraes, senhor de engenho da região de Campos, no Estado do Rio. Em razão de grande afeição dela pelo padrasto, adotou, em todos os filhos, o nome de Moraes, em sua homenagem.

Desse modo, toda a família ficou sendo Moraes Silva. Daí o nome de meu pai: Homero de Moraes Silva. Com o casamento, minha avó teve também uma grande prole. Meu pai era o filho mais moço e tinha menos 18 anos que seu irmão mais velho, Alfredo, cuja participação foi marcante

---

* Quando a minha passagem por Portugal, em 1979, fui visitado pelo monsenhor Ayrosa, sobrinho de meu avô.

na vida de toda a família, em particular na minha vida e formação. Ele foi meu padrinho de batismo, de crisma e de espada, quando concluí a Escola Militar. Tio Alfredo foi, sem favor, uma figura extraordinária para toda a família.

Meu avô paterno foi João Baptista da Silva. Era português de Lisboa e, ao vir para o Brasil ainda rapaz, teve grande prosperidade em suas atividades. Em virtude da existência de um homônimo, requereu em juízo a alteração de seu nome, acrescentado ao original a palavra Lisbôa: João Baptista da Silva Lisbôa. Dada a sua prosperidade, recebeu o título superior do Império e, residindo em São Cristóvão, no prédio em que hoje está instalado o Observatório Nacional, chegou ao conforto de ter às suas expensas um batalhão que prestava serviços com as tropas imperiais. Foi marcante seu entusiasmo pela vida militar. O garbo que ostentava com seus fardões foi motivo de comentários por toda a família, por longo tempo. Não o conheci. Quando ele faleceu, meu pai já era casado, porém só nasci alguns anos mais tarde,

A influência do vovô se manifestou em particular na formação do filho mais velho – tio Alfredo. Ele foi cadete de primeira categoria, por ser filho de membro superior do Império, e participou da carreira militar até o posto de capitão. Na Revolta de Floriano, depois de cumprir todas as missões, demitiu-se do Exército e foi ser comerciante de primeira classe, no Rio. Embora fora do Exército, tio Alfredo, conhecido como "Barãozinho" em todo São Cristóvão, pela vida faustosa e requintada que levava, nunca se afastou de seus companheiros de farda e era um ardoroso admirador das Forças Armadas.

Quando nasci, tio Alfredo já tinha dois filhos adultos e devidamente orientados, em suas profissões civis. Com o meu ingresso no Colégio Militar, ele passou a alimentar esperança de eu me encaminhar para a profissão das armas. Inicialmente era meu desejo incorporar-me à Marinha de Guerra. Não fosse um choque anafilático causado por uma injeção mal aplicada quando era aluno do quarto ano, provavelmente hoje seria almirante. Ao completar os seis anos do Colégio, concluí que a melhor opção nas Forças Armadas seria o Exército.

É oportuno que se faça a essa altura um comentário em relação aos tempos que vivíamos na década de 1930. As profissões civis, por não apresentarem alto nível de especialização, ocupavam um lugar discreto em nossa sociedade. Somente aqueles que alcançavam grande sucesso eram

destacados em tais profissões. Nesses tempos, as Forças Armadas distinguiam-se no ambiente social do País. Desde muitos anos que a sociedade considerava uma família bem-sucedida aquela que, em seu seio, possuía um sacerdote ou um militar. O cadete do Exército e o aspirante da Marinha eram cortejados por inúmeras famílias, que os consideravam um "bom partido" para suas filhas casadoiras. Nesse ambiente, terminei o curso do Colégio Militar, em dezembro de 1933. Sem grandes dificuldades, transferi-me para a Escola Militar do Realengo.

Depois da Revolução de 1930, assumiu o comando da Escola o extraordinário general José Pessoa, comandante de grande visão administrativa, o qual realizou completa transformação na situação do cadete. A começar por essa denominação, título que caracterizava o estudante militar do Império; substituiu ainda o uniforme pelo que até hoje é usado, o qual refletia as diversas tradições de nossa formação histórica; instituiu o uso do espadim de Caxias, miniatura da espada do patrono do Exército; procurou levar o cadete para o convívio da sociedade, afastando-o, o mais possível, da permanência nos arredores da Escola, nos dias de folga. Desejava, com tudo isso, o ilustre chefe militar elevar a condição social do cadete e adequá-lo para frequentar, com a mesma desenvoltura, o pátio de um quartel, uma pista de equitação, uma quadra de tênis ou um salão de recepção. Queria preparar o cadete do Exército Brasileiro para uma situação semelhante aos cadetes da França e dos Estados Unidos.

Em março de 1934, 20 dias depois de meu ingresso na Escola, esta se sublevou reagindo à implantação de novo regulamento criado pelo comandante, o qual previa o exame de saúde todos os anos. Com isso, vários cadetes do 3º ano (último naquela época) seriam desligados por não possuírem, como na admissão, visão perfeita. Infelizmente, com a situação criada pelo Corpo de Cadetes, foi instaurado inquérito pelo ministro da Guerra e substituído o comando da Escola.

Encerrava-se assim um dos ciclos mais evolutivos da vida da Escola Militar, cujos reflexos foram se projetando durante muitos anos, em particular quando mudou sua sede para Resende, ideia também levantada pelo general Pessoa, talvez com pequenas modificações.

Em abril, tranquei matrícula para me submeter a uma intervenção cirúrgica. Depois da recuperação, me inscrevi em um curso da Escola Politécnica do Largo de São Francisco, no qual frequentei até dezembro as aulas regulamentares. Esse afastamento da Escola Militar

pelo período de oito meses constituiu-se em fator decisivo para a minha orientação futura quando em janeiro de 1935 precisei escolher entre ser acadêmico de engenharia ou voltar a ser cadete. Não tive qualquer dúvida, e o entusiasmo com que retornei aos quartéis do Realengo foi a ajuda importante para aceitar com estoicismo todas as dificuldades e agruras da vida do cadete e me conduzir por um período de três anos plenos de felicidade e de afirmação para a minha vida de rapaz.

Hoje, ao relembrar os ditosos dias do Realengo, ainda me emociono com a saudade de meus companheiros, cada um com sua característica pessoal; uns alegres, outros sóbrios; uns voltados para o esporte, outros só pensando na parte intelectual; uns violentos, sempre dispostos a uma peleja, outros conciliadores; uns namoradores, outros chegados a compromissos sérios. Essa mescla de tipos, submetidos a uma vida dura e responsável, construiu monolítico bloco que foi a turma de 1937 do Realengo. A guerra, levando 40% de seus componentes aos campos de batalha da Itália, foi o toque final de perene união.

Porta-estandarte da Escola Militar

Constitui-se uma das maiores honrarias que um cadete pode receber quando cursa a Academia Militar das Agulhas Negras (no meu tempo, Escola Militar do Realengo) ser o porta-estandarte do Corpo de Cadetes. Já vem de longe a tradição que confere a ele destaque especial. Poemas têm sido escritos exaltando a significação do porta-estandarte durante as campanhas de guerra. O próprio regulamento do cerimonial militar brasileiro prescreve que o Pavilhão Nacional deve ser conduzido nas cerimônias cívicas pelo oficial mais jovem da Unidade. O Duque de Caxias, Patrono do Exército Nacional, foi Porta-Estandarte da Guarda do Imperador.

A nossa Escola Militar por ocasião de sua reestruturação depois da Revolução de 1930, tendo como seu comandante o coronel José Pessoa,

não só adotou o uniforme tradicional do tempo do Império como instituiu o Pavilhão do Corpo de Cadetes, que deveria ser conduzido pelo primeiro aluno. Nos idos de 1930, a Escola tinha seu curso dividido em três períodos anuais. Da data de declaração de aspirantes, por conclusão do curso e recebimento da espada de oficial, o primeiro aluno que havia terminado o segundo ano recebia o pavilhão da Escola das mãos do jovem aspirante que o vinha conduzindo e portava-o durante todo o restante da sua vida escolar. Essa cerimônia se repete ao final de cada ano. As solenidades cívicas tinham a presença dos dois pavilhões: o Nacional, conduzido pelo oficial instrutor mais jovem; o escolar, pelo primeiro aluno da Escola. Ambos, com uma Guarda de Honra, eram incorporados à tropa na presença do Batalhão Escolar, ao som do Hino Nacional. Não existe qualquer oficial que não se recorde, com especial emoção, da magia cívica existente naqueles momentos.

Algumas vezes, a exigência de nos apresentarmos nas primeiras horas do dia para desfilar na avenida Rio Branco obrigava-nos a incorporar a Bandeira à tropa ainda à noite, e essa cerimônia, totalmente às escuras, era conduzida sob grande emoção, particularmente quando ouvíamos a batida cadenciada dos saltos dos sapatos dos cadetes que constituíam a Guarda dos Pavilhões. Durante a execução do Hino Nacional, com frequência, viam-se lágrimas correrem nas faces dos cadetes.

Na minha turma, que terminou o curso em 1937, o primeiro aluno foi o cadete Hilnor Canguçu Taulois de Mesquita, conhecido entre os companheiros como Canguçu. Era um dos mais queridos de toda a turma. Inteligente, bom amigo, simples no trato, frequentemente reunia os companheiros com alguma dificuldade e repetia as aulas, procurando esclarecer os pontos que haviam deixado dúvidas. Entretanto, não se preocupava muito com a parte esportiva.

Comentava-se na Escola, como tradição folclórica, que os mais altos graus conquistados em todos os tempos por um cadete pertenciam a Luiz Carlos Prestes. Canguçu, algumas dezenas de anos depois, teria ultrapassado os graus de Prestes. Ele fora também o primeiro aluno da Escola e pertencia ao curso de Infantaria.

Ao término do primeiro semestre, os instrutores chefes dos cursos escolhiam, entre os alunos do terceiro ano, aquele mais distinto, e a este era conferida a medalha Caxias. Normalmente, a recebia o primeiro aluno da Escola. Na minha turma, isso não ocorreu. Concederam

a medalha ao cadete Roberto Ulhoa Cavalcante, primeiro aluno do curso de Engenharia e segundo da Escola. Esse fato magoou profundamente o nosso querido companheiro Canguçu, levando-a decidir que, se não lhe concediam a medalha Caxias, a ele também não caberia conduzir o Estandarte da Escola. Seus companheiros e amigos tudo fizeram para demovê-lo dessa atitude; porém, irredutível, declarou-se doente e baixou à enfermaria da Escola na noite da véspera da primeira cerimônia em que deveria portar o Pavilhão Escolar.

Na madrugada do dia seguinte, quando o corpo de cadetes ultimava os preparativos para a formatura do Dia do Soldado, os oficiais da Escola constataram sua ausência.

Parecia a todos que a solução natural seria passar o Estandarte ao segundo aluno, isto é, ao cadete Ulhoa Cavalcante; no entanto, os oficiais da Infantaria assim não entenderam e alegaram que o Estandarte pertencia a essa Arma e com ela deveria continuar.

Foi então que, nos últimos instantes dos preparativos da formatura, quando o Batalhão de Infantaria já aguardava a chegada da Guarda à Bandeira, fui surpreendido com a ordem de apresentar-me com toda urgência ao comandante do Batalhão, major Ciro do Espírito Santo Cardoso, devendo antes entregar meu fuzil na reserva de armamento. No Posto de Comando (PC) do Batalhão, recebi ordem de procurar imediatamente o tenente Murilo Valporto de Sá, condutor do Pavilhão Nacional.

Fui finalmente posto a par do motivo daquela correria que me provocava diversas especulações: fora decidido que o Estandarte Escolar deveria permanecer no Curso de Infantaria e caberia a mim a honra de conduzi-lo.

Foi um momento de especial emoção na minha vida de cadete, que vivia cada situação da Escola com respeito e encanto, animado pelo ideal consciente de cumprir todas as missões que recebesse na aspereza e austeridade de uma carreira livremente escolhida. Tive também consciência da repercussão daquele veredicto do destino, o qual provocava alegria nos amigos mais próximos e desgosto nos que pensavam na possível escolha pelo critério de apadrinhamento.

O privilégio de ser o Porta-Estandarte da Escola conquista-se pelos próprios méritos. Em toda as cerimônias militares que enriqueceram minha vida de soldado, aquele 25 de agosto de 1937 teve o especial significado da primeira vitória.

Convite para ser instrutor da Escola Militar

Depois do recebimento da espada de oficial, em 22 de novembro de 1937, fui classificado no Batalhão-Escola. Lá, permaneci três anos, um como aspirante e dois como segundo-tenente. Em dezembro de 1940, promovido a primeiro-tenente, uma antiga estória regula minha nova classificação. Quando era cadete, no término do segundo ano, realizaram-se as manobras escolares. No curso de Infantaria, fui o único cadete que obtivera grau 10. No período das férias regulamentares, foi classificado como subdiretor do ensino profissional da Escola Militar o major Tristão de Alencar Araripe. Esse oficial superior era um dos mais destacados na formação militar do Exército, no julgamento dos métodos implantados pela Missão Militar Francesa. Tinha sido um dos principais assessores do Brasil junto aos oficiais franceses e possuía grande quantidade de livros publicados que, na época, constituíam a base da aprendizagem militar. O major Araripe, quando chegou à Escola, procurou tomar conhecimento do grau de instrução recebida pelos cadetes e quais os que se destacavam nesse campo da formação militar. Surpreendeu-se ao encontrar um cadete com grau 10 nas manobras escolares do ano anterior. Por ocasião da primeira formatura da nossa turma de Infantaria, no regresso das férias escolares, o major Araripe, com a lista dos cadetes em punho, passou a chamar um a um para um primeiro reconhecimento. Quando chegou a minha vez, ele se disse sabedor de meu êxito no ano anterior na instrução militar e acrescentou: "Vou observá-lo em particular, para verificar se, realmente, o senhor faz jus a essa posição." Vivi um ano de tensão. Nas aulas de tática, que ministrava pessoalmente aos cadetes do terceiro ano, iniciava-se a ambientação dos temas com perguntas aos cadetes, e eu sempre era chamado. Por vezes o interrogatório se estendia no tempo e me mantinha em constante sobressalto. Terminado o ano, na mesma época em que recebíamos nossas espadas de oficial, major Araripe era promovido ao posto de tenente-coronel e deixava a Escola para comandar o antigo 3º Batalhão de Caçadores, em Vitória.

Passados alguns dias de nossa formatura, fui chamado a sua presença e convidado para seguir com ele para Vitória. Como já havia sido classificado no Batalhão-Escola, declinei do convite sob a alegação do desejo de pertencer de início a uma Unidade-Escola de minha Arma. Compreensivo, o tenente-coronel Araripe disse-me que aguardaria outra oportunidade para receber minha colaboração.

Nos três anos que permaneci no Batalhão-Escola, vez por outra recebia com atenção algumas cartas do ilustre chefe, nas quais ele me aconselhava sobre minha formação militar e orientava-me quanto às fontes de consulta que deveria utilizar no aperfeiçoamento de meu preparo profissional.

Desde que deixei a Escola Militar, nutria ardentemente o desejo de voltar ao velho casarão como instrutor. Em dezembro de 1940, fui promovido a primeiro-tenente; na mesma época, outro decreto promovia o tenente-coronel Araripe ao posto de coronel. Deixava o comando do 3º BC, em Vitória, e recebia o comando do 13º Regimento de Infantaria, em Ponta Grossa, no Paraná. Decorridos poucos dias de minha promoção, fui por ele novamente chamado e convidado para servir no 13º RI. Dessa vez, o convite era mais abrangente, pois o coronel Araripe me solicitava a indicação de alguns companheiros, também para servir em Ponta Grossa. Dos oficiais promovidos que serviam no Batalhão-Escola, dois aceitaram se juntar ao grupo, e assim foram classificados no 13º RI os tenentes Elton Carvalho, Everaldo José de Silva e eu. Trazia ainda o coronel Araripe de outras unidades os tenentes Salvador Gonçalves Mandim e José Luiz de Lira e Oliveira.

Quando faltavam aproximadamente oito dias para seguirmos para Ponta Grossa, fui chamado ao Estado-Maior do Exército pelo major Elídio Rômulo Colônia. Rigorosamente uniformizado, de cinza, culote e luvas, apresentei-me ao major Colônia. Disse-me ele:

> A Escola Militar do Realengo passou por alguns problemas, e o Sr. ministro da Guerra resolveu colocar no comando o general Alcio Souto com a missão de fazer uma revisão nos métodos de ensino e administração, uma nova 'missão indígena' para recuperar a Escola. Vários oficiais serão substituídos. O Sr. não deverá embarcar para o Paraná. Já foi classificado na Escola Militar e deverá seguir para as suas funções no mais curto prazo.

Embora sonhasse com essa oportunidade, o compromisso que havia assumido com o coronel Araripe e os dois tenentes, os quais haviam sido convidados por indicação minha, não permitia que eu aceitasse essa designação. Ponderei com o major Colônia sobre minha situação e informei-o da impossibilidade de aceitar a indicação de meu nome para instrutor da Escola. Como ele não aceitava meus argumentos, a troca de opiniões se tornou por demais embaraçosa para mim; por fim, foi acertado que eu seria nomeado no ano seguinte. Assim, parti para o Paraná. Minha permanência, embora curta naquela encantadora terra, foi uma das fases mais alegres e cheias de experiência e saudade de toda minha vida militar. Meu convívio com o coronel Araripe, sua esposa, D. Iracema, e família foi marcado pela atenção e carinho que me dedicavam. Muito aprendi com aquele saudoso e ilustre chefe militar. Quando, no final de 1941, voltei ao Rio de Janeiro em gozo de férias, fui surpreendido ao ler no jornal do dia minha transferência para a Escola Militar. O major Colônia já não mais se encontrava na Escola, pois em julho de 1941 havia sido nomeado adido militar no Peru; logo, achava-me desobrigado do compromisso. De volta ao Paraná, procurei fazer ver ao coronel Araripe minha surpresa pela nova comissão no momento em que tomei conhecimento de um radiograma do coronel Araripe ao major Humberto de Alencar Castelo Branco, então comandante do Batalhão de Infantaria da Escola e instrutor-chefe do curso de Infantaria, me indicando para a Escola.

Assim, cheguei ao objetivo desejado. Os dois anos e meio lá passados tiveram em toda a minha vida um reflexo de felicidade, a qual atingiu o clímax algumas décadas depois, em duas excepcionais oportunidades, já no posto de general de quatro estrelas. A primeira, quando os três primeiros cadetes, meus instruendos, foram promovidos a general de brigada. Juntos, nas primeiras horas da manhã, entraram em meu gabinete em Brasília, no Departamento de Ensino e Pesquisa, e se apresentaram como cadetes ao antigo tenente instrutor, declarando que o faziam por terem cumprido suas missões. Eram eles o cadete Hélio Pacheco, de Infantaria, o cadete Manoel Teixeira, de Artilharia, e o cadete José Albano Leal, de Cavalaria. Não bastasse esse gesto de carinho, o general Manoel Teixeira convidou-me para ser seu padrinho de espada. A segunda, quando se aproximava o final da minha vida na atividade, meus ex-cadetes que estavam em Brasília ofereceram-me um jantar

nessa cidade e na reunião me ofertaram uma bandeja de prata com a assinatura de todos os que já haviam atingido o generalato.

Esses são os encantos de nossa vida. Vida sofrida, com parcos recursos materiais, conforto limitado... Mas temos, para compensar, o calor da camaradagem e confiança, do respeito mútuo e a certeza do apoio do companheiro, onde quer que estejamos.

Meu convívio com o velho e ilustre chefe coronel Araripe não se encerra aí. Pouco tempo depois de minha vinda para a Escola, o coronel veio comandar o 2º RI, no Rio de Janeiro, e daí foi governar o Território de Fernando de Noronha. Fui comissionado capitão e segui para a Europa com a FEB; ele, em seguida, veio para Belo Horizonte comandar a Infantaria Divisionária da 4ª Região. Em dezembro de 1944, ainda na Itália, recebi uma carta do coronel Araripe, na qual me informava que seria promovido a general dentro de poucos dias e que iria aguardar meu regresso para eu ser seu primeiro ajudante de ordens. Em agosto de 1945, eu realmente assumia essa função em Belo Horizonte e acompanhei-o até janeiro de 1947.

Permitam-me os companheiros nessa oportunidade exaltar e prestar minhas homenagens ao chefe cuja carreira foi encerrada como ministro do Superior Tribunal Militar e que faleceu quando eu já era general, chefe do Estado-Maior do II Exército, em São Paulo.

Campeão de tiro em 1941

Nos idos de 1940, o Exército promovia anualmente concursos de tiro que se iniciavam nas Unidades, passavam ao âmbito regional, e, por fim, no Rio de Janeiro, as equipes representativas das regiões disputavam a prova final. Então, se consagrava o campeão do Exército. Os prêmios oferecidos aos vencedores geralmente eram armas de fabricação sofisticada ou estatuetas que variavam das mais simples às mais expressivas. O troféu San Martin oferecido pelo exército

argentino era um dos mais belos e cobiçados. A Unidade que por três anos consecutivos vencesse o concurso ficaria definitivamente com ele.

Desde que recebi minha primeira arma, adquirida no Exército mediante desconto mensal, passei a me dedicar ao tiro. Tratava-se de um esporte fino, que exigia a aquisição de outras armas, e, além disso, sua prática levava ao consumo de grande quantidade de munição.

Ainda no Batalhão-Escola, fui envolvido na construção de pequeno estande de tiro para armas de pequeno alcance.

Quando cheguei a Ponta Grossa, já com algum treinamento, aceitei participar da prova da seleção para escolha dos representantes da Unidade na disputa do Troféu San Martin. Com surpresa para mim, coloquei-me entre os três primeiros concorrentes. Assim, a equipe constituída por nove indivíduos, tenente Brito, Mandim e eu, três sargentos e três soldados, passou a treinar para ficar em condições de disputar com as demais unidades da 5ª Região, cujo comando está situado em Curitiba.

Na época prevista para a realização do concurso, viajamos para a sede e lá realizamos a prova de seleção entre as Unidades. Com a equipe razoavelmente treinada, obtivemos a primeira colocação. A partir daí, teríamos de nos submeter a um treinamento mais rigoroso, pois em poucos dias deveríamos seguir para o Rio a fim de, com os vencedores das demais Regiões, disputar finalmente o troféu.

Os poucos dias que nos restavam foram aproveitados integralmente para um treinamento mais intensivo, o qual visava aprimorar a técnica e colher observações a serem utilizadas durante a prova.

O concurso constava da realização de três séries de 10 tiros cada uma, com o fuzil Mauser: uma série em pé; outra de joelhos (ambas com arma livre) e a terceira deitado, todas realizadas pelos nove componentes da equipe.

O alvo, chamado na época de "alvo internacional", era constituído por 12 zonas, em que a central, chamada "mosca", valia 12 pontos por impacto, e as demais contavam pontos decrescentes. Assim, caso um atirador acertasse todos os seus tiros na mosca, marcaria o escore máximo de 120 pontos por série e 360 no total.

Os 30 tiros de cada concorrente eram realizados em um tempo máximo de 30 minutos, o que requeria autocontrole dos nervos, divisão do tempo para cada série e vista educada para o esforço da pontaria.

Quando chegamos ao Rio, procuramos nos informar sobre os demais representantes das outras Regiões e, com certa preocupação, constatamos a presença nas diversas equipes de antigos atiradores de reconhecida tradição no esporte do tiro.

Chegado o dia da prova, fomos alertados quanto à necessidade de termos na trincheira na qual ficavam os alvos uma pessoa de nossa confiança, pois, na grande distância da posição (400m), poderia haver equívoco na marcação.

Tomadas todas as precauções, partimos para a realização da prova. Com surpresa para as equipes tradicionais, houve mesmo alguns da equipe que conseguiram fazer 328 pontos na série de tiros, resultado considerado excepcional.

Quando os alvos foram conduzidos para junto da comissão julgadora e colocados na posição de controle, uma das equipes concorrentes, que dispunha de grandes atiradores, aproximou-se dos alvos, e um de seus integrantes tropeçou na raiz exposta de uma árvore e caiu sobre um de nossos alvos, rasgando-o totalmente. Houve um clima de indignação não só da parte da comissão julgadora como de todos os concorrentes. Não tivemos outra alternativa senão mandar nosso representante repetir a série.

Em nada mudou a situação. Nossa equipe se sagrou campeã, com razoável superioridade de pontos.

Recebido o troféu, restava-nos regressar ao quartel, em Ponta Grossa.

Depois de dois dias e meio de viagem de trem, por volta das 13h, chegamos a nossa cidade. Quando faltavam uns 2 ou 3km para atingirmos a estação, um grande foguetório passou a acompanhar o trem. Todos os passageiros, inclusive nós, não percebíamos a razão daquele fato.

Quando chegamos à gare, o 13º RI estava formado aguardando nosso desembarque. Ao descermos do trem, o regimento entoou a canção da Unidade puxada pela banda marcial. O acontecimento para mim, em particular, tinha um sabor especial, pois a canção do 13º havia sido composta, música e letra, pelos três tenentes do antigo Batalhão-Escola, Elton, Ayrosa e Everaldo, e no momento havia sido aprovada e registrada como a canção da Unidade com o título *Vencidos Nunca*.

A equipe foi colocada à frente da tropa, com o troféu sendo conduzido por um soldado da equipe, e o regimento desfilou pelas ruas da cidade como testemunho do alto grau de adestramento alcançado na instrução.

Como chefe do Estado-Maior do Exército, 40 anos mais tarde visitei o 13º RI, em Ponta Grossa. A primeira manifestação de carinho com seu ex-tenente foi me receber com o regimento formado, cantando a canção *Vencidos Nunca*; em seguida, houve a apresentação do Troféu San Martin com meu nome gravado, então já na posse definitiva da Unidade, por haver vencido o concurso três vezes seguidas.

Problemas do cadete X, em 1942

Nos primeiros dias de fevereiro de 1942, eu me apresentava na Escola Militar do Realengo. Realizava um dos poucos sonhos até aquela época de minha vida de oficial. Digo poucos porque meu contato com o Exército era muito limitado. Minha família, constituída em sua totalidade por civis, ignorava o que a profissão militar poderia oferecer ao longo dos diferentes postos. Assim, meus objetivos se restringiam, quase na sua totalidade, ao preparo para os diversos cursos necessários ao prosseguimento da carreira e exercer a função de instrutor em algumas Escolas. No entanto, o sonho maior era o de ser instrutor do cadete. Para mim, este era o próprio símbolo do Exército. Conhecera bem sua formação, as exigências intelectuais e físicas a que se submetia até atingir o oficialato, seu comportamento moral com os chefes e, particularmente, com os companheiros e as privações materiais. A Escola realmente formava um cidadão digno de respeito, o qual sabia desde logo, no ingresso, que nunca seria um homem rico; ocuparia uma posição discreta na sociedade, mas responsável

pela manutenção dos ideais do povo de onde ele provinha e, em casos extremos, não poderia titubear em pôr em risco até a própria vida em respeito a seus juramentos sagrados.

Sentira todas essas características de modo particular. Até ingressar na Escola, minha vida tinha-se desenvolvido com relativo conforto e facilidades cercado de atenção e carinho especiais, por ser o único filho homem e o caçula da família. Aos 12 anos aprendi a dirigir o automóvel de meu pai e cedo tive liberdade para as saídas sozinho Não foram poucas as vezes em que, ainda colegial, no Colégio Nacional e, posteriormente, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, meu pai ou seu *chauffeur*, como se dizia na época, iam-me levar no colégio ou apanhar-me no término das aulas. Cedo entrei para a Associação Cristã de Moços para tratar da minha formação física. Meu pai assistia-me com rigor, e minha mãe cercava-me de carinho e atenção. Desse modo, meu contato com a Escola Militar foi de uma rudeza inopinada.

Entretanto, não foi esse o aspecto que me obrigou a abandoná-la, depois de permanecer 20 dias como cadete, e sim uma intervenção cirúrgica, cuja recuperação exigiu o trancamento de minha matrícula.

No ano seguinte, quando me propus a voltar para a Escola Militar, já tinha noção da vida que me esperava, com suas servidões e grandezas. Hoje, compreendo que aqueles tempos foram também uma amostra do futuro, com sua realidade às vezes cruel, muitas vezes estafante, mas plenamente compensadora pela satisfação do dever cumprido, na intensidade que só os soldados sentem.

Todas essas considerações tão presentes hoje como naquela época acirravam a minha vontade de voltar à Escola como oficial-instrutor. A primeira chance havia sido postergada; a segunda iria me proporcionar uma das melhores fases da vida, em que o desafio da perfeição afigurava-se como aventura profissional digna de ser enfrentada.

Com esse espírito, recebi a primeira turma A-2 do primeiro ano, com 40 cadetes.

Passei a conviver com meus comandados como verdadeiros companheiros, amigos um pouco mais jovens do que eu, pois também era um jovem tenente. Interessava-me pelas ocorrências de suas vidas na Escola e fora dela; estimulava um conhecimento ameno, um apoio cordial às dificuldades que cada um ia encontrando. Comprei o livro *O valor*, de Wagner. Em capítulos diversos, procurava exaltar as diferentes

características de uma formação moral sadia. Cada semana, um deles era lido em hora de folga e convenientemente comentado, dando-se ênfase natural à característica apresentada.

Nessa vida de dedicação integral, começaram a surgir os problemas de cada um. Assim, o cadete X, repetente que integrava a A-2, passou a chegar frequentemente atrasado à formatura escolar; sua apresentação deixava muito a desejar; seu uniforme não tinha o cuidado que se impunha; não se barbeava... Enquanto todos os demais companheiros se integravam e se apoiavam, ele se mantinha arredio, acintosamente isolado. O capitão instrutor-chefe do primeiro ano perguntou-me o que estava acontecendo; o tenente instrutor da A-1, que trabalhava em conjunto na instrução com a A-2, alertou-me a respeito de que a atitude do cadete estava merecendo um corretivo. Respondi-lhe que ainda não havia chegado o momento: algo deveria estar ocorrendo.

Em uma tarde de meados de agosto, o cadete X chegou à porta do Gabinete dos Oficiais, no qual trabalhavam o instrutor-chefe do primeiro ano e todos os tenentes, e colocou-se em posição de espera. Vendo-o, levantei-me, fui até a porta e perguntei-lhe o que desejava; respondeu-me que queria falar com o capitão instrutor-chefe. Mandei que entrasse e acompanhei-o à presença do capitão. Retirei-me em seguida. Quando terminou sua entrevista, o cadete x voltou à minha mesa e pediu-me que marcasse um dia e hora para recebê-lo, pois desejava também conversar comigo. Respondi-lhe que marcasse ele o local e a hora, pois não tinha outra atividade, e ele as tinha, tais como aulas, educação física, entre outros afazeres.

Fui ter com o cadete X na data e hora aprazadas. Sentamo-nos em um banco no segundo pátio da Escola, e disse-lhe que estava a sua disposição.

Expôs o cadete:

> Tenente, esta entrevista é uma satisfação que dou ao senhor pela consideração que o senhor teve comigo, levando-me à presença do capitão. Sei que a atitude que mantive até o dia de hoje não me faz credor de nenhuma consideração como a que o senhor me deu. Desejo apresentar-lhe os motivos por que agi assim até hoje. Quando cheguei à Escola no ano passado, nos meus primeiros

> dias, quando ainda arrumávamos nossas coisas, os cadetes do primeiro ano que haviam sido reprovados em uma matéria reivindicavam a passagem para o segundo ano com dependência de uma matéria. Iniciou-se no alojamento grande algazarra em que se gritava 'Dependência ou Morte', brincadeira normal em uma Escola. Nesse momento passavam pelo pátio da Escola (onde ficavam os alojamentos) o comandante com seus oficiais de Estado -Maior. Irritado com o tipo de brincadeira, o comandante entrou no alojamento e mandou relacionar todos os cadetes que nele se encontravam e prendeu-nos por 30 dias. Assim, com poucos dias de Escola, eu já recebia 30 dias de prisão. Minha indignação foi grande; concluí que a Escola não era o que eu desejava, pois não poderia ficar toda a minha vida sujeito ao arbítrio de um comandante; passei, então, a não me interessar pela vida da Escola e aguardar o meu desligamento.

Respondi-lhe que, se havia chegado àquela conclusão, deveria ter solicitado de imediato seu desligamento, não ter se tornado mau cadete e ter sido desligado por não satisfazer as condições exigidas.

Disse-me, então: "Assim não procedi porque meu pai estava enfermo e havia feito grande sacrifício para me preparar para o exame da Escola. Minha decisão poderia precipitar sua morte. Por isso resolvi permanecer até que a situação dele se definisse e a minha também."

Disse-lhe:

> Desde que forçado a permanecer na Escola, nada lhe dava justificativa para criticar o comandante, quando ele também passava a ter um procedimento reprovável e descortês com seus companheiros e comigo, em particular, que procurava atendê-los com maior desvelo.

Respondeu-me por fim: "Concordo com a argumentação do senhor. Vou procurar recuperar meu conceito com os meus companheiros e vou fazer uma revisão na minha atitude, além de procurar integrar-me à Escola."

Desse dia em diante, o cadete X mudou totalmente sua maneira de agir e tornou-se um participante ativo de nosso grupo.

Prosseguimos com a leitura de *O valor* e, com o fim do ano, chegamos também a seu último capítulo. Todos nós, eu e os 40 cadetes, assinamos a primeira folha do livro e, em seguida, realizamos um sorteio para a escolha de seu detentor definitivo. O destino por vezes nos prepara algumas surpresas. O livro ficou para o cadete x.

No jantar de despedida da turma A-2, realizado no restaurante do Cineac Trianon, em dezembro de 1942, o cadete X foi o orador da turma; ele exaltou o ambiente de camaradagem em que tínhamos vivido e exortou a prudência na tomada de decisões do tenente instrutor de turma.

Prosseguiu sua carreira na Arma de Cavalaria até o posto de coronel e, do que me foi possível conhecer de sua vida, foi um oficial eficiente e cumpridor de suas obrigações.

Costumo dizer sempre que problema adiado é problema agravado; mas, quando se trata de lidar com caracteres pessoais, estou certo de que o bom senso é o melhor conselheiro.

Em algumas ocasiões, a palavra de amizade é mais válida que a atitude recomendada na fria letra dos regulamentos.

O ingresso na FEB

Durante os anos de 1939 e 1940, no posto de segundo-tenente subalterno do Batalhão-Escola, integrei uma comissão do Estado-Maior do Exército cuja missão era rever os regulamentos básicos da instrução militar e atualizá-los de acordo com a evolução dos novos conceitos da guerra e os recentes tipos de armamento. No que se referia à Arma de Infantaria, entre os oficiais do Estado-Maior que a compunha, encontrava-se o major João Baptista Rangel, militar de elevado conceito na

Arma. Tudo que se tencionava modificar nos regulamentos era testado nas unidades-escola das respectivas Armas. Quando havia necessidade de se colocar fotografias que orientassem as prescrições regulamentares, estas também eram realizadas com a tropa das mesmas unidades-escola.

Esse trabalho levou-me a ter um convívio quase diário com o major Rangel, e, como nosso entendimento havia sido muito cordial, depois do término da missão continuamos a manter amenos contatos sociais.

No Batalhão-Escola, com a classificação do tenente Xerez, enteado do major Rangel e meu companheiro de turma, nossa ligação tornou-se ainda mais frequente.

Em janeiro de 1944, os 50 primeiros alunos de minha turma foram consultados pelo ministro da Guerra sobre se aceitavam o comissionamento no posto de capitão para serem integrados à FEB, nessa altura em plena organização, como consequência da declaração do estudo de beligerância entre o Brasil e as nações do Eixo Roma-Berlim.

Entre os consultados, 14 companheiros de turma estavam na Escola Militar, o que era natural, porque normalmente os oficiais convidados para instrutores posicionavam-se frequentemente entre os que obtinham as melhores classificações escolares.

Depois do comissionamento, fomos classificados nas diversas unidades expedicionárias que iriam constituir as três divisões destinadas pelo Brasil a participar no conflito mundial.

Entretanto, a ênfase em ultimar os preparativos estava sendo dada na ocasião à Primeira Divisão (1ª DE), que a essa altura já se reagrupava na Vila Militar, no Rio de Janeiro, a fim de facilitar a tomada das últimas medidas e acelerar seu treinamento e tornar-se apta a seguir destino.

Para mim coube a classificação na 3ª Divisão que iniciava sua reunião em Engenho da Aldeia, próximo de Recife, sem previsão de partida urgente. Nessas condições, o ministro da Guerra determinou que os oficiais comissionados, pertencentes ao Quadro de Instrutores da Escola Militar, classificados na 3ª Divisão, deveriam permanecer na Escola até que fossem substituídos por novos oficiais, quando então deveriam seguir para suas novas Unidades. A medida era tomada com o fim de impedir possível colapso na instrução dos cadetes. Outro fato também concorria para a escassez do Quadro de Oficiais da Escola naquela época: o primeiro ano passou a funcionar nas novas instalações em Resende, e iniciava-se o abandono do quartel do Realengo. O comandante, coronel

Mário Travassos, partia com o primeiro ano, e os demais continuavam em Realengo, sob o comando do coronel Duque Estrada.

Essa sequência de fatos novos encontrou-me ainda na Escola como instrutor-chefe do terceiro ano de Infantaria, com os mesmos cadetes que, em 1942, haviam iniciado suas vidas militares na turma A-2 que eu comandara.

Procurávamos ser os mais objetivos possíveis em tudo que fazíamos, pois sabíamos que a guerra se avizinhava, e nosso preparo técnico e físico deveria ser o melhor para o êxito no cumprimento das missões que estavam para chegar.

Acompanhávamos com preocupação a tomada das últimas medidas necessárias para a partida da 1ª Divisão enquanto aguardávamos nosso substituto.

A 1ª DIE, com unidades básicas o 1º, o 6º e o 11º Regimentos de Infantaria, sediados respectivamente no Rio de Janeiro, em Caçapava-SP e em São João Del Rei-MG, recebia os últimos retoques antes do embarque.

No dia 24 de maio, Dia da Infantaria, foi programada grande Parada Militar, com prévia concentração na praça Paris, no coração do Rio de Janeiro, para a despedida da tropa divisionária.

O espetáculo foi comovente. A emoção tomou conta das ruas e se alongou por grande número de horas, em face da decisão de regressar a pé aos quartéis da Vila Militar. Assim, a tropa se estendeu em coluna por dois, às margens das ruas, e foi lenta e progressivamente marchando pelos subúrbios do Rio até altas horas da noite.

O planejamento do deslocamento para o *front* previa a ida inicial de um *combat team* constituído de um terço da Divisão, isto é, um Regimento de Infantaria, um Grupo de Artilharia, uma Companhia de Engenharia, uma Seção de Cavalaria, uma Seção de Comunicações, uma Companhia de Saúde e órgãos do Estado-Maior.

O 1º Grupamento tinha como Unidade-Base o 1º RI. Essa Unidade, por isso, encontrava-se com seus efetivos completos. As demais ainda recebiam seus últimos homens.

Terminado o desfile, nova decisão foi tomada, e o 1º RI foi substituído pelo 6º RI, de Caçapava-SP, que algum tempo já havia também se acantonado na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Em face da nova decisão, o comando do 6º RI passou a acelerar a tomada das últimas medidas com vistas ao embarque. Em meados de

junho, no dia 22, fui convidado pelo então tenente-coronel João Baptista Rangel para jantar em sua casa. Ele era o subcomandante do 6º RI, e o comandante, o coronel João Segadas Viana.

Durante o jantar, o clima foi o mais cordial possível. Quando terminamos, o tenente-coronel Rangel convidou-me a sentar na varanda de sua casa e disse-me em tom de brincadeira: "Você está pensando que este jantar foi de graça?" Respondi-lhe que indicasse o preço para verificar se tinha condições de pagá-lo. Foi aí que as coisas se definiram; disse-me ele:

> Nosso regimento deverá partir dentro de oito dias. Essa informação que lhe estou dando é ultrassecreta. Como não estava previsto sermos os primeiros a partir, ainda temos três claros de capitão. Justamente por isso você está aqui. Devemos, de preferência, colocar nas vagas oficiais que ainda se encontram no Rio e possam se apresentar à Unidade dentro de 24 horas, para ultimar uniformes, tomar as vacinas, passar procuração e atender, enfim, a todas as medidas necessárias para partir. O Regimento selecionou os capitães Canguçu, Mendonça e você. Posso contar com você?

Não restavam alternativas. Parti da casa do tenente-coronel Rangel pronto para seguir destino. No dia 24 de junho, o jornal publicava minha classificação na Unidade. Restava somente neste dia 24 desligar-me da Escola e deixar meus cadetes que em breves meses seriam também oficiais.

Esse foi um dia memorável da minha vida. Cheguei cedo ao quartel e não coloquei o uniforme de instrução. Apresentei-me ao coronel Duque Estrada (meu saudoso professor de mecânica, chefe de envergadura invulgar), passei minhas atribuições ao meu substituto legal e, ao meio-dia, sem que os cadetes ainda tivessem tomado conhecimento das últimas ocorrências, determinei a reunião de todo terceiro ano no auditório da Escola.

Minha emoção era muito grande. Os quase três anos de convivência com esses jovens companheiros haviam estabelecido uma

ligação que passara do cordial ao afetivo. Futuros companheiros de Armas, alguns já alimentavam sonhos de servirmos juntos e mesmo vários deles, ao me verem comissionado como capitão para me integrar à FEB, já aventavam a possibilidade de participarmos juntos das operações de guerra.

Depois de reuni-los, foram poucas as palavras que lhes dirigi naquele momento. Disse-lhes:

> É praxe, quando deixamos uma comissão, dizermos que não estamos nos despedindo, porque o Exército, a todo momento, volta a nos unir e nos leva a cooperar em tudo que fazemos. Por isso, sempre damos um até logo. Hoje, porém, a situação é um pouco diferente. Em breves dias deixarei o Brasil, por isso vim despedir-me de vocês. Quero, nessa oportunidade, agradecer o carinho que me ofereceram nesses dois anos e meio e falar da confiança que deposito em todos vocês, caso tenham que um dia juntar-se a mim, fora do Brasil, para o cumprimento da mesma missão a que ora me proponho. Os momentos que vivi aqui serão inesquecíveis. Os prognósticos que trazia quando aqui cheguei foram todos reais. Que Deus ilumine a todos vocês para poderem cumprir todas as suas missões.

Dei um abraço em cada um e parti.

Quando ultrapassei os umbrais da Escola e atingi o centro do Campo de Marte, parei, voltei-me para o velho casarão e, como que o abraçando com o olhar, procurei guardar na retina a visão daquela casa que me proporcionara momentos tão alegres e vibrantes, na qual eu havia encerrado a minha vida de menino e me tornara um homem.

Sabia que, quando regressasse, aquele velho casarão não mais estaria abrigando cadetes que, por tantas gerações, preencheram os Quadros de Oficiais do Exército em uma mesma chama de união e camaradagem.

As histórias de Realengo, entretanto, não seriam olvidadas e passaram para a tradição e o folclore militares.

Sua mentalidade, seus desconfortos e suas alegrias sofreram o impacto da moderna Escola de Resende, mas suas glórias permaneceram intatas, consolidando a base de toda a formação dos chefes militares. E assim ficarão.

No dia 29 de junho, à meia-noite, embarcava no navio americano *General Mann*, com destino ignorado.

Segunda Parte

Conversa ao pé do fogo

Eu queria saber quais foram os passos que o homem deu na passagem da barbárie para a civilização

Voltaire

Ambientação

A partida do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1944

Visita a Roma

Exercício com tiro real

Tomada de Camaiore

Ataque de Barga

Chegada ao Vale do Reno (Rota 64)

O segundo encontro com o general Mark Clark

Pequenas estórias de inverno

Ataque de Castelnuovo (Di Vergato)

Ruptura da linha alemã em Castel D'Aiano

Quatro estórias sentimentais

Chegada ao Brasil

Ambientação

A FEB foi organizada como consequência do estado de beligerância declarado pelo Brasil às nações do Eixo, Alemanha e Itália.

É interessante observar que essa declaração ocorreu em agosto de 1942, mas a FEB só partiu com seu primeiro contingente em julho de 1944. Para que se compreenda a necessidade de um período tão longo para a organização de um contingente tão limitado em efetivo, é preciso que se considerem os diversos fatores que influenciavam a vida nacional. O governo brasileiro era exercido na época, despoticamente, pelo Dr. Getúlio Vargas, que vinha conduzindo sua política externa para uma constante aproximação com o Eixo e atraía naturalmente a simpatia dos demais componentes dos elevados escalões para as nações nazifascistas. Não era, pois, fácil criar novo clima em curto prazo que levasse o País a ficar psicologicamente preparado para se incorporar à luta contra aquelas nações. É um fato histórico o discurso de Getúlio Vargas em 11 de junho de 1941 quando, diante da invasão de vários países europeus pelas tropas alemãs, declarou que estávamos presenciando o início de nova era. Foi uma tomada de posição clara e aberta em favor do Eixo. Pressionado pelos Estados Unidos, Vargas teve de fornecer nova interpretação a seu discurso a fim de evitar uma delicada situação internacional com um parceiro do qual, na época, dependia grande parte da economia brasileira. Nesse mesmo período, conforme lembra em seu livro o general Leitão de Carvalho, o chefe do Estado-Maior do Exército e o ministro

Ambientação

A FEB foi organizada como consequência do estado de beligerância declarado pelo Brasil às nações do Eixo, Alemanha e Itália.

É interessante observar que essa declaração ocorreu em agosto de 1942, mas a FEB só partiu com seu primeiro contingente em julho de 1944. Para que se compreenda a necessidade de um período tão longo para a organização de um contingente tão limitado em efetivo, é preciso que se considerem os diversos fatores que influenciavam a vida nacional. O governo brasileiro era exercido na época, despoticamente, pelo Dr. Getúlio Vargas, que vinha conduzindo sua política externa para uma constante aproximação com o Eixo e atraía naturalmente a simpatia dos demais componentes dos elevados escalões para as nações nazifascistas. Não era, pois, fácil criar novo clima em curto prazo que levasse o País a ficar psicologicamente preparado para se incorporar à luta contra aquelas nações. É um fato histórico o discurso de Getúlio Vargas em 11 de junho de 1941 quando, diante da invasão de vários países europeus pelas tropas alemãs, declarou que estávamos presenciando o início de nova era. Foi uma tomada de posição clara e aberta em favor do Eixo. Pressionado pelos Estados Unidos, Vargas teve de fornecer nova interpretação a seu discurso a fim de evitar uma delicada situação internacional com um parceiro do qual, na época, dependia grande parte da economia brasileira. Nesse mesmo período, conforme lembra em seu livro o general Leitão de Carvalho, o chefe do Estado-Maior do Exército e o ministro

da Guerra da época recebiam a espada de general do Exército alemão em ato oficial. Outros chefes militares também participavam da admiração pela pujança das forças do Eixo e não escondiam suas simpatias por aquelas tropas tão bem treinadas e aguerridas. Ainda nas próprias Forças Armadas, inclinavam-se para a ideologia nazifascista os indivíduos oriundos do Partido Integralista que, por tantos anos, empolgou grande massa de brasileiros magnetizados pelas manifestações retumbantes de força e organização dos liderados pelo Sr. Plínio Salgado.

Entretanto, com o contínuo afundamento de nossos navios em águas territoriais brasileiras, a opinião pública, na imprensa ou por meio de passeatas, cuja tônica era o pedido de guerra contra o Eixo, foi obrigando o Gverno a abandonar a cômoda situação de neutralidade para a qual evoluíra.

Vargas, com sua esperteza política, sabia que a tomada de posição contra a ditadura iria se constituir em um contrassenso, pois esse era o regime em que vivíamos. Adivinhava também a influência que teria na mentalidade nacional o retorno vitorioso de um punhado de brasileiros que tivesse lutado em defesa dos ideais de liberdade e da democracia. O envio de qualquer representação nacional ao *front* europeu seria uma decisão altamente perigosa para a manutenção de seu poder, e Vargas protelou-a ao máximo.

Nesse clima, a FEB foi, então, organizada. Os senões que ela apresentou estavam indubitavelmente ligados a essa herança de controvérsias.

Para ilustrar a existência da incompreensão, inclusive no Exército, cabe relembrar a atitude de um comandante de tropa no Rio Grande do Sul. Recebendo ordens para selecionar um grupo de soldados de sua unidade para integrar a FEB, reuniu o Regimento e determinou que todos que se achavam no mau comportamento dessem um passo à frente. Foram esses os representantes da unidade... O deslocamento desse contingente para o Rio de Janeiro foi a cabal demonstração do erro cometido. Em todas as localidades de parada do trem, os soldados promoviam arruaças, embebedavam-se, quebravam vitrines e provocavam brigas, fatos que determinaram a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) quando o grupo chegou ao Rio. Em consequência, muitos passaram a julgar a FEB por esse grupo mal selecionado e mal preparado para tão importante missão.

Como se não bastasse, no dia 24 de maio de 1944, durante o desfile daquela Força no Rio de Janeiro, quando ela se despedia do povo brasileiro, o chefe do Governo reafirmou em discurso em praça pública sua posição pacífica, praticamente lavando as mãos da responsabilidade pelo embarque da tropa.

Aqueles que se tinham integrado ao grupo febiano por idealismo, achando que mais valia morrer em defesa de um mundo livre do que viver na escravidão, receberam as palavras de Vargas perplexos e revoltados, sem possibilidade de qualquer defesa de suas convicções. E foi se apossando de todos a ideia de que não tínhamos condições de combater, e, caso chegássemos a Europa, nossa missão seria apenas a de tropa de ocupação.

Apesar de tudo, a FEB embarcou. Lutou, sofreu e venceu, iniciando, sim, nova era, porém de arejamento de ideais democráticos, de liberdade e de justiça para o Brasil.

Foi um belo legado às gerações que se seguiram.

A partida do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1944

Deixei a Escola no dia 24 e nessa mesma jornada me apresentei ao 6º RI, na Vila Militar. Diante da escassez de tempo, fui levado ao comandante do 1º Batalhão, major João Carlos Gross, e informado de que seria o comandante da 2ª Companhia. O major Gross me determinou não assumir o comando desde logo, mas que, inicialmente, cumprisse as medidas preparatórias, isto é, fosse fazer inspeção de saúde, vacinar-me, o que não poderia ser feito logo, pois havia algumas a serem tomadas em três doses com intervalo de oito dias entre elas, ir à Intendência para receber a mala A e os sacos B e C, assim como as peças de roupa que deveria levar, tirar medida do novo uniforme de

passeio, ir ao cartório passar procuração para meu pai receber o terço de campanha que seria pago no Brasil, ir ao Quartel-General da FEB, na rua São Francisco Xavier, para ser identificado e receber as respectivas placas de identificação, que seriam penduradas no pescoço a partir daquele momento, além de algumas medidas de caráter particular antes de deixar o País.

Tinha de me apresentar no quartel, no dia 29 até as 20h, ocasião em que todas as unidades ficariam em condições de abandonar a Vila Militar. Até o momento poucos eram sabedores do destino de todos nós. Toda essa movimentação tinha por objetivo manter sigilo sobre o embarque das unidades. Em uma ação diversionária, as demais também se afastariam por alguns dias dos quartéis, cada uma com um destino diferente. Passados oito dias, as que permanecessem no Brasil deveriam iniciar o regresso aos quartéis e só então ficariam caracterizadas as que tinham seguido para além-mar.

Minha família, pela situação inopinada da transferência para o 6º RI, era sabedora de meu embarque definitivo. Foram cinco dias difíceis. Nada era comentado em minha casa. Meus pais procuravam disfarçar o estado de preocupação em que se encontravam, mas um ou outro gesto traía a presença do nervosismo.

Meu último jantar com a família reuniu todos os parentes próximos, e as conversas se desenvolveram aparentemente normais. Ao término, vesti minha túnica do uniforme expedicionário, abracei um por um e, evitando qualquer emoção, parti acenando com o braço para os que ficavam. Meu cunhado me acompanhou serenamente até o ônibus e, nesses últimos momentos, disse-me que fosse tranquilo, pois ele e minha irmã, com os dois sobrinhos pequenos, tudo iam fazer para assistir os meus velhos pais.

Quando cheguei ao quartel do 6º RI (era o mesmo do Batalhão-Escola, Unidade na qual servira como aspirante), o clima estava por demais agitado. Na plataforma nos fundos do quartel, já estava estacionada a composição que nos conduziria ao Cais do Porto para o embarque, naquela noite de 29 de junho, com o 1º Batalhão. O trem que nos conduziu fez todo o percurso com as luzes apagadas e as cortinas abaixadas. Ao atingirmos o Cais do Porto, em torno das 23h, várias autoridades já lá se encontravam. Nosso Batalhão deixou o trem ordeiramente, embarcou, ocupou os lugares determinados e assumiu os serviços de bordo.

Quando passávamos uma primeira revista à tropa embarcada, foi anunciada pelo microfone do navio a presença do presidente da República a bordo. Vinha fazer a última visita aos integrantes da FEB e, na ocasião, proferiu curto discurso de despedida, apresentando votos de felicidades no cumprimento da missão.

Os eventos eram em tão grande número que essa primeira noite se escoou sem a sentirmos. Logo o dia raiou, e, então, foram reajustados os serviços que havíamos assumido. Na noite do dia 30, as demais unidades do primeiro escalão também embarcaram. A jornada do dia 1º foi de acomodação. Às 5h da manhã de 2 de julho, ainda nos camarotes e nos alojamentos, sentimos que as máquinas do navio estavam ligadas e que ele se movia de modo lento. Subitamente, todos foram para o convés. O navio se encontrava no meio da Baía de Guanabara; o sol era radiante e com profunda emoção nos vimos diante do Cristo Redentor, erguido no Corcovado, que parecia flutuar no espaço, pois uma nuvem envolvia o alto da montanha, e a imagem pairava só, voltada na direção do navio como nos oferecendo sua benção. Houve profundo silêncio no convés. Muitos interpretaram esse acontecimento como uma aprovação divina à missão que iríamos cumprir.

Quase na embocadura da baía, cruzamos com um navio de bandeira argentina e logo os comentários percorreram o convés: as medidas de sigilo caíam por terra.

Depois de 14 dias de viagem, chegamos à Baía de Nápoles. O fato relevante que nos ocorreu nesse período deu-se durante uma noite quando nos encontrávamos no Mediterrâneo com o navio totalmente às escuras e fechado. A tropa estava nos salões internos ouvindo rádio quando houve brusca interrupção na transmissão normal, e uma voz feminina passou a dirigir palavras específicas aos brasileiros em português.

Tratava-se da "Rosa da Esperança", brasileira radicada na Alemanha e que fazia, pelo rádio, todas as noites, propaganda em favor do nazifascismo

Sua mensagem foi a seguinte: "Brasileiros, vocês que estão a bordo do navio *General Mann* vão desembarcar no Porto de Nápoles e vão juntar-se às tropas americanas na Itália para combater. Seus chefes têm iludido vocês quanto a seus destinos. O *Führer* dentro em breve ganhará esta guerra, e os que sobreviverem serão seus prisioneiros."

Houve estupefação no navio, pois até aquele momento dizia-se que o nosso destino era o Norte da África, a região da Tunísia. Já haviam distribuído farta literatura quanto aos hábitos nessa região, e todos nós estávamos prontos para tal destino.

O comandante do navio, oficial americano, indignou-se com a ocorrência e comunicou aos EUA que, de pronto, instaurou inquérito para apurar o fato.

No dia 16 de julho aportávamos em Nápoles.

Nosso primeiro estacionamento foi na região de Bagnoli, cratera de um vulcão extinto transformado em campo de caça para o rei da Itália.

Na primeira noite em terra, sentimos pela primeira vez o barulho dos aviões alemães bombardeando o porto de Nápoles, e o matraquear das armas antiaéreas orientadas pelos holofotes que se cruzavam nos céus da Itália.

Esse foi nosso primeiro contato com a guerra.

A tropa teve uma reação exemplar.

Os bons prognósticos já se faziam presentes e no futuro iriam se concretizar na bravura de nosso homem que, em sua simplicidade, soube ser grande quando a situação assim o exigiu...

Visita a Roma

Permanecemos alguns dias em Bagnoli no enquadramento da tropa. Realizamos uma visita à região; percorremos as ruínas de Pompeia; assistimos no teatro São Carlos às primeiras óperas na Itália, *Cavalaria Rusticana* e *Pagliatio*; recebemos o equipamento de estacionamento, tais como barracas, cintos, cantis, e seguimos para Tarquínia, região ao norte de Roma, onde também recebemos viaturas, armamento, munição, material de rádio, de saúde, enfim, tudo o que tínhamos direito.

Perto de Tarquínia, encontram-se os famosos túmulos etruscos, um povo muito antigo que viveu em torno de 850 a.C., com muita influência na formação de Roma.

Nessa região, a instrução se intensificou, e, quando partimos para Vada, ao sul de Pisa, já nos deslocamos com nossos próprios meios, sob nossa total responsabilidade. Pouco a pouco, fomos sentindo que nos integrávamos ao *front* italiano.

Em um dia de folga, fui convidado pelo padre Noé, nosso capelão e querido amigo, para juntos percorrermos Roma. Embora tivesse passado por ela por ocasião de nosso deslocamento para Tarquínia, pouco havíamos visto.

Saímos cedo em um caminhão sem toldo. A manhã anunciava um dia radioso. Desembarcamos próximo ao Colégio Brasileiro de Padres. Lá visitamos dois brasileiros que faziam o curso e se ofereceram como acompanhantes na visita a qual desejávamos fazer ao Vaticano. Assim, na Praça São Pedro, iniciou-se a interpretação dos diversos marcos que constituem a magnificente obra do Vaticano. O obelisco mais alto representa o papa; os demais, em volta, os cardeais. Surgiu nossa primeira pergunta. O número de cardeais é rígido? Nosso guia limitou-se a dizer que os ali encontrados representavam os existentes na época da construção. Em seguida, fomos à presença da *Pietá*, obra-prima de Miguel Ângelo, colocada junto à porta principal da entrada da Basílica de São Pedro, do lado direito. Já no interior da igreja, vimos marcas no chão representando o tamanho das maiores igrejas do mundo. A segunda em tamanho era a Igreja de São Paulo, em Londres, e mais tarde soubemos que o Vaticano não permitira a construção da Igreja de Nossa Senhora da Aparecida, como estava prevista na planta original, porque seria maior que a de São Pedro – não poderia esperar que, decorridos os anos, iria percorrê-la em visita oficial àquela cidade, como chefe do Estado-Maior de Exército –; prosseguimos lentamente e chegamos à Capela Sistina, palco do conclave para a escolha dos papas. Ficamos surpresos, pois esperávamos que fosse maior e apresentasse uma arrumação mais esmerada. Uma passada ligeira pelo Museu Profano apresentou-nos uma faceta desconhecida da igreja. Depois da visita, tivemos uma audiência com sua santidade o papa Pio XII, ex-cardeal Pacelli, que estivera no Rio de Janeiro antes da guerra.

Visitamos em seguida as igrejas de São João de Latrão, Santa Maria Maggiore, a capela na qual ficam os corações dos papas, junto à

fonte de Trevis, e, por fim, percorremos a cidade: o monumento a Victor Emanuele III; a praça na qual Mussolini falava ao povo; a cidade velha com o Arco de Tibério; o Coliseu e outros monumentos antigos do velho Palatino dos tempos áureos de Roma. Terminamos a jornada no Teatro Real de Roma e assistimos à Ópera Rigoleto, cantada pela grande soprano Elizabeth Barbato.

Até hoje me recordo vivamente de cada pormenor daquela jornada maravilhosa de cultura e, sobretudo, de homenagem às grandes realizações humanas do passado.

Embora tivesse voltado a Roma outras vezes, foi, entretanto, essa primeira visita que me deixou uma lembrança doce e marcante. Sempre que a rememoro, meu espírito se torna um tanto nostálgico. A concretização do conhecimento de todas aquelas grandezas e misérias do passado aturdiu-me como se estivesse em estado de choque. Os pinheiros da Via Ápia ecoaram em meu íntimo com a mesma grandiosidade que das legiões romanas, desfilando com seus luxuosos uniformes na busca do domínio universal.

Sempre me empolgara com o estudo da Grécia e de Roma. Sem deixar de reconhecer a grande contribuição dos povos anteriores, considero a primeira o berço da civilização atual; porém, a consolidação e a difusão dessa cultura foram levadas a efeito, talvez de modo um tanto impiedoso, pelos romanos. Minha presença nessas terras trazia um misto de reconhecimento e saudade. Lembrava, parado diante de cada monumento histórico, as ocorrências que se haviam desenvolvido naquele local e, quisesse ou não, era levado ao devaneio. Quando voltava à consciência, sentia-me alimentado espiritualmente e, por vezes, um pouco cansado.

Depois de todo esse dia de emoções, a ópera foi o coroamento perfeito para o relaxamento do espírito.

Como harmonizar sem traumatismos psíquicos o contraste desse estado de alma com a necessidade de, em seguida, fortemente armado, lançar-me a um treinamento obsessivo para a brutalidade da guerra? Creio que consegui manter o equilíbrio emocional pela formação recebida de meus pais. Fui educado com a percepção do valor da liberdade individual, a qual deve terminar quando se inicia a liberdade de outrem. Desde cedo adquiri a consciência de que se deve lutar para o espírito se manter livre, e foi com essa força que me lancei à guerra. Creio até hoje ser essa a única justificativa para a luta entre os homens.

Roma, a Cidade Eterna, é a capital espiritual do mundo desde o ano 413 da era cristã. Embebi minha alma em seus elevados ensinamentos morais e serei eternamente grato a Deus pela oportunidade de tê-la visto. Mas, em nenhum momento, senti baquear minha vontade de lutar o bom combate quando isso se fizesse necessário.

Exercício com tiro real

Quando ficamos aptos para assumir todas as responsabilidades, inteiramente armados e equipados, com a instrução reajustada, em particular a moral, recebemos ordem preparatória para nos deslocarmos de Tarquínia para Vada, um lugarejo ao sul de Pisa, com grandes plantações de uva, onde acampamos. Vivíamos os últimos dias de agosto e iniciávamos o mês de setembro um pouco mais próximos da linha de contato.

Na primeira semana de setembro, fomos submetidos ao primeiro teste de instrução pelo comandante do V Exército, general Mark Clark, cabendo à 2ª Companhia do 6º RI, sob meu comando, a realização desse teste.

Tratava-se de um ataque de uma Companhia de Fuzileiros, reforçada por um Pelotão de Metralhadoras Pesadas e um Pelotão de Morteiros de 81mm, que, depois de uma progressão sob tiros de artilharia, realizava o contato com o inimigo. Tão logo fossem identificadas as posições, seria montado o ataque, desencadeado sobre alvos figurados. O exercício apresentava algo novo: durante todo o seu desenvolvimento, seria executado o tiro real.

Essa seria a primeira oportunidade que a tropa iria ter de realizar, ou seja, um exercício no terreno, empregando o material americano.

O tempo disponível para nos adaptarmos ao novo material era relativamente curto. Por isso, precisávamos tomar todas as medidas de segurança possíveis a fim de evitar um batismo de fogo desastrado.

Cabe ressaltar que, com os capitães Canguçu e Mendonça, havíamos sido os últimos a chegar à Unidade. Nosso conhecimento dos homens que constituíam as 2ª, 6ª e 4ª Companhias que nos couberam comandar, respectivamente, era muito pequeno. Desconhecíamos também a formação militar de cada um, e, assim, todos nós íamos ser realmente testados.

Pela manhã, fui chamado à barraca do comandante do Regimento. Depois de expor a missão, designou-me comandante do Exército do teste com tiro real e justificou minha escolha pela facilidade que provavelmente teria, por ser eu oriundo da Escola Militar, na qual exercera a função de instrutor por quase três anos. Respondi-lhe que me proporia a fazer o melhor, mas que ele não se esquecesse de que era um dos mais modernos da unidade.

Deu-me, então, o coronel ligeira ideia da situação do exercício, utilizando-se da carta da região, e definiu a data em que este seria realizado. Constatei, então, que teria disponibilidade de duas jornadas completas para prepará-lo. O Pelotão de Metralhadoras Pesadas, que iria reforçar minha Companhia, seria comandado pelo tenente José Maria Pinto Duarte, bravo oficial, morto no ataque de Barga, em 30 de outubro, ocasião na qual recebi meu primeiro ferimento em combate. O Pelotão de Morteiros seria comandado pelo tenente Clóvis Grossi.

Reconhecida a área do terreno, iniciamos o treinamento do exercício. Colocamos a tropa nas posições iniciais e começamos a progressão, que deveria se processar até a linha de contato. A seguir, desencadearíamos uma barragem de morteiros e metralhadoras figurando a neutralização do inimigo, e, por fim, partiríamos para o ataque.

Durante o desenvolvimento desse treinamento, recebi um mensageiro que vinha da parte do coronel Matheus, militar americano que assessorava os oficiais de nossa unidade em matéria de instrução, com a determinação para suspender o exercício e ir falar com ele em um observatório no terreno, onde se encontrava assistindo a nossa preparação.

À minha chegada, o coronel Matheus perguntou-me quem havia montado o exercício. Respondi-lhe que havia sido o Comando do Regimento. Disse-me a seguir que estava tudo muito bonito, mas total-

mente irreal. Ao perceber pela minha expressão facial a reação a sua crítica, acrescentou: "Com este exercício, o senhor naturalmente irá para Hollywood fazer filmes, mas não irá para a guerra."

Indignei-me com a crítica grosseira e, com firmeza, respondi-lhe que procurasse o comandante da Unidade, e não a mim. A essa altura, indagou se eu era oficial da reserva ou "de curso". Diante de minha resposta de que era de "curso", agravou suas observações anteriores com a seguinte declaração: "É imperioso que o senhor tenha por escrito a ordem de realização deste exercício, a fim de definir responsabilidades futuras."

Nada mais havia a dizer. Pedi licença e me retirei. Fui diretamente ao Comando da Unidade, expus tudo que havia ocorrido e, por fim, percebi que todo o desencanto consistia na aplicação dos princípios da instrução militar francesa e na adaptação feita pelos americanos. Estes consideravam que o poderio crescente das armas levava a novo princípio filosófico: "O homem leva 20 anos para ser feito, o material leva 20 minutos; por isso, deve-se sempre que possível poupar o homem, embora se gaste muito mais material."

No ataque que estávamos realizando, de acordo com a instrução francesa, identificado o inimigo fazia-se uma neutralização com tiros de artilharia, morteiro e metralhadoras e depois partia-se para o ataque frontalmente. Pela filosofia americana, identificava-se o inimigo, realizava-se uma neutralização, em seguida a tropa atacava procurando desbordar pela direita ou pela esquerda, furtando-se aos efeitos dos tiros inimigos e coroando o ataque, normalmente com uma operação no flanco inimigo.

Debatido convenientemente o assunto com o Comando, foi decidido que se procurasse adaptar nosso exercício à concepção de economia de vidas, isto é, à ideia americana.

Voltei ao terreno e recoloquei a tropa nas posições iniciais. Com os demais oficiais, tenentes comandantes de pelotões e subcomandantes da Companhia, realizei um reconhecimento do terreno para verificar se o desbordamento seria mais eficiente pela direita ou pela esquerda. Ele se apresentava em excelentes condições pela esquerda.

Voltamos à tropa, explicamos como iria se desenvolver o exercício e novamente partimos para o ensaio.

Com o vaivém da preparação do exercício, tínhamos esgotado a primeira jornada. Restava-nos apenas um dia para o treinamento. Na jornada seguinte, às 9h, o general Clark, seu Estado-Maior e os comandantes da FEB deveriam ocupar um observatório, previamente escolhido, para assistir ao exercício. Foi nessa contingência que tomei uma decisão muito séria e não informei a ninguém. Decidi que nesse último ensaio os morteiros e as metralhadoras que acompanhassem os fuzileiros no movimento de desbordamento teriam seus tiros regulados sobre os alvos e seriam deixados nas posições, camuflados pela vegetação. Uma sentinela seria destacada para assegurar a manutenção das armas durante a noite.

No dia do exercício, muito cedo, fui com a tropa para as posições iniciais.

Quando as autoridades se reuniram no observatório, soltou-se um foguete autorizando o início do movimento.

Cabe aqui uma observação.

No farto material que fora distribuído aos brasileiros, havia grande quantidade de rádios de diversos tipos, equipamento novo para nosso Exército que se habituara à pobreza dos recursos materiais, particularmente porque nosso parque industrial era ainda muito modesto. Assim, pela dotação americana, cada pelotão possuía um rádio que se ligava ao comandante da Companhia; este, por sua vez, possuía outro, de maior alcance, que o ligava com o comandante do Batalhão. Além dos rádios, o comandante da Companhia tinha permanentemente um telefone ligado ao Batalhão, que ainda lhe possibilitava falar com o Regimento, a Artilharia, a Engenharia e o Serviço de saúde. Não estávamos habituados a esses recursos. Precisávamos de uma adaptação apressada para tirar proveito desses ricos meios de comunicação.

Quando parti para o ensaio que precedeu ao exercício, determinei que todos os pelotões ligassem seus rádios e estabeleci um primeiro código para facilitar nossa comunicação. Assim, P1-P2-P3-P4 para os três pelotões de Fuzileiros e o de Petrechos da Companhia que comandava, e P5-P6, para os pelotões de Metralhadoras Pesadas e de Morteiros. Determinei que todos os comandantes de pelotões fossem, em voz alta, dando ciência a seus homens do desenrolar do exercício; procurava com isso fazer com que todos estivessem a par realmente do trabalho de conjunto. O resultado dessa medida foi

extraordinário. Além da participação efetiva, o conhecimento do desenrolar das ações serviu para superar o extremo cansaço da jornada do ensaio. Cada homem sentiu a responsabilidade de sua atuação para o êxito do conjunto.

Quando iniciamos o exercício propriamente dito, o ânimo da tropa era o melhor possível. Sua progressão foi exata no campo e no terreno. Durante o deslocamento, enfrentando um terreno com vegetação alta e densa, nenhum homem perdeu a direção de progressão. Chegamos às armas em tempo bastante curto, e, mediante ordem, foi desencadeado sobre os alvos o tiro real com as armas reguladas, na jornada anterior, com resultados surpreendentes. Terminada a barragem, fui chamado ao observatório para ser apresentado ao general Clark.

A primeira pergunta que ele me fez foi como tinha conseguido regular os tiros em tão pouco tempo. Respondi lhe que a instrução que havia sido ministrada depois do recebimento do material havia possibilitado esse resultado.

Disse, então, o general Clark: "A capacidade dos brasileiros de se adaptarem ao material novo é fantástica; espero muito dos senhores daqui para frente."

Quando regressamos ao acampamento, o comandante do Regimento reuniu a Companhia e cumprimentou-a pelo resultado alcançado, prova inconteste de êxitos futuros.

Talvez o expediente adotado pelo então jovem tenente Ayrosa, comissionado como capitão, possa parecer um subterfúgio não muito recomendável. Entretanto, os fatos devem ser analisados na situação em que se apresentaram, isto é, uma tropa chegada ao *front* de combate sem um teste de operacionalidade, pouco confiante no seu próprio valor e dotada com sofisticados equipamentos que lhe eram quase desconhecidos. A prova de ser lançada em exercício de tiro real para um teste frente a um general do mais rico e mais potente Exército do mundo não poderia transformar-se em descrédito para a tropa brasileira.

A coragem e o valor de nosso soldado foram postos à prova na progressão sob fogo, e, caso tivéssemos fracassado no tiro de morteiros e metralhadoras, o efeito negativo no moral da tropa seria avassalador. Sempre confiei na habilidade e na rápida adaptação do homem brasileiro

a qualquer equipamento. Essa minha crença jamais foi desmentida. Dessa forma, o que poderia parecer agora um engodo não muito ético foi, na ocasião, valioso elemento de elevação da vontade de luta dos nossos homens.

Esse foi o meu jeito de ser. Fico feliz que tenha sido assim.

Tomada de Camaiore

Na jornada de 14 de setembro, todos os capitães e tenentes do 1º Batalhão (major Gross) foram realizar o reconhecimento do terreno, na linha de Filetoli, ao norte de Pisa.

Finalmente, no dia seguinte, à meia-noite aproximadamente, substituímos a tropa americana que se encontrava naquela posição.

A jornada de 16 de setembro, a qual nos parecia ser tranquila, foi interrompida por volta de meio-dia. Chegou uma ordem de avanço para nova linha, balizada pelas alturas de Monte Communali-La Quiesa-Monte Acuro, com início do movimento às 15h daquela mesma jornada.

Depois do reconhecimento feito por seus comandantes, as três companhias de fuzileiros do 1º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria, que deveriam deslocar-se, escolheram processos diferentes de progressão. Assim, uma decidiu pela marcha através campo; outra tomou dispositivo completo de marcha de aproximação e a Companhia sob meu comando marchou pela estrada. A felicidade dessa minha decisão proporcionou à Companhia atingir durante a mesma jornada de 16 de setembro os objetivos fixados pelo escalão superior.

Na jornada de 17, as demais subunidades concluíram seus deslocamentos, enquanto minha companhia reajustava seu dispositivo, em ambiente relativamente tranquilo.

Enquanto se realizavam essas ações, o S/2 do Batalhão, tenente Piason, estudava na carta, com outros oficiais da unidade, as prováveis missões que poderiam ser determinadas.

Destacava-se, como ponto importante na área, a cidade de Camaiore, cuja ocupação provavelmente aliviaria as pressões na frente de Florença. Estas foram materializadas pelos constantes retrocessos das tropas americanas que atravessavam o Rio Arno e, em face dos duros contra-ataques inimigos, refluíam para as posições anteriores com baixas consideráveis, as quais preocupavam os chefes.

Caso fosse possível tomar Camaiore um pouco à retaguarda das linhas alemãs, provavelmente a posição do Arno cairia pela manobra e seria abandonada pelo inimigo.

O estudo dos oficiais do Batalhão mostrou-se posteriormente correto.

Às 20h de 17 setembro, quando acabava de me sentar à mesa para iniciar o jantar, chegou um mensageiro com a ordem de que eu me apresentasse no Posto de Comando (PC) do Batalhão.

Indaguei-lhe da urgência desta, e, como ele não soubesse informar, levantei-me de imediato e segui para a igreja de La Quiesa, abandonada em virtude dos estragos causados pelos bombardeios e onde se instalara o PC do major Gross. Este me recebeu com a afabilidade costumeira.

Fica por aí, Ayrosa. Estamos esperando ordens de cima com nova missão para você, para desencadeamento amanhã provavelmente.

Às 22h deitei-me em um dos bancos da igreja e pedi que me acordassem caso minha presença fosse necessária. Dormi até 3h da madrugada de 18, quando chegou da retaguarda o S/3 do Batalhão, capitão Aldo, o qual me trazia as ordens do 6º RI, do coronel Segadas Viana, que, por sua vez, as recebera do comandante do Destacamento FEB, sob comando do general Zenóbio.

Coube-me o comando de um Destacamento Especial, constituído de:

- 1 Pelotão norte-americano de carros de combate;
- 1 Pelotão de Fuzileiros da 2ª Companhia do 1º Batalhão (tenente Cabral);
- 1 Pelotão de Metralhadoras Pesadas da Companhia de Petrechos pesados;
- 1 Pelotão de Morteiros 81mm da Companhia de Petrechos Pesados (tenente Gross);
- 1 Seção de Cavalaria(tenente Belarmino);
- 1 Seção de Engenharia (tenente Paulo);
- 1 Seção de Artilharia (inglesa);
- 1 Seção de Saúde (tenente Bicalho).

A missão era: "Reunir-se na região de Luciano, de onde deverá partir às 8h de 18 de setembro para conquistar Camaiore."

Aproximadamente às 6h30min, o Pelotão de Fuzileiros da 2ª Companhia foi embarcado em caminhões de 2,5t, e os pelotões de Metralhadoras e Morteiros, nessa ordem, colocaram-se à retaguarda e formaram uma coluna de marcha que se deslocou para Luciano.

Nessa localidade, encontramos o Pelotão de Carros de Combate dos norte-americanos. Nossos soldados do Pelotão de Fuzilei-

ros, abandonando os caminhões, passaram para cima dos carros de combate.

Reorganizou-se, então, a coluna, que se constituiu da seguinte maneira: na testa, a Seção de Engenharia, seguida da Seção de Cavalaria; logo após, os carros de combate americanos, transportando o Pelotão de Fuzileiros, seguiam o Pelotão de Metralhadoras Pesadas, o Pelotão de Morteiros e a Seção de Artilharia.

Coloquei o meu jipe entre o último carro de combate e a testa do Pelotão de Metralhadoras.

Iniciamos o movimento às 8h30min de 18 de setembro, em marcha realizada totalmente por estrada e enormemente dificultada pelas frequentes destruições realizadas pelo inimigo. Nas proximidades de cada cratera ou devastação da via, a coluna fazia alto, e a Engenharia lançava-se à frente em um trabalho de detecção de minas. Em seguida, ela e a Seção de Cavalaria ultrapassavam o obstáculo. Avançava, então, um tanque Buldozer que se encontrava à testa dos carros de combate americanos e aplainava o terreno, dando condições de progressão ao movimento.

Essa operação morosa e cansativa foi repetida 10 ou 12 vezes até as 18h, momento em que atingimos o Pico do Monte Nocchi.

Enquanto realizávamos o movimento, às 15h veio até a coluna a viatura do general Zenóbio. No seu estilo direto, esse chefe militar abordou-me:

– É você o comandante da coluna? Diante de minha afirmação, mandou chamar o fotógrafo da FEB que o acompanhava, Fernando Stamato, e determinou:

– Tire uma fotografia minha com o capitão e coloque a seguinte legenda: "O primeiro capitão brasileiro a conquistar uma cidade na Itália." Respondi-lhe de imediato:

– General, acho prematura a legenda, pois como o senhor vê, pelo estado da estrada não sabemos se chegamos até lá.

– Ora, capitão, tenho certeza de que você vai cumprir a missão. Era a maneira objetiva do velho Cabo de Guerra para entusiasmar e levantar o moral da tropa.

Essa fotografia foi publicada na *Revista da Escola Militar* em fins de 1944.

O Monte Nocchi estava situado em uma serra elevada. Dessa região, dominava-se a cidade de Camaiore, mas entre as duas havia o vale de um rio, com uma descida íngreme por estrada em ziguezague a ser vencida pelas viaturas em um movimento totalmente a descoberto.

Nossa recepção em Monte Nocchi foi uma salva bem regulada de tiros da artilharia inimiga. Era nosso batismo de fogo. Recebemo-lo mais com pasmo do que com temor, e o soldado brasileiro saiu-se com galhardia desse teste tão temido por todas as tropas.

A notícia de que estávamos sob fogo, com o troar dos canhões sendo ouvido na retaguarda, trouxe até Nocchi os chefes mais elevados da FEB, tais como os generais Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa, que, com seus estados-maiores, ocasionaram intensa aglomeração na região. Isso atraiu ainda mais a atenção do alemão, que aumentou a intensidade de seu bombardeio de Artilharia.

O comandante do Pelotão de Carro de Combate americano ponderou que não mais poderia prosseguir o movimento com segurança e propôs colocar seus carros em posição com desenfiamento de torre, de forma a apoiar a progressão com tiro direto de seus canhões.

Assim foi feito. O Pelotão de Fuzileiros desembarcou dos carros e ocupou os 19 jipes dos pelotões de Metralhadoras e de Morteiros, que foram aliviados de material e tiveram desatrelados seus reboques, permanecendo o pessoal em Monte Nocchi.

Era necessária a máxima rapidez, não somente para escapar com a tropa do bombardeio de Monte Nocchi como para tentar surpreender pela velocidade o inimigo e evitar que este nos acompanhasse sem qualquer defesa durante um deslocamento a descoberto por estrada sinuosa. Houve nesse momento meu segundo encontro com o general Zenóbio, que, sem me reconhecer a distância e talvez interpretando erroneamente minha pressa, gritou de longe energicamente:

– Capitão, o que é que o senhor vai fazer?

Senti um ímpeto de quase raiva e respondi-lhe no mesmo tom com outra pergunta:

– Qual é a missão, general?

– Tomar Camaiore.

– Pois vou cumprir a missão.

Imediatamente, determinei que o motorista, soldado Werther Perrenoud, se afastasse para o banco do lado e, tomando a direção do

jipe da testa, com acelerador no fundo em alta velocidade lancei-me com a coluna serra abaixo na tentativa de nos esquivarmos da artilharia que procurava atingir-nos durante todo o percurso.

Não tivemos uma só baixa. Entretanto, nas conversas dos soldados nas horas boas da folga, foi muito comentada a frase de um sargento, comandante de Grupo de Combate que disse.

– Tive mais medo da velocidade da viatura do que do inimigo...

Ao atingirmos o fundo do vale, que distava ainda quase 4km da cidade, fomos detidos por uma ponte destruída e deparamo-nos com um rio que não dava passagem para viaturas. Só nos restava desembarcar os jipes e atravessar o rio com recursos de fortuna. Feito isso, reunimo-nos na outra margem e iniciamos a pé o movimento para Camaiore. Determinei que os jipes retornassem a Monte Nocchi já com a noite caindo e pegassem os restantes pelotões com todo o seu material nos reboques.

Essa segunda fração do Destacamento posteriormente atravessou o rio com todo o material e também se dirigiu para a cidade, em completa escuridão e sem qualquer indício do inimigo. Aqui vai o pitoresco. A tropa progredia pelas margens do caminho, enquadrando os oficiais que vinham juntos pelo centro. O silêncio era total. De repente, das trevas, saiu um inesperado "Buona Sera" alto e com várias vozes em uníssono. Foi um grande susto. Surpreendidos, alguns procuraram possível posição de defesa, e outros, felizmente poucos, foram tomados por uma atitude de pânico. Parada a coluna, foi reconhecido um grupo de italianos totalmente encobertos pela escuridão que, sentados no muro de uma casa, sorriam com a malícia do espírito latino sempre pronto a uma atitude marota. A tropa prosseguiu, já agora divertida e aliviada...

Às 19h de 18 de setembro de 1944, precedido pela Seção de Engenharia, o Pelotão de Fuzileiros da 2ª Companhia do 1º Batalhão do 6º RI do Destacamento da FEB entrava na cidade de Camaiore, sob o comando do tenente Cabral.

Progressivamente, a tropa foi se desenvolvendo e ocupando alguns pontos que pareciam mais importantes A seguir, chegou o restante do Destacamento. A localidade estava totalmente deserta e em completa escuridão. A atuação inimiga, que havia sido tão enérgica por ocasião de nossa chegada em Monte Nocchi e durante o deslocamento

motorizado pela encosta, mantinha-se agora completamente silenciosa. Estávamos protegidos pela noite, que encobria todos nossos movimentos. Determinei que a tropa se protegesse e recostei-me no interior das ruínas de um bar, local só do conhecimento de meu ordenança, soldado Antonio Garcia.

Ao alvorecer, a população veio para a rua e percebeu que a cidade havia sido liberada. A decantada extroversão italiana confirmou-se nas ruidosas expansões de júbilo e transformou aquela manhã de 19 de setembro em dia de festa, com perigo de envolver parte da tropa, já tomada por natural euforia. Percebendo a possibilidade de excessos, determinei medidas restritivas para a manutenção da disciplina, da ordem e da coesão de nossos soldados. Infelizmente, a exuberância do povo nas ruas atraiu a atenção do inimigo, que desencadeou uma concentração de artilharia sobre a cidade. Esta ficou, a partir desse momento, sob bombardeio sistemático. Nessa ocasião, tivemos a lamentar as primeiras baixas do Destacamento FEB e de alguns civis também atingidos.

Estávamos com um problema sério, pois os principais pontos de resistência alemã eram a organização de Monte Prano e as posições de Casoli, Casoli Alto e Monte Montagna, que dominavam a cidade. Era necessário capturá-las.

O PC da 2ª Companhia foi instalado naquela manhã no antigo palácio do Fascio, prédio de estrutura suntuosa, no qual funcionava a prefeitura local. Começamos, então, a enfrentar os óbices inerentes a um governo civil. É curioso lembrar as delegações que nos procuraram com solicitação sem possibilidade de atendimento, e algumas completamente divorciadas da situação que vivíamos naquele momento. Assim, um colégio religioso enviou uma comissão de freiras a qual pedia fornecimento de trigo para alimentação das alunas; uma equipe de engenheiros se propôs a estudar e recuperar a parte elétrica da cidade, a qual se achava completamente destruída (causa da escuridão que encontramos durante a noite de ocupação); um grupo de pessoas pediu obras nas instalações hidráulicas; antigos prefeitos e outras autoridades que sofreram perseguições no tempo de Mussolini solicitaram medidas punitivas, para vários cidadãos que haviam colaborado com os fascistas.

Passaram-se dois longos e preocupantes dias na expectativa da nossa ligação com a retaguarda, pois nosso isolamento refletia-se na falta de alimentação para a tropa. Nessa conjuntura, recebemos com alegria a construção da primeira ponte brasileira em terras europeias, a qual restabelecia o fluxo de suprimento. Foi batizada de "Ponte Carioca", em consequência da saudade do Rio de Janeiro.

Em 21 de setembro, fizemos o primeiro prisioneiro alemão, enviado como presente da 2ª Companhia para o major Gross, em homenagem ao transcurso naquele dia de seu natalício.

Coincidentemente, eu também fazia aniversário nessa mesma data.

A história de Camaiore não se encerra aqui. Quando regressamos ao Brasil, logo em seguida à deposição do Dr. Getúlio Vargas, foram realizadas eleições para a Presidência da República, saindo vencedor o

general Eurico Dutra. Nova constituição foi elaborada e promulgada em 18 de setembro de 1946, segundo aniversário da Tomada de Camaiore. Foi uma justa homenagem dos congressistas aos combatentes brasileiros.

Tive a honra de ser convidado para comparecer à sessão solene do Congresso para a promulgação da Constituição Brasileira.

Não ha dúvida de que a queda do ditador e o restabelecimento do regime democrático no Brasil foram as primeiras grandes consequências da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Ataque de Barga

Depois da Tomada de Camaiore, seguiu-se a patrulha enviada ao Monte Prano. Coube ainda ao tenente Cabral o comando dessa operação, que teve êxito total com o abandono dessa posição pelos alemães. A 2ª Companhia avançou e ocupou Casoli e Casoli Alto, região onde permanecemos até a primeira semana de outubro.

Daí seguimos para o Vale do Serchio, onde o 3º Batalhão já vinha se empenhando em várias operações. Tivemos como primeira missão nesse vale a ocupação de Corellia Antalminele, pequena localidade no flanco direito da FEB, que se desenvolvia por regiões altas e estas facilitavam a organização de sua defesa.

Aí ficamos até 28 de outubro, quando recebemos nova missão. O 3º Batalhão, do major Sylvino, havia atingido a cidade de Barga. Em prosseguimento, encontrávamos algumas altas elevações que dominavam o nó ferro-rodoviário na cidade de Castelnuovo di Garfagnano (não confundir com Castelnuovo di Vergato, região onde a FEB realizou uma de suas mais belas operações, em março de 1945).

Até aquele momento, a FEB só tinha empenhado o 1º escalão. O 2º já havia desembarcado na Itália, mas vinha realizando os últimos ajustes para se integrar à Divisão.

Alguns oficiais do 2º escalão, destacados pelo Comando, juntaram-se aos comandantes que já vinham lutando, com o fim de realizarem um primeiro estágio na linha de frente.

Nessa situação, fomos convocados para uma reunião, às 15h de 28 de outubro, no PC do major Gross, comandante do 1º Batalhão do 6º RI.

Deveríamos, na noite de 29, cerrar toda tropa até as linhas ocupadas pelo 3º Batalhão e, ao alvorecer do dia 30 de outubro, ultrapassar os elementos desse batalhão e atacar com o seguinte dispositivo: a 2ª Companhia estaria à direita, partindo de Somacolonia para conquistar Lama di Soto e Pradocelli, elevações de maior altitude da região; a primeira com aproximadamente 1.000m; a segunda com 1.200m. No momento em que a 2ª Companhia alcançasse os primeiros resultados do ataque, a 1ª Companhia deveria partir para conquistar as cotas 960 (eram duas elevações com a mesma altitude); quando a 1ª Companhia obtivesse os primeiros sucessos, a 3ª Companhia partiria para conquistar a cota 640 e a região de São Quirico.

Pela montagem da operação, era de se esperar que o ataque, embora fosse bem-sucedido, só poderia atingir os objetivos no final da jornada.

As posições para essa ação foram atingidas aproximadamente à meia-noite de 29 de outubro.

A tropa que iria realizar a investida desconhecia totalmente o terreno, e, sobre o inimigo, as informações eram por demais genéricas.

Quando foi recebida a missão, ficou estabelecido que o ataque deveria partir o mais cedo possível, isto é, às 7h de 30, e que cinco Grupos de Artilharia realizariam tiros de preparação do ataque a partir das 5h.

Nas posições, por volta de uma hora da madrugada de 30, recebemos um mensageiro que trazia a informação de que o Comando havia resolvido suspender os tiros de preparação para não alertar o inimigo sobre o ataque e que deveríamos partir buscando a maior surpresa possível.

Quando essa ordem chegou, os comandantes das 1ª e 2ª companhias estavam juntos, ultimando as regulações finais para o ataque, e a notícia não foi recebida com agrado.

Como se não bastasse, por volta das três horas da madrugada, novo mensageiro informava que a situação evoluíra. O ataque deveria se iniciar às 5h, e a artilharia, 15 minutos antes, realizaria tiros de neutralização sobre o inimigo. A nova ordem voltou a nos descontentar, desejosos que estávamos de evitar um fracasso no desenvolvimento da operação.

Quando a hora chegou, fomos os dois para o observatório selecionado pela tropa que vinha ocupando o terreno e ficamos totalmente impossibilitados de dar início ao movimento, pois havia baixado em toda a região uma neblina densa, a qual impedia o deslocamento de qualquer tropa, particularmente uma que não conhecia o terreno e cuja chegada àquela região se dera poucas horas antes.

Os comandantes das 1ª e 2ª companhias, juntos no observatório, decidiram esperar ter alguma visibilidade para, então, partir. Vivíamos esses instantes quando chegou a nosso observatório, trazido por um guia, o chefe do Estado-Maior do comandante.

Diante da nossa decisão, o coronel exasperou-se e nos bombardeou com uma série de impropérios, levando todos a uma situação assaz constrangedora.

Com sua retirada e com a melhoria da neblina, a 2ª Companhia iniciou o deslocamento em torno de 7h30min. Dado o sucesso da progressão, a 1ª Companhia também iniciou seu deslocamento, e ambas coroaram seus objetivos, respectivamente às 12h e às 13h. Restava apenas um reajustamento das posições para que a 3ª Companhia pudesse iniciar seu deslocamento. As duas primeiras companhias haviam feito 78 prisioneiros, a maioria alemães, e os demais, italianos da Divisão Ítalo Rosa.

Por volta de 15h, a 3ª Companhia deu início ao ataque, e seus objetivos foram coroados em torno das 18h30min quando a noite já começava a chegar.

Dado o avançado da hora, a 3ª Companhia não teve a mesma disponibilidade de luz para um reajustamento de seu dispositivo.

Quando tudo parecia terminado, e julgávamos conquistados os primeiros objetivos que dominavam a localidade, forçando seu abandono pelo inimigo para que sem grandes dificuldades pudéssemos ocupá-la, a evolução foi totalmente diversa. Assim, por volta das 21h, os alemães, utilizando tropa fresca trazida da retaguarda, contra-atacaram a 3ª Companhia, a última a chegar às suas posições. Com um conhecimento perfeito do terreno, pois os alemães já estavam no local havia muito tempo, lançaram-se sobre as frações da 3ª Companhia, que pouca resistência pôde oferecer.

Durante toda noite, o matraquear das metralhadoras anunciava choques diversos e frequentes, e poucas informações nos chegavam quanto à manutenção das posições por nossa tropa.

Quando o dia começou a clarear, fomos aos poucos tomando conhecimento da tragédia que se havia desenrolado na frente da 3ª Companhia. O número de baixas era enorme, e uma seção de metralhadoras havia sido totalmente capturada pelos alemães. No PC do comandante, uma casa de três andares encravada em um corte do terreno, foi sentido um ruído estranho do lado de fora da casa. Ao abrirem a porta, chocaram-se com dois alemães. Na troca de tiros, os brasileiros levaram a melhor, mas era evidente a falta de segurança em que se encontravam. Perceberam ainda haver um ruído no terceiro andar. Na pesquisa, constataram que os alemães já ocupavam a parte superior da casa e, nessa contingência, decidiram abandoná-la. Foi combinado que os capitães Aldenor, comandante da 3ª Companhia, e Atratino, comandante da Companhia de Petrechos Pesados do Batalhão, sairiam primeiro, cobertos pelos tiros realizados pelo tenente José Maria Pinto Duarte, e, quando os capitães atingissem o primeiro abrigo, dariam com seus fogos cobertura à saída do tenente Pinto Duarte. A primeira parte do combinado deu certo, mas a segunda infelizmente não. Quando o tenente Pinto Duarte se deslocava para o abrigo, recebeu uma rajada de metralhadora na perna, decepando-a quase por completo.

O capitão Atratino, seu comandante, deixou o abrigo e foi apanhá-lo, mesmo arriscando a própria vida. Com grande dificuldade, pois Pinto Duarte era um excepcional atleta, muito alto e pesado, Atratino arrastou-o até o abrigo e procurou oferecer ao companheiro toda a sua assistência, todo o seu carinho, nesses minutos finais de vida.

A hemorragia provocada pela ruptura da femoral não ofereceu alternativas ao bravo tenente. Seu corpo foi deixado nesse abrigo no dia 31 de outubro de 1944, depois do gesto magnânimo de seu comandante, capitão Atratino.

Vencida a 3ª Companhia, ainda na jornada de 31, voltaram-se os alemães contra a 1ª Companhia, atacando-a pela frente e pelo flanco, que ficara exposto com o recuo da 3ª Companhia. A resistência oferecida pela 1ª Companhia levou-a ao gasto total de sua munição. Pouco mais podia fazer. Viu-se forçada a retrair para sua base de partida, mas sem perdas, com total controle de seus homens. Sobrava ainda a 2ª Companhia, encarapitada nas alturas de Lama di Soto e Pradocelli. Por volta das 20h, os alemães deram início às operações sobre a 2ª Companhia. Tínhamos reajustado as posições para a cobertura do flanco quando fomos informados pelo comandante da 1ª Companhia de que iria recuar;

por isso, e ainda por já ter caído a noite, pudemos oferecer uma resistência que talvez até os próprios alemães não esperassem.

A situação de nossa Companhia era muito séria. Em razão da distância entre o local onde nos encontrávamos e do PC do Batalhão, nosso rádio não se comunicava mais com o major. Nosso observador avançado de Artilharia, bravo tenente Monção, sem se despregar um minuto sequer do perigo que corríamos, levava um rádio mais potente, sintonizado com o oficial de ligação de Artilharia no PC do Batalhão. Foi por esse equipamento que, por volta de 1h da madrugada, recebi ordem do general Zenóbio de retrair para Somacolonia.

A ruptura do contato com os alemães iria dificultar, sobremaneira, o cumprimento da ordem de abandonar as posições. Recordo-me ainda hoje, com a mesma sensação de estupefação, o instante em que, com meu subcomandante, o tenente João Evangelista Mendes da Rocha, meu companheiro de turma e velho amigo do Realengo, no auge da organização da Companhia para se defender chegamos à janela de uma pequena casa de pedra de onde conduzíamos as operações. Recebemos, a um palmo acima de nossas cabeças, uma rajada de metralhadora, regulada sobre nós. Sentimos que estávamos sendo observados; e o pior... na mira das armas inimigas.

Apesar do inopinado, posso assegurar que não tivemos consciência de que poderia ter-nos acontecido. Ao contrário, como uma distensão de mola, nosso raciocínio se equilibrou de imediato, e decidi percorrer, com a minha tropa, o mesmo caminho que nos levou àquelas posições. Verificamos, entretanto, que os alemães, já senhores absolutos da situação, haviam infiltrado elementos em nossa retaguarda. Restava, pois, avançar um pouco mais em direção ao inimigo e tentar realizar o recuo por outra área ainda não ocupada. Assim procedemos e, por volta das 4h, chegávamos a Somacolonia, sem perdas humanas. Porém, em virtude de um nervoso descontrole de um dos nossos homens, fui forçado a me expor para evitar a disseminação do pânico, ocasião na qual fui atingido por um estilhaço de Artilharia inimiga, que ocasionou a fratura parcial do joelho direito. Submetido a ligeiro curativo, imobilizei a perna e continuei até o fim. Isso consta na minha primeira citação de combate dada pelo general Clark.

Para que bem analisem o valor atribuído pelos alemães à posição de onde fomos desalojados, basta ressaltar que ela permaneceu mantida sob o poder deles até a rendição final no dia 2 de maio de 1945.

Depois do término da guerra, o capitão Atratino voltou ao abrigo no qual havia deixado seu amigo, o tenente Pinto Duarte. Ele ainda lá se encontrava, com seu corpo perfeitamente conservado, mumificado pela neve, caída logo após o dia do ataque, a qual o sepultou. Em seu bolso encontravam-se ainda os documentos de identificação, e, para saudade de todos, o retrato de sua filhinha, nascida depois de seu embarque para a guerra.

Todos aqueles que como eu coroaram a vida profissional participando da crueldade de uma guerra sabem perfeitamente que é frequente se encontrar muita bravura e grandeza tanto no revés como na vitória.

Chegada ao Vale do Reno (Rota 64)

Na primeira semana de novembro, substituídos em nossas posições pelos americanos, deixamos o Vale do Serchio. Ficamos inicialmente acantonados ao sul de Porreta Terme. A 2ª Companhia foi logo destacada como reserva do IV Corpo de Exército e consequentemente deslocada para a região ao norte da Ponte de Sila. Decorridos poucos dias, o restante do Batalhão também recebeu missão de substituir uma tropa inglesa que ocupava a região de Riola. Durante a substituição de uma das companhias, por volta da meia-noite, ocorreu um fato muito pitoresco.

Considerando que a operação de substituição se revestia de razoável dose de insegurança, procurava-se preservar o máximo de sigilo. Quando o comandante da companhia se aproximava do PC o qual iria ocupar, conduzido por guias da tropa que estava sendo substituída, foi interceptado, no escuro, por um soldado. Este solicitava qualquer coisa que, no momento, não havia sido entendido. Rechaçando a tentativa do intruso, o capitão prosseguiu seu caminho. Próximo ao PC, novamente o mesmo indivíduo interpelou-o sem que chegassem a qualquer tipo de entendimento. Processou-se, então, a substituição dos aparelhos de comunicação; foram passadas as ordens especiais de um comandante ao outro e agregadas as observações sobre a área. Depois das despedidas, já instalado no PC, o novo comandante percebeu certa agitação na porta deste e apressou-se para identificar o motivo. Havia sido encontrado um soldado alemão sentado na soleira da porta. Realizada sua prisão e verificada a maneira como havia chegado até ali, ficou constatado tratar-se de um desertor que tentara por várias vezes se entregar ao capitão durante a substituição, tendo passado inteiramente despercebido. O nosso sigilo quase se transformou em segredo de Polichinelo...

Com as 1ª e 3ª Cias em posição, empenhou-se o comandante do Batalhão em recuperar a 2ª Companhia, que se encontrava em reserva do IV Corpo, para rearticular sua unidade.

No dia 13 de novembro, a 2ª Companhia foi dispensada de reserva do IV Corpo e voltou ao Batalhão. Sua missão foi ocupar as alturas de Riola Vechia e barrar a via 64, em condições de prosseguir mediante ordem.

A essa altura, a FEB, já totalmente integrada, ocupava uma linha no terreno que se iniciava no Belvedere-Morro de La Torraquia-Monte Castello-Abetaia-Torre di Neroni-Riola Vechia. Era uma linha de elevações que barravam o acesso ao Vale do Panaro; porém, essas posições eram excessivamente desvantajosas. Os alemães ocupavam as cristas das elevações, e nós, a meia encosta, ficávamos com todos os nossos movimentos a descoberto. Preparava-se, então, o primeiro ataque de Castello. A previsão de sua partida era para os últimos dias de novembro. Em caso de êxito, outros ataques deveriam ser desencadeados para conquistar Torre di Neroni, Soprassasso e Castelnuovo (Di Vergato). Esperávamos com essas operações melhorar nossa posição para a passagem do inverno, pois, como nos encontrávamos, iria ser muito penosa a manutenção dessas posições por um período longo.

Era normal, quando a neve caía, reduzirem-se as operações de grande vulto; no entanto, para manter a informação sobre o inimigo, forçoso se fazia um patrulhamento em toda frente, de preferência à noite.

A posição que acabávamos de ocupar em Riola Vechia definia a tomada inicial de posição para futura operação sobre Castelnuovo, razão pela qual nossa missão previa ainda a ocupação de outras posições que favorecessem o lançamento do ataque a esse local.

Estávamos, então, com o 3º Pelotão em Lissano, o 2º, em Riola Vechia e o 1º, junto ao PC, nas proximidades de Riola Vechia. A operação preparatória deveria levar o 3º Pelotão para Montecavalloro, o 2º, para Boscacio e o 1º, para Lissano, onde deveria ser aberto o PC da Companhia, já em condições de conduzir o ataque sobre Castelnuovo.

Assim nos encontrávamos articulados quando fui chamado ao PC do Batalhão, e recebi ordem para me apresentar, sem perda de tempo, ao comandante do Regimento.

Vivíamos o dia 15 de novembro de 1944. Eram aproximadamente 10h da manhã.

O segundo encontro com o general Mark Clark

A jornada de 15 de novembro começava para mim com uma interrogação. A ordem de apresentação ao Regimento não dizia o motivo de meu afastamento do Comando da Companhia. Quando recebi a ordem de me apresentar diretamente ao comandante do V Exército, na cidade de Montecatini, as coisas se tornaram ainda mais intrigantes, considerando que o PC do V Exército estava aproximadamente a uns 600km do local de onde me encontrava. Que justificaria tal deslocamento?

Apanhei um jipe da minha companhia, equipei-o com um camburão de gasolina de reserva, arranjei uma carta que me orientasse nesse movimento e, logo após o almoço, parti. Não encontramos qualquer dificuldade até Montecatini. Por volta das 23h, atingimos a cidade. A região era muito pitoresca. A cidade não apresentava grandes cicatrizes da guerra. As ruas largas, com vegetação exuberante e grandes bosques, evidenciavam o requinte dispensado àquela região. Procuramos, à base de informações locais, identificar o prédio no qual funcionava o Comando do Exército. Sem grandes tropeços, cheguei à presença do oficial de Relações Públicas do QG. Este, cortesmente, apresentou-me as boas-vindas e indicou-me um hotel na cidade, no qual um apartamento já estava reservado em meu nome. Entregou-me também nessa ocasião o número da mesa a qual estava reservada para mim na boate que funcionava na cidade para as tropas aliadas. Depois de tudo isso, disse-me que me apresentasse a ele às 8h do dia 16, na praça principal da cidade.

Acreditei que o melhor que tinha a fazer era ir para o hotel, tomar um bom banho, jantar e, em seguida, dormir. Não tomei conhecimento da boate. O cansaço acumulado e o desconforto desses últimos meses levavam-me a optar pela noite bem dormida que poderia desfrutar.

Ao alvorecer, levantei-me, banhei-me, ajustei da melhor maneira o uniforme e, às 8h, apresentei-me ao major americano, chefe de Relações Públicas do V Exército. Somente nessa ocasião fui informado de

que às 9h um regimento americano formaria nessa praça para receber o general Clark e que, a sua chegada, eu, um cabo brasileiro, o cabo Silva, e três oficiais americanos deveríamos tomar posição à frente do regimento para sermos condecorados pelo comandante do V Exército.

Fui tomado de súbita emoção. A primeira lembrança que me veio à cabeça foi a repercussão desse acontecimento na minha família. Em seguida, pensei nos meus cadetes. Era provável que, pela época que estávamos vivendo, eles deveriam estar recebendo suas espadas de oficial por aqueles dias. Fiquei por algum tempo perdido em minhas meditações. O fato de receber a medalha me empolgava menos naquela hora. Pensei no capricho do destino, pois eu, que nunca me empolgara com honrarias e privilégios, seria o primeiro oficial brasileiro condecorado na Europa. Percebi que esse privilégio iria custar-me caro, pois sabia do desejo de muitos companheiros se destacarem nas operações as quais executávamos. Já no exercício de teste teria despertado ciúmes. Agora a situação se agravaria. Nada poderia fazer. Assim, às 9h, coloquei-me à testa do dispositivo formado e passei a aguardar, não sem alguma perturbação, a chegada do general Clark.

Logo depois, com a banda tocando seu refrão, recebemos o ilustre chefe militar. Vinha acompanhado do capitão Walter Vermont. O transporte que usava era um simples jipe com uma chapa a qual sua condição hierárquica. Pensei nesse momento na simplicidade de sua apresentação. Tempo atrás, havia formado para receber o general Alexander que, ao chegar, surpreendeu a todos pelo luxo de sua viatura, um carro de passeio todo forrado com pele branca. O general Clark dava-nos um exemplo de austeridade e respeito naqueles dias de sofrimento.

Depois das honras militares de praxe, o comandante do V Exército deu início à cerimônia cívica. Foi lido o boletim o qual concedia a medalha aos cinco que ali se encontravam, e passou-se à entrega propriamente dita. Cada condecorado deslocava-se até a presença do general e apresentava-se especificando sua unidade. Depois da leitura da citação de combate de cada um, o general condecorava-o, e em seguida era batida uma fotografia. O condecorado voltava a sua posição, e o seguinte se deslocava até o general, repetindo-se a cerimônia.

Quando retornei a minha posição, à testa da tropa, fui cercado por uma dezena de correspondentes de guerra. Todos queriam não só uma fotografia como os pormenores do fato constante da citação. Nunca me encontrara em tal situação, e, apesar de inteiramente

exultante, meu desejo ardente era que tudo acabasse e pudesse voltar para minha tropa.

Terminada a cerimônia, fui procurado pelo capitão Walter, que me transmitiu a seguinte mensagem do comandante do V Exército: "O general Clark concede a você, a título de recompensa, uma dispensa de dois dias aqui na cidade de Montecatini." Perguntei-lhe se poderia abrir mão de tal privilégio e regressar em seguida. Respondeu-me que sim. Esse foi o procedimento adotado.

Quando me despedi do capitão Walter, mal poderia imaginar que iríamos, durante a campanha, estreitar nossos laços de amizade e ter tantas oportunidades de colaboração durante nossas vidas.

Por volta das 10h30min, partia de Montecatini para minha posição em Riola Vechia e às 17h atingi o meu PC. Na mesma oportunidade chegava a ordem do Batalhão para atacar Boscacio e Montecavalloro na jornada seguinte, às 6h da manhã. Ao despontar de 17, sob densa neblina, voltava à 2ª Companhia e partia para o combate. Era a rotina na campanha.

Assim são os dias gloriosos da guerra, vividos intensamente e escoados com toda a rapidez.

O turbilhão de emoções que invade o coração de um combatente poderia servir de argumento para volumosas obras enriquecedoras da cultura da humanidade. Por modéstia, por inaptidão para transformar sentimento em palavras, por timidez ou mesmo pelo receio de ser interpretado erroneamente, perdem as gerações seguintes valiosos indicadores para o conhecimento das grandezas e das servidões da alma do soldado, em cuja vontade de lutar repousa, em última análise, a segurança das nações.

Pequenas estórias de inverno

Os insucessos dos ataques de Castello impediram as demais ações ofensivas planejadas. Assim, tivemos de passar todo o inverno em posições altamente desfavoráveis.

Como vimos anteriormente, a 2ª Companhia estava no terreno com o seguinte dispositivo: 3º Pelotão, em Montecavalloro; 2º Pelotão, em Boscacio, e o 1º Pelotão, em Lissano, com a missão de bloquear a Rota 64, que se dirigia para Bologna.

Na primeira noite que passamos nesta situação, os alemães realizaram um golpe de mão o qual chegou até o PC da Companhia. Diga-se, porém, que este, em Lissano, estava muito exposto, pois foi a posição prevista inclusive para após a tomada de Castelnuovo, a fim de evitar deslocamento desnecessário. Como o ataque não foi realizado, o mais aconselhável deveria ser seu recuo. Pelos reflexos negativos na moral da tropa, decidimos correr o risco e permanecer na mesma posição durante todo o inverno.

A posição de Boscacio era tão inconveniente que seu acesso obrigatoriamente realizava-se pela terra de ninguém, dificultando, sobremodo, o suprimento normal. Não tínhamos outras opções. Essa era a situação e só nos restava conviver com ela.

Nesse ambiente e nessas condições vivemos várias ocorrências que relataremos a seguir.

Guia de Suprimento de Boscacio

Diariamente, quando a noite caía, o pessoal da cozinha equipava um muar com marmitas térmicas a qual continha as rações para um dia de alimentação do pelotão que ocupava Boscacio. Um soldado era encarregado de passar no PC com esse muar e, por volta das 21h, subia o morro levando o suprimento. A operação apresentava grande risco, pois a própria repetição diária poderia constituir-se em presa fácil para o inimigo que, além de dominar nossas posições, patrulhava integralmente a frente todas as noites.

A operação vinha-se repetindo desde 18 de novembro. Em uma noite de fins de dezembro, ao atingir o PC com o muar carregado, depois da inspeção passada pelo comandante e pelo subcomandante da Companhia, o guia declarou que não conduziria o muar, pois estava com um pressentimento de que naquela noite seria malsucedido. Além disso, alegava estar cansado, com o risco diário que vinha correndo.

Várias correntes de opinião se formaram desde logo no PC; alguns achavam que a atitude refletia covardia; outros insinuavam que o soldado deveria ser punido; uns ainda ponderaram que a referida praça cumprira durante muitos dias a missão, com evidente desgaste psicológico.

Ouvidas as diversas reações, debati o problema com o tenente Evangelista, meu subcomandante e leal companheiro, o qual sempre apresentava muito bom senso em suas opiniões.

Decidimos mandar o soldado de volta à cozinha e dissemos-lhe que ficasse tranquilo, que se aquietasse, pois o que estava sentindo refletia grande cansaço, com rápida recuperação. Mandei escalar outro guia para o muar.

A decisão não agradou a todos, mas preferi mantê-la e aguardar o resultado.

Passada uma semana, quando fomos inspecionar o muar à noite, tivemos a grata satisfação de encontrar o primeiro guia conduzindo o animal. Com moral elevado, agradeceu comovido a compreensão que tínhamos tido com ele e não mais colocou qualquer embaraço no cumprimento de sua missão.

Bombardeio do PC

A estranha colocação de nosso PC, causada pela suspensão do prosseguimento do ataque, trouxe-nos diversos incômodos. A presença das viaturas do comandante da Companhia e do observador avançado de Artilharia, tenente Resstel, estimulava os alemães a nos visitarem com frequência em seus patrulhamentos noturnos. Assim, era constante termos que reforçar a defesa do PC para impedir a aproximação de tão indesejáveis visitantes.

Uma noite, a patrulha alemã era tão grande em efetivo e chegou tão perto do PC que se configurou uma real situação de perigo. Esgotados os recursos para obstar sua progressão, resolvemos adotar uma solução *sui generis*, lembrada pelo tenente Resstel: "Vamos para o porão do PC, em posição a mais abrigada possível, e solicitemos à artilharia brasileira que realize uma concentração de tiro sobre nós."

Depois de vencermos algumas resistências do oficial de operações do Grupo de Artilharia, esta foi desencadeada surpreendendo totalmente os alemães, apanhados em completo desabrigo.

O inimigo recuou sem perda de tempo e deixou até algum material em sua fuga inopinada.

Captura do muar alemão

Durante o inverno, mantivemos um patrulhamento em toda frente, particularmente à noite, sobre as posições inimigas. Procurávamos impedir que fossem lançados golpes de mão sobre nossa posição. A situação durante o dia era de relativa calma; somente quando um indivíduo se expunha ou quando algum movimento fazia suspeitar algo de anormal é que, geralmente, os alemães realizavam bombardeios de Artilharia e morteiros sobre nossas posições. Não posso me esquecer de uma tarde de um dia de janeiro em que um coronel americano chegou ao meu PC acompanhado do major Gross e abriu uma grande carta para fazer a identificação do terreno. Adverti-os de que tal procedimento provocaria uma reação dos alemães, mas não fui ouvido em minhas ponderações. Depois de percorrermos alguns pontos do terreno com a carta aberta, deu-se o previsto: os alemães desencadearam violento bombardeio sobre nós. Era praxe contar-se o número de granadas para o registro diário do S/2 quanto à atitude do inimigo. Assim, em 10 minutos, recebemos, regulados sobre nós, 286 tiros de artilharia. Eu e o tenente Resstel nos colocamos em um pequeno estábulo, entre as vacas, para evitar sofrer os efeitos do bombardeio, enquanto o major Gross e o coronel americano lançaram-se para um *Fox Hole* (abrigo) próximo. Mas a tropa, que se encontrava em posição na região, não teve a mesma sorte. Além de vários soldados feridos, tivemos um cabo morto com um estilhaço de granada, o qual lhe arrancou o tampo da cabeça.

Para a passagem da noite normalmente se programava intenso plano de patrulhamento, em toda frente. Durante o dia, observadores, via de regra, identificavam fracas posições inimigas; à noite, não só havia também patrulhamento inimigo, como um recrudescimento do tiro das armas automáticas em diversos pontos da linha de contato, trazendo para a tropa uma inquietação altamente desgastante. O

homem brasileiro, avesso ao repouso durante o dia, sofria com a impossibilidade de usufruir um descanso noturno com tranquilidade, refletindo-se tal fato na diminuição do vigor físico e psicológico da tropa.

Achando muito grande o número de metralhadoras que se manifestavam durante as noites, decidimos organizar uma patrulha poderosa e fazê-la deslocar-se para uma posição do terreno o mais abrigada possível, junto à linha inimiga. Equipamos quase todos os homens com armas automáticas, demos ao comandante um magneto (pequeno telefone) para durante todo o tempo ficar em ligação com o Comando da Companhia e fixamos dois itinerários distintos para a ida e para a volta.

Cerca das 17h, já com a noite quase totalmente escura (é bom lembrar que estávamos no inverno na Europa, quando a noite se iniciava em torno das 16h), demos partida à patrulha comandada pelo segundo-sargento Camargo (sargento auxiliar do 2º Pelotão), combatente treinado, corajoso, ardiloso e com excepcionais qualidades de liderança.

Até atingir o ponto fixado, foi descrevendo pelo magneto tudo que via. Na posição final, tomou um dispositivo de defesa circular e aguardou os acontecimentos.

Por volta das 22h, iniciaram-se os tiros de metralhadoras, ora em um ponto, ora em outro, e assim sucessivamente em toda a frente.

Perto da meia-noite, fomos chamados por um assobio pelo magneto. O sargento Camargo, muito tranquilo, informou que todo o matraquear partia de uma única metralhadora. Os alemães, desejosos de nos manter inquietos toda a noite, haviam amarrado uma metralhadora pesada sobre o dorso de um muar, e, com apenas dois soldados, ficavam toda a noite percorrendo vários pontos da frente, dando algumas rajadas, com a impressão de que havia contínua ocupação de toda a linha.

Quatro horas depois, o sargento Camargo regressou com seus homens sem ser percebido pelo inimigo.

Algumas jornadas mais tarde, o mesmo sargento Camargo, comandando nova patrulha, voltou às posições inimigas, agora com a missão de aprisionar o muar com a metralhadora e os dois alemães. Por volta das 2h da madrugada, chegava o Camargo de volta.

O muar e a metralhadora foram para a nossa cozinha; os dois alemães encaminhados ao oficial de informações do Batalhão, tenente Piason, que soube, mediante interrogatório, aproveitar bem todas as informações úteis recolhidas.

Não há dúvida de que os recursos materiais, o preparo dos soldos e a bravura pessoal geralmente conduzem a vitórias retumbantes; mas o dia a dia do combatente é vencido pela malícia, pela imaginação e por ações de efeito psicológico, levando mais vantagem o mais engenhoso, o mais imaginativo, aquele que com inteligência sabe aplicar os princípios hauridos nos bancos escolares, isto é, válido também para o inimigo...

Emprego dos holofotes

De 17 de novembro a 4 de janeiro de 1945, permanecemos nessas posições, 2º Pelotão, em Boscacio; 3º Pelotão, em Montecavalloro, e o 1º Pelotão, com o PC, na região de Lissano, este com a função precípua de barrar a Rota 64 e fechar o flanco leste de todo dispositivo da FEB.

Em janeiro, fomos substituídos pelo 2º Batalhão do 1º RI, do major Sizeno, e a minha Companhia foi substituída pela do capitão Waldir Moreira Sampaio, meu querido amigo e velho companheiro desde os bancos escolares do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Percorremos juntos nossas vidas seis anos no Colégio Militar; três na Escola Militar; três no Batalhão-Escola e agora estávamos juntos na FEB; éramos quase irmãos (para minha tristeza, faleceu ele em setembro de 1983, em São Paulo). Naquele momento, o destino mais uma vez nos aproximou.

A operação militar de substituição é delicada e tensa, pois representa um espaço de tempo no qual as tropas permanecem quase indefesas diante de uma incursão inimiga. Entretanto, ela se realizou com facilidade, amena e cheia de bons augúrios. Isso só foi conseguido pela amizade que unia os comandantes dos batalhões, majores Sizeno e Gross, talvez no mesmo grau mantido entre mim e o capitão Waldir.

Completada a substituição, deslocamo-nos para a região de Porreta Terme, onde nosso Batalhão passou à reserva do IV Corpo de Exército.

Nessa mesma época, baixava ao hospital o S/1 do Batalhão, capitão Nelson Bessa. Foi colocado em seu lugar o capitão Aldo, que exercia a função de oficial de operações (S/3). Fui, então, chamado pelo major Gross para seu Estado-Maior, a fim de assumir a função de oficial de operações (S/3). Aceitei a missão com a condição expressa de ser substituído no Comando da 2ª Companhia pelo meu subcomandante,

o agora capitão João Evangelista Mendes da Rocha, promovido em dezembro de 1944. Esse velho companheiro e amigo havia se portado até aquele momento com extraordinária dignidade e mantinha magnífica ligação com os integrantes da indômita 2ª Companhia, um pequeno punhado de homens – 219 mais precisamente – que já haviam escrito, com sua bravura, um heroico capítulo de nossa História. Não poderiam, pois, ser abandonados por mim ao comando de alguém que não os conhecesse profundamente e não pudesse aquilatar e explorar o destemor do brioso conjunto que compunham. Assim ocorreu, fui para a 3ª Seção do Batalhão, e o Evangelista assumiu o Comando da Companhia.

Na região de Porreta Terme, onde ficamos uns 20 dias, preocupei-me com o preparo físico do Batalhão e com o recompletamento do material para as próximas missões, aguardadas para o término do inverno, e da retomada das operações ofensivas. No caso específico em que vivíamos, só se falava na "ofensiva da primavera", a qual poderia concretizar o fim da guerra.

Enquanto me mantive em Porreta, toda noite acompanhava o major Gross na visita que fazia à 3ª Seção da Divisão, na qual se encontravam vários oficiais de Estado-Maior de extraordinário brilho. Seu chefe era o tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco, meu antigo comandante do Batalhão da Escola Militar quando lá servi como instrutor; seus auxiliares, o tenente-coronel Adhemar de Queiroz, extraordinário companheiro com quem havia convivido nos meus dias de Paraná, os majores Luiz Mendes da Silva, antigo instrutor da Escola Militar no meu tempo de cadete, Cunha Melo, companheiro de guarnição do meu tempo de Vila Militar, quando eu estava no Batalhão-Escola e ele na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Castello Branco, meu velho companheiro da época em que ambos éramos instrutores da Escola Militar e o capitão Alcy de Avila Mello, o qual tinha comigo relacionamento menor, o que não prejudicava a minha admiração pelo seu conceito, pela fulgurante inteligência e extremada dedicação ao serviço. Junto a esse excepcional grupo, encontrava-se um jovem segundo-tenente, intérprete do Quartel-General, que também se tornou muito meu amigo, o tenente Rubens Argolo.

Assim, nossos contatos diários com a 3ª Seção da Divisão constituíam extraordinários momentos de prazer profissional e intelectual. Normalmente, lá permanecíamos todas as noites por algumas horas. Foi aí que o capitão Alcy de Avila Mello falou-me de seu desejo de realizar

alguns testes de operações noturnas com os holofotes do tiro antiaéreo para emprego pioneiro na iluminação no campo de batalha. Diga-se de passagem que isso só poderia ser tentado porque a aviação alemã havia reduzido a quase nada as suas incursões sobre a tropa. Desse modo, a bateria dos holofotes estava quase sem emprego, e também tínhamos quase certeza de que a iluminação não atrairia avião inimigo sobre as posições.

A experiência constava de colocar uma tropa nossa no terreno, fazendo às vezes do inimigo em posição defensiva. Ligar os holofotes sobre essa posição e progredir com outra fração para observar o quanto os holofotes dificultariam a visão da tropa da defesa sobre a que progredia. O resultado foi excelente, e os que progrediam aproximaram-se da posição até 50m sem serem percebidos, dado o efeito da cegueira ocasionado pelos holofotes nos soldados que realizavam a defensiva.

Realizamos um segundo teste, com a tropa na mesma situação; porém, os holofotes, em vez de serem lançados sobre a tropa em posição, seriam projetados no céu, sobre as nuvens, criando um luar artificial. A progressão da outra tropa se repetiu, e o resultado foi bom, com o movimento facilitado pela difusão da luz. Contudo, sua aproximação foi percebida a uma distância de cerca de 100m da posição de defesa.

Guardamos as observações colhidas. O capitão Avila Mello, brilhante como era, registrou as experiências, pois poderiam nos ser úteis nos dias subsequentes. O comandante dos holofotes do exército americano alegrou-se diante de uma longínqua possibilidade de ser aplicado. A partir daí, ficamos os três, capitão Avila Mello, o capitão americano e eu, ligados por saudáveis laços de camaradagem.

Quanto à aplicação em combate dos ensinamentos de nossa experiência, o futuro iria nos trazer a oportunidade desejada.

Em fins de janeiro, o 1º Batalhão do 6º RI (Batalhão Gross) voltou a substituir o 2º Batalhão do 1º RI (Batalhão Sizeno) nas antigas posições. Já estávamos recuperados e voltávamos à antiga posição certos de que agora só a abandonaríamos depois de realizarmos novamente o frustrado ataque de novembro de 1944.

Minha situação havia evoluído. Já não comandava a 2ª Companhia, mas era o oficial de operações (S/3) do Batalhão. Consequentemente, meu planejamento passou de um efetivo de 219 homens para 809 homens, efetivo do Batalhão. O patrulhamento que realizava para minha Companhia passou a ser previsto para a frente de três Cias, e a intensidade aumentou,

pois sabíamos da aproximação de operações ofensivas. Precisávamos por isso de informações atualizadas, não só sobre o inimigo como também sobre o terreno que provavelmente iríamos percorrer.

Aí permanecemos até o dia 2 de março de 1945.

Ataque de Castelnuovo (Di Vergato)

No dia 2 de março de 1945, recebemos ordem de substituição, agora, pelo 2º Batalhão do 11º RI (Batalhão Ramagem). Para nós, a notícia foi desoladora. Havíamos namorado Castelnuovo desde novembro de 1944, tínhamos realizado mais de uma centena de patrulhas na região, conhecíamos todos os detalhes do terreno e do inimigo, por isso não compreendíamos por que motivo deveria sua posse passar à outra Unidade. Devíamos deslocar nosso Batalhão para a região de Palazzo, junto à Torre di Nerone, próximo ainda de Castelnuovo, em seu flanco oeste.

No dia 3 de março, como oficial de operações do 1º Batalhão do 6º RI, fui chamado ao PC do RI. O rodízio determinado pelo ministro da Guerra de então, general Dutra, substituíra o coronel Segadas Viana pelo coronel Nelson de Mello. Já me havia relacionado com esse novo coronel, pois a FEB, por um período durante o inverno, constituiu uma força-tarefa sob seu comando, e eu participara dela.

Na reunião do PC do RI, recebi, então, a seguinte ordem do coronel Nelson de Mello: "Atacar às 5h30min do dia 5 de março para conquistar, sucessivamente, Soprassasso e, em seguida, cotas 720."

Não era prevista desde logo a conquista de Castelnuovo, embora a posse das cotas 720 possibilitasse, sem grande esforço, chegar até lá.

Com o nosso movimento, o Batalhão do 11º RI (Ramagem), que nos havia substituído, também atacaria na direção de Castelnuovo. Se tivesse sucesso, prosseguiria; se não conseguisse prosseguir, fixaria o inimigo, facilitando, sobremodo, nossa operação.

Não perdemos tempo. Ao alvorecer da jornada de 4 de março, eu e todos os comandantes de subunidade fomos para o observatório; estudamos minuciosamente o terreno; analisamos fotografias aéreas com o estereoscópio; identificamos as organizações do terreno que os alemães ocupavam e, por fim, montamos o dispositivo. Partiríamos, inicialmente, com a 1ª Companhia à esquerda e a 2ª Companhia à direita. A 3ª Companhia seria mantida de início em 2º escalão, em condições de ultrapassar qualquer uma das duas de 1º escalão (escalão de ataque). A Companhia de Petrechos Pesados reforçaria, desde logo, cada Companhia de 1º escalão com uma Seção de Metralhadoras Pesadas. Os outros meios em Metralhadoras Pesadas e o Pelotão de Morteiros 81mm apoiariam a partida do ataque, procurando particularmente neutralizar as resistências inimigas identificadas pelas fotografias aéreas. Analisado pormenorizadamente o ataque, profundidade, duração provável da operação, baixas possíveis, consumo de munição, necessidade de comunicações etc., procuramos ainda no terreno, com uma máquina de escrever sobre o jipe, redigir a "Ordem de Ataque". Nesta, tentamos caracterizar as diferentes fases da operação com um código de cores, a fim de facilitar a transmissão pelo rádio e dificultar para o inimigo a identificação de nossa posição. Localizamos o Posto de Remuniciamento próximo da linha de partida e especificamos a quantidade de cada tipo de munição que deveria ser estocada até o início do ataque. Fixamos o PC à proporção que o ataque fosse evoluindo. Determinamos o silêncio do rádio até as 6h da manhã, ocasião em que todos entrariam no ar. Geralmente o silêncio do rádio é quebrado na hora do ataque, mas, no nosso caso, só o quebramos após 30 minutos de progressão porque desejávamos a maior aproximação possível da linha inimiga.

Batida a ordem, imediatamente distribuí, em nome do comandante do Batalhão, um exemplar a cada comandante de Companhia e a cada elemento de apoio.

Nesse momento, ocorreu uma piada um tanto bizarra. O comandante da 3ª Companhia, capitão Aldenor Maia, o que sofrera o pior contra-ataque em 30 de outubro, em Barga, virou-se para os companheiros e disse: "Este ataque não vai sair." Os outros, surpresos, perguntaram: Por quê? Respondeu ele: "Porque nunca recebemos uma ordem escrita antes do ataque se realizar, esta é a primeira vez!" Depois de uma troca de pilhérias, em uma demonstração de bom humor, consequência

do moral elevado, todos retornaram a suas tropas e deram início aos preparativos para a grande jornada que iríamos viver em 5 de março de 1945, que entrou para nossa história como a Tomada de Castelnuovo.

Às 5h, foi iniciado o movimento. A 1ª e a 2ª Cias progrediram com relativa facilidade. Ao se aproximarem das primeiras resistências inimigas, o entrevero se estabeleceu. O ímpeto de nosso ataque era realmente mantido, e os primeiros êxitos começaram ser colhidos. Já com toda a rede-rádio aberta, os combates iam-se sucedendo galhardamente, desalojando o inimigo de privilegiadas posições onde tinham vivido durante todo o inverno.

Na frente do 11º RI, o Batalhão Ramagem, por meio do rádio do tenente Mamede, S/3 do 11º RI, mantinha estreita ligação comigo, no PC do 1º Batalhão do 6º RI. A luta era cerrada. O 11º RI defrontou-se com inúmeros campos de mina, o que transformou sua progressão em tarefa altamente penosa. O capitão Darcy Lázaro, comandante de uma das companhias do Batalhão Ramagem, teve de enfrentar as piores dificuldades. No entanto, quer em uma frente, quer noutra, a progressão se fazia, e o inimigo era forçado a ceder progressivamente o terreno.

Por volta das 10h da manhã, a 2ª Companhia, do capitão Evangelista, já sobre Soprassasso, primeiro objetivo previsto a ser conquistado, ao ser castigado pelos fogos inimigos, decidiu abandonar a posição onde se encontrava e ocupar uma outra que não estivesse recebendo tiros inimigos regulados. Com o cabo que carregava seu rádio, deu um lance para novo abrigo. Ao deitarem sobre o terreno, o cabo foi para o espaço com o corpo em pedaços. Haviam caído sobre uma mina. O capitão se salvou milagrosamente, mas o cabo Casa Grande, nosso antigo companheiro desde os primeiros dias de combate, deixou-nos para sempre, morrendo no cumprimento do dever.

O ataque prosseguiu, e, por volta das 14h30min, o major Gross, diante da pertinaz resistência oferecida pelo inimigo, resolveu abandonar o PC e juntar-se às companhias de 1º escalão, e, à viva voz, entusiasmou as duas companhias no prosseguimento do avanço sobre o inimigo. Inédita bravura registrava o major Gross, nosso comandante, nosso chefe, nosso amigo, nosso companheiro, que, por tantas e tantas vezes, tolerara a imprudência de todos nós, o qual nos impulsionava e agora dava também de sobejo seu exemplo de destemor.

Ao cair da tarde, as cotas 720 eram conquistadas; cumpríamos plenamente, desse modo, a missão imposta.

A essa altura também já se encontrava no PC do Batalhão o coronel Nelson de Mello, comandante do 6º RI, chefe audaz, corajoso e com grande capacidade de liderança. Ao sentir que o êxito do nosso Batalhão levava o pânico às posições inimigas, decidiu que o ataque prosseguisse sobre Castelnuovo. Chamou-me e deu-me a ordem de "prosseguir sobre Castelnuovo".

Ponderei que todo o planejamento havia sido feito para um ataque com a profundidade até as cotas 720; se prosseguíssemos, poderíamos não ter munição suficiente para a operação, caso o inimigo se mantivesse, teimosamente, preso ao terreno; a nossa comunicação com fio poderia ser interrompida, por não possuirmos cabos telefônicos em quantidade necessária; e, ainda, o terreno a percorrer não nos possibilitaria chegar a Castelnuovo ainda com luz; um ataque à noite era desaconselhável.

Toda a argumentação foi em vão. O coronel Nelson de Mello determinou: "Prossiga sobre Castelnuovo; desejo ter essa região em minha posse, hoje."

Cheguei ao rádio e transmiti a ordem ao major Gross.

Nesse momento, tínhamos a 1ª Companhia sobre a cota 720 do oeste; a 2ª Companhia sobre a outra cota 720 do leste e a 3ª, com um dispositivo à retaguarda, em condições de ser empregada.

Desde 30 de outubro o major Gross desejava dar ao capitão Aldenor, comandante da 3ª Companhia, uma oportunidade para que ele se afirmasse como verdadeiro combatente. Depois do grande revés que sofrera em Barga, pensou inclusive em deixar o Comando da Companhia. O destino entregava a nosso equilibrado major a oportunidade desejada. Imediatamente, determinou ao capitão Aldenor que ultrapassasse as demais companhias e conquistasse Castelnuovo.

Paralelamente, no PC do Batalhão, preocupado com a operação que iria se desenvolver à noite, lembrei-me dos holofotes do capitão americano. Sem falar com ninguém, me comuniquei com a retaguarda e solicitei que se ligassem quatro holofotes diretamente sobre Castelnuovo. O espetáculo foi deslumbrante. A surpresa do acontecimento foi geral. A tropa, estimulada pelo evento, exultou de entusiasmo e partiu com tal veemência sobre o objetivo a conquistar que, quando lá chegou, surpreendeu vários combatentes alemães à mesa, jantando, e um sentado no vaso sanitário, lendo um documento.

O Batalhão Ramagem conseguira prosseguir ultrapassando Montecavalloro e Boscacio e abrira o dispositivo na direção de Vergato.

Realizava a FEB uma das mais bonitas operações em campos europeus. Sua coordenação, montagem, planejamento, desenvolvimento, exploração do êxito caracterizavam, bem fundo, o alto grau de adestramento que havíamos atingido. Paralelamente, a bravura com que todos haviam-se comportado atestava o elevado moral da tropa brasileira.

O saudoso marechal Humberto de Alencar Castello Branco, na época, o bravo tenente-coronel Castello Branco, chefe da Seção de Operações da Divisão Expedicionária Brasileira, em palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, muito tempo depois do período da guerra, assim se expressou:

A FEB tem:
Uma operação de abertura – Camaiore
Uma operação de dignidade – Castello
Uma operação de sofrimento – Montese
Uma operação militar – Castelnuovo, e
Uma operação de coroamento – Fornovo.

Diz melhor quem tem autoridade para dizê-lo.

Observação: no arquivo da FEB que doei à AMAN, por ocasião da minha saída do serviço ativo do Exército, encontra-se a ordem de ataque de Castelnuovo, no original.

Ruptura da linha alemã em Castel D'Aiano (14 abril de 1945)

Conquistada Castelnuovo, permanecemos alguns dias ocupando as posições. Fomos deslocados em seguida para a região de Mazancana-Capela de Ronchidos. O contato ia-se enfraquecendo. A linha de crista, que se estendia por alguns quilômetros, de Bel-

vedere a Castelnuovo, assegurava a posse dos rios Marana e Avena pelos alemães. Perdidas essas posições pelo inimigo, nova linha precisaria ser defendida para impedir nosso acesso ao Vale do Panara e posteriormente ao Vale do Pó.

A defesa alemã se estruturou particularmente na região dos morros que dominavam Montese.

Nos avanços dos batalhões que se iam liberando com o recuo alemão, coube ao 1º RI defrontar-se inicialmente com essas elevações de Montese. Desde logo, foi sentido o desejo do inimigo de não ceder essa região. Do simples contato inicial, o engajamento foi-se processando e culminou em um dos mais cruentos combates da FEB.

À proporção que nossas tropas iam sendo reunidas, eram automaticamente orientadas para as regiões vizinhas de Montese, ficando em condições de, a qualquer momento, engajarem-se nas operações que ali se desenvolviam. Desse modo, passaram a participar inicialmente o 11º RI, em seguida o 1º RI e por fim o 6º RI. Meu Batalhão, que se havia deslocado de Mazancana para Pietra Colora, recebeu ordem preparatória para o ataque a Monte Montelo, nas imediações de Montese. Fui ao terreno, estudei a situação e, novamente, dei a ordem por escrito. No entanto, o dia não havia sido fixado. Passamos, portanto, a realizar, com toda discrição, reconhecimentos contínuos da área. Vivíamos a primeira quinzena de abril e, na noite de 13 para 14, fui chamado, por volta das 21h, ao PC do RI. Quando lá cheguei, o coronel Nelson de Mello, com elementos de seu estado-maior, sentou-se a uma mesa e informou que o Comando Aliado havia decidido não prosseguir sobre as alturas dominantes de Montese. Seria organizado um conjunto tático com base no 1º Batalhão que seria lançado por Castel D'Aiano envolvendo Montese. Essa tropa deveria prosseguir na direção de Zocca e atingi-la no fim de jornada, se possível.

Por volta das 3h da madrugada regressei ao PC do Batalhão. O tempo de que dispunha para a tomada do dispositivo, para iniciar o cumprimento da missão, era exíguo. Fui obrigado a uma infração às regras de segurança, pois determinei ao motorista do jipe que acendesse os faróis e desenvolvesse a maior velocidade possível. Tinha um deslocamento até o PC do Batalhão de aproximadamente 45 minutos, e o início do movimento estava previsto para as 7h do dia 14; dispunha, portanto, de parcos momentos para as diversas iniciativas a tomar, em particular, com a tropa.

Quando cheguei ao Batalhão, já com um esboço da operação elaborado durante a viagem, disse ao major Gross, meu comandante, que me autorizasse a dar, pelo telefone, ordem aos escalões subordinados e que ficassem a meu lado para simultaneamente irem tomando conhecimento da missão que havia recebido do escalão superior. O major Gross de imediato acatou a sugestão e passei a dar missão a cada um. A grandeza desse meu chefe sempre esteve presente. Sabia que confiava muito em mim, mas não seria por isso que iria exorbitar, usar seu nome sem sua autorização. Quando terminei de transmitir as ordens ao último elemento, aproximadamente às 5h30min, pus-me a sua disposição para maiores esclarecimentos quanto à ordem recebida.

Rigorosamente às 7h, iniciamos o deslocamento. Enveredamos por uma estrada que envolvia a posição de Montese e ia atingir, depois de percorridos uns 40km, a cidade de Zocca.

Ao penetrarmos nas posições inimigas, tivemos diante dos olhos o quadro mais desconcertante de até então. Sentimos de modo brutal os efeitos da guerra. Nosso bombardeio sistemático durante vários dias seguidos destruíra grande parte do casario que se estendia ao longo da estrada. As granadas incendiárias, lançadas indiscriminadamente, destruíram casas e plantações. Grande número de cadáveres se expunha ao longo do trajeto, transformando nosso movimento em um quadro macabro. Da torre de uma igreja, semiqueimada, pendia o corpo de um soldado alemão, uniformizado e mutilado. Essa era uma visão que, realmente, feria fundo nosso sentimento humano. O pouco tempo que havíamos oferecido ao inimigo não permitira que ao menos cumprisse a mais simples obrigação cristã, qual seja, enterrar seus mortos. Alguns corpos já entravam em decomposição, exalando odores terríveis. O espetáculo era deveras sinistro. Ultrapassada essa região que havia sofrido o violento impacto de nosso ataque, prosseguimos sem grandes perturbações, atingindo as imediações de Zocca por volta das 18h. Foram lançadas algumas patrulhas no interior da cidade e aí passamos a noite, quando recebemos nova ordem de prosseguimento em busca do contato com o inimigo que, a essa altura, iniciava sua manobra de retardamento.

Os movimentos, durante 10 jornadas, foram se repetindo normalmente; avançávamos durante a claridade dos dias com relativa facilidade, com o inimigo oferecendo fraca resistência No final da tarde, a defesa ia-se tornando mais densa e, ao atingirmos as linhas que suces-

sivamente nos eram determinadas, também tomávamos um dispositivo de segurança para a passagem da noite, quando nos eram dadas novas ordens para prosseguimento da jornada seguinte. Assim, chegamos às proximidades de Collechio.

O que vinha se sucedendo com o 1º Batalhão do 6º RI ocorria também com outros grupamentos táticos, organizados à base de batalhões dos outros regimentos (1º e 11º RI). Desse modo, a tropa brasileira ia por vários itinerários, cerrando todo o seu dispositivo sobre o inimigo, enquanto procurava exercer uma operação de cerco às tropas que iam recuando, com o fim de desencadear as operações finais e dar por terminada a guerra no *front* italiano.

Com esse espírito ofensivo, os brasileiros desenvolviam brilhante operação de perseguição ao inimigo, fase regulamentar que normalmente é aplicada nesse estágio das operações militares.

Os alemães, por sua vez, realizavam a operação de retardamento com mestria, pois, em seus movimentos de retraimento, não deixavam qualquer material para ser apreendido, e suas baixas eram muito pequenas.

Os brasileiros, com vários batalhões articulados sobre diversos eixos, tendiam a uma operação de cerco de todos os elementos alemães que iam recuando.

É justo que se faça referência especial à atuação, sempre brava, do nosso Esquadrão de Reconhecimento sob o comando do valente capitão Plínio Pitaluga. Avançando também por um dos eixos, precedia normalmente a tropa de Infantaria na execução de sua missão específica de reconhecer profundamente as linhas inimigas. Embora com um efetivo menor, realizava escaramuças tão audazes que não foram poucas as vezes que, surpreendendo os alemães, realizou de maneira audaciosa grande número de prisioneiros.

Na noite de 27 para 28 de abril, a situação iria mudar. Quando entestamos com Collechio, o comando brasileiro decidiu quebrar o ritmo de progressão e não parar, como normalmente vinha ocorrendo. Ficou determinado que por volta da meia-noite atacaríamos a cidade com tropas do 6º e 11º RI, reforçadas por carros de combate. Realizaríamos uma operação de ataque noturno, operação normalmente evitada pelas grandes dificuldades de controle e progressão. Esta, entretanto, foi realizada com pleno êxito, e o inimigo sofreu um revés evidente

diante da surpresa da ação. Ao ocuparmos a cidade, apreendemos considerável quantidade de material que havia sido abandonada na fuga desordenada.

Para a jornada de 28, o comando brasileiro decidiu prosseguir pressionando com todo ímpeto o inimigo, que começava a apresentar os primeiros indícios de desagregação.

A essa altura, recebíamos informações de que o grosso dos efetivos alemães, em sucessivas manobras, vinha canalizando sua resistência para a região de Fornovo di Taro.

As vias de acesso a essa região estavam sendo progressivamente ocupadas por tropas brasileiras. Bastava, pois, selecionar aquela em melhores condições de terreno para com ela realizar o golpe final, enquanto as outras, ao mesmo tempo, também aumentariam suas pressões sobre o inimigo que aí se vinha agrupando.

Foi assim que, no amanhecer de 28 de abril, o 1º Batalhão do 6º RI (major Gross) recebeu a missão de atacar Fornovo, com o início do movimento previsto para o meio-dia.

Com seu PC instalado em Ponte Escodone, articulou sua tropa, com duas companhias em 1º escalão, orientada pela estrada que do PC conduziria o movimento até Fornovo, passando pela região de Caiano.

Na hora prevista, demos início ao movimento. O inimigo, que já havia abandonado muito material na noite anterior, percebeu que, se os brasileiros tivessem êxito, as perdas poderiam ser muito maiores ou mesmo fatais; por isso, resolveu endurecer o combate.

Iniciado o ataque, encontramos violenta resistência e tivemos de progredir inclusive sob fogo da artilharia antiaérea, prova inequívoca da vontade do inimigo de jogar todos os meios de que dispunha naquela cartada.

No engajamento do combate, o 3º Pelotão da 2ª Companhia do 1º Batalhão do 6º RI foi totalmente envolvido pelo inimigo e sofreu em poucos minutos aproximadamente 18 baixas. Morreu nessa operação o jovem e bravo sargento Andiras, modelo de combatente, sadio, sempre pronto a cumprir as missões difíceis. Eu, particularmente, tinha por esse jovem companheiro uma afeição especial porque ele, inicialmente, não era da 2ª Companhia. Quando recebi minha primeira condecoração, em 16 de novembro de 1944, ficou tão entusiasmado que me pediu para servir comigo. Embora na ocasião eu o tivesse alertado de que na guerra

"a gente não deve forçar o destino", mesmo assim ele veio para junto de mim, e compartilhamos os mesmos riscos em várias missões. É, pois, com muita saudade que me recordo do Andiras, que tombou com honra aos primeiros indícios do fim da guerra.

A 2ª Companhia que eu comandara de junho a janeiro e que tantas glórias havia conquistado, não só nesse período como em seguida, no ataque a Collechio, realizado na noite anterior, estava com seu 3º Pelotão mutilado. O capitão Evangelista, seu comandante, ao me comunicar o ocorrido, sugeriu que fosse enviado um combatente pela estrada a fim de atrair o fogo inimigo no novo alvo, para aliviar a pressão sobre a tropa e possibilitar um reajustamento de seu dispositivo. Não vacilei em organizar um pequeno grupo para tentar atender a solicitação do capitão Evangelista.

Praticamente, todo o Batalhão estava empenhado. Um pelotão americano de carros de combate, que reforçava o Batalhão, seria o apropriado; mas seu comandante ponderou que a estrada estava minada e, portanto, com impossibilidade de deslocamento.

Restavam do nosso Batalhão apenas alguns elementos do Pelotão Anticarro, comandado pelo tenente Darcy de Almeida Koeller. Tinha por esse oficial grande amizade; não só acompanhara sua vida desde cadete como tinha antiga amizade de família com a moça com quem se casara. Conhecera-a desde muito jovem, por isso não desejava engajar o Koeller nessa operação, mas ele ponderou com veemência e não aceitou ficar de fora da missão. Resolvemos jogar pela estrada uma viatura, fortemente armada, levando bazuca e grande quantidade de munição, e partir na direção do inimigo com o fim de atrair sua atenção para o novo ponto.

Assim fizemos. Por volta das 17h, saímos, eu na direção do jipe, Koeller ao meu lado, atrás o sargento Apio Aleluia e o soldado Hilário. O jipe conduzia um reboque cheio de granadas de bazuca.

Meia hora mais tarde, depois de percorrermos cautelosamente alguns poucos quilômetros da estrada, atingimos uma grande fazenda. Paramos e realizamos um reconhecimento da casa. Próximo ao estábulo, encontramos alguns italianos escondidos, em pleno terreno onde se desenvolviam os combates. Um deles disse chamar-se Ítalo.

Aproveitando um momento em que estávamos espalhados na região, realizando buscas individuais, furtei-me das vistas do Koeller, passei um pequeno número de granadas para o jipe, soltei o reboque e parti com o sargento Apio a meu lado e o soldado Hilário atrás. Soube

depois da indignação de meu amigo Koeller pela minha atitude, mas não desejava expô-lo em demasia; sua filhinha aguardava sua volta. A partir daí, nosso avanço foi perseguido pelas metralhadoras inimigas com tiros traçantes. Parecia que nosso objetivo havia sido atingido: atrair tiros sobre a estrada para diminuir a pressão sobre a tropa e possibilitar o reajustamento para prosseguir.

Quando atingimos a região de Gaiano, fomos surpreendidos por dois caminhões atravessados na estrada, bloqueando-a por completo. À frente dos caminhões encontravam-se alguns soldados alemães com metralhadoras de mão. A uma distância aproximada de 10m, paramos o jipe, momento em que eles interrogaram se éramos "americani". Respondemos: "Não". Perguntaram, então: "Partigiani?" Respondemos, "Também não". Isso feito, procuramos cautelosamente manobrar o jipe para o regresso sem que, até aquele momento, houvesse sido dado um tiro sequer. Já com o jipe de costas, o soldado Hilário apanhou sorrateiramente a bazuca, carregou-a e disparou à queima-roupa sobre o grupo inimigo. No mesmo momento, tentei acelerar o jipe para nos afastarmos da região. Com poucos metros de deslocamento, percebi grande explosão e tive a sensação de que estava caindo do ar para o lado direito. Perdi os sentidos.

Fui retornando à consciência e, por volta das 18h30min, já completamente desperto, vi-me caído em uma vala que margeava a estrada. Próximo a mim estava o sargento Apio. O jipe, a uns 20m de distância, apresentava-se como um monte de ferro retorcido e disforme. Tentei mover-me, mas percebi que não podia fazê-lo; além de grandes dores, o corpo todo não respondia ao meu desejo de mudar de posição. Passei a mão pelas costas, percebi que estava ferido; pouco tempo depois o Apio também acordou.

A noite começava a cair. Lembrei-me de que como oficial de operações tinha nos bolsos do blusão o código das comunicações, os documentos de identificação e, no peito, a barreta da condecoração americana. Com algum sacrifício, tirei todos os documentos e a barreta e os enterrei na margem da estrada. Sabia que iria ser capturado e estava disposto a nada dizer.

No momento não sabia bem o que ocorrera comigo. O sargento Apio apresentava um ferimento maior na cabeça e no rosto, mas estava em condições de se deslocar. Eu não podia sequer me virar de lado.

Nossa esperança era de o inimigo recuar, como vinha fazendo há vários dias, e nos deixasse lá, caídos, o que nos possibilitaria o encontro por nossa tropa. Mas isso não ocorreu. Passei toda a noite caído na vala até o alvorecer de 29 de abril. O sargento Apio tentou evadir-se quando a noite caiu, no desejo de informar ao Batalhão não só a situação do inimigo mas também a minha. Não conseguiu, foi capturado e trazido para a retaguarda ao alvorecer de 29, passando junto da posição em que eu me encontrava. Quando isso ocorreu, procurei levantar a cabeça para identificar o sargento Apio. Então, fui também carregado por dois soldados alemães para a casa próxima à posição onde era (sabíamos agora) o PC da tropa alemã, a qual defendia a região.

Deitado sobre um colchão, fui interrogado. Quando perguntaram meu nome, disse chamar-me Ítalo (recordam-se do italiano da fazenda?) e que era natural de Parma.

Imensa foi a minha indignação quando o jovem civil que morava na casa virou-se para os alemães que me interrogavam e disse que o meu italiano não era puro e, por isso, não deveria estar falando a verdade.

Os alemães, depois do interrogatório, deslocaram-me para um depósito de cereais, no fundo da casa.

Fui visitado uma vez por um médico alemão que, falando francês fluente, disse-me que pouco poderia fazer por mim porque não só meus ferimentos eram graves como também eles estavam com poucos recursos de medicamentos. Aí fiquei até o fim. Vez por outra, a dona da casa vinha a minha cabeceira e dava-me um pouco de leite.

Quando a rendição se processou, naquela situação e naquele local, recebi da família italiana grande carinho, o que me levou a manter com ela, por muito tempo, correspondência epistolar. O mais incrível foi, talvez movido pelo remorso, o jovem que me denunciara, de nome Júlio Cesar, manter maior frequência daquela ligação por carta.

A rendição passou a ser negociada na posição onde as tropas se encontravam. Os momentos nos quais permaneci naquela casa marcaram dias inesquecíveis em minha vida. A primeira ambulância que atravessou as linhas do inimigo veio para conduzir-me ao Posto de Socorro do meu Batalhão, onde recebi os primeiros atendimentos. Daí, fui levado para o Hospital de Modena (sob barracas), no qual fui submetido a uma primeira intervenção (retirei

estilhaços do rim); em seguida, fui para o Hospital de Bologna, e ali sofri mais duas cirurgias. De lá, segui de avião para o Hospital de Livorno, de onde saí em circunstâncias não muito legais, para regressar ao PC do meu Batalhão, em Voghera. Foi nessa região que permanecemos até o deslocamento para o sul, onde embarcamos de regresso ao Brasil.

Espero que, onde você estiver, Koeller, tenha perdoado seu velho amigo pelo drible que lhe deu. O que ficou de lucro foi a volta para sua jovem esposa. Seu gesto de coragem, procurando tomar parte em uma missão de alto risco, valeu de qualquer forma para colocá-lo na galeria dos combatentes de grande valor.

E o nosso jipe? Qual a causa de sua explosão? Recebeu tiro direto dos alemães na munição que carregávamos, passou sobre uma mina terrestre ou nossas granadas explodiram por efeito da própria detonação do tiro da bazuca? Até hoje, nem eu nem o Apio sabemos explicar e talvez nem os próprios alemães, únicas testemunhas do fato, o saibam.

No fatalismo que rege nossas vidas, resta afirmar: "Assim estava escrito."

Quatro estórias sentimentais

Despedida do sargento Apio

O sargento Apio Aleluia era um jovem que se incorporara no 6º RI. Fora classificado no Pelotão Anticarro do 1º Batalhão e era o sargento-auxiliar do tenente Koeller. Pela função que exercia, tinha limitado contato comigo. Somente depois de minha ida para as funções de oficial de operações do Batalhão, passei a ter com ele maior convívio, ainda que restrito. No dia 28 de abril, quando o nosso jipe explodiu, na região

de Gaiano, ambos ficamos feridos, havendo recuperado nossos sentidos em locais próximos, na vala à margem da estrada. O soldado Hilário, que conosco compartilhara a aventura, fora totalmente despedaçado. Restávamos os dois, eu e o Apio, para contar a história. Meu ferimento impedia-me de qualquer movimento; Apio só se ferira na cabeça; logo, poderia deslocar-se. Conscientes da situação, acertamos que o Apio (por sugestão dele) tentaria ultrapassar a linha alemã durante a noite e procuraria atingir o PC de nosso Batalhão em Ponte Escodone, quando, então, colocaria o major Cross a par das ocorrências. Preparados para tentar o planejado, aconselhei o Apio sobre os cuidados a tomar durante os deslocamentos. Conhecíamos perfeitamente o inimigo o qual combatíamos e sabíamos que a fuga constituía risco muito grande. Por isso, íamos ficar expostos a represálias, particularmente ele, que iria executar o movimento.

A essa altura senti haver algo a perturbar o sargento Apio: sabia que, ao partir, ia deixar-me só, sem apoio de qualquer espécie e ferido gravemente, em uma situação demasiadamente crítica. Nesse estado de espírito, parecendo estar consciente de que não mais se encontraria comigo, disse-me com toda a pureza e simplicidade:

> Capitão Ayrosa, não quero partir sem lhe dizer o que todos nós, praças do Batalhão, sentimos pelo senhor. A cordialidade com que o senhor nos trata, a camaradagem que o senhor nos dá, o apoio que o senhor sempre presta a qualquer um, a sua educação, o seu modo de ser o faz querido por todos. Vou tentar, de qualquer maneira, tirar o senhor daqui. Capitão, queria que o senhor me deixasse lhe dar um beijo na testa antes de partir. Estou certo de que os meus companheiros, no meu lugar, desejariam fazer o mesmo.

Depois de me beijar na testa, seguiu seu destino.

Pequenos momentos de grandes recompensas, pensei eu. Na meditação a que me entreguei durante toda aquela noite, achei que estava, de fato, bem recompensado por tudo que me havia ocorrido. Em

várias ocasiões, pelo trato que oferecia a meus comandados, fui acusado algumas vezes de bom moço, outras de "irmã Paula"; eu nada mais fazia além de procurar especular as causas que haviam motivado as infrações cometidas e procurar corrigi-las sem as atitudes arrogantes que humilham. Isso não me eximia do emprego da energia quando a situação assim o exigisse. Creio que fora bem compreendido, e a prova estava nos resultados colhidos até aquele momento, pois meus soldados aceitavam confiantes todas as ordens que lhes dava. Tudo isso me veio à lembrança naquela trágica vigília que o destino me impusera. Mais calmo, passei a encará-la como natural em uma guerra, em que as emoções se fazem mais violentas, e a morte torna-se aceita sem muita revolta. Aquietei-me e decidi enfrentar os fatos, certo de que, se minha hora fosse aquela, a consciência estaria tranquila com o que eu havia realizado.

O sargento Apio foi o veículo usado por Deus para trazer a paz a meu espírito. A despedida fraterna do sargento Apio e suas palavras de carinho formam uma indelével recordação de minha vida de soldado.

Guardei-a no relicário de meu coração, sem nunca tê-la comentado com qualquer pessoa. Faço-a pública com o sentido de materializar a grandeza a qual une, em um mesmo ideal, os homens que enfrentam juntos os mesmos perigos e, por isso, se aproximam mais de Deus.

Apio e eu voltamos ao Brasil. Atualmente ele se encontra na Bahia com esposa e filhos; com frequência nos comunicamos, como velhos amigos.

Encontro com o soldado Garcia

Depois da rendição dos alemães, cujas medidas preliminares foram iniciadas em 29 de abril, com troca de parlamentares e com ultimato do coronel Nelson de Mello para a rendição, ficou estabelecido que as hostilidades seriam suspensas de imediato. A primeira providência foi a evacuação dos feridos para o lado aliado, pois os alemães se ressentiam mais àquela altura de todo tipo de medicamentos. Grande comboio com ambulâncias aliadas foi buscar no lado alemão aproximadamente 800 feridos. A primeira ambulância que retornou foi a minha, conduzida de imediato ao Posto de Socorro do 1º Batalhão. Depois dos socorros urgentes, transportaram-me para o Hospital de Modena, que funcionava sob

barracas. Tão logo cheguei, fui rigorosamente examinado, radiografado da cabeça aos pés e prontamente submetido a uma intervenção cirúrgica para retirar os primeiros estilhaços do corpo, localizados nos rins. O atendimento foi excepcional. Nada senti. Após a operação, acordei da anestesia na barraca-enfermaria.

Esse foi outro grande momento. Junto a minha cama, como um anjo da guarda, encontrava-se o soldado Antônio Garcia, meu ordenança que me acompanhara por toda a campanha.

Muito devo a esse dedicado companheiro durante toda guerra (junho de 1944 a maio de 1945). Cuidou dos mínimos detalhes de meu conforto e de minha apresentação. No tocante à alimentação, por exemplo, não foram poucas as vezes em que me obrigou a interromper o serviço para fazer uma refeição. Diariamente, pela manhã, aquecia água para eu fazer a barba, polia minhas botinas e corrigia meu uniforme, possibilitando-me uma boa apresentação. Durante qualquer deslocamento, acompanhava-me com uma metralhadora de mão para oferecer-me proteção. Nas noites em que havia possibilidade de algum repouso, colocava-se à porta do cômodo em que me encontrava não só por segurança como para impedir que, sem justo motivo, eu fosse perturbado. Foi, sem favor, o ordenança ideal para quem, como eu, tinha missões sérias a cumprir.

Garcia, que havia conseguido abrir uma exceção com o comandante do hospital americano, encontrava-se próximo a minha cama, tentando oferecer-me alguma assistência e conforto.

Suas primeiras palavras foram de reprovação. Disse-me que deveria ser ferido junto comigo, pois durante todo tempo me acompanhara e não era justo que, em ocasião difícil como a enfrentada por mim, não o tivesse informado e o levado na missão.

Respondi-lhe serem escritas as coisas melhor do que julgávamos; se ele estivesse ferido, não poderia me assistir nos dias que estavam por vir.

Nas transferências sucessivas para os outros hospitais, inicialmente de ambulância e posteriormente de avião, não lhe foi possível seguir, mas, quando cheguei a Livorno, meu último pouso para recuperação, lá estava Garcia, meu leal amigo, aguardando minha chegada.

Fatos como esse, com sua simplicidade aparente, revelam toda a grandeza do homem brasileiro, capaz dos maiores sacrifícios por aqueles a quem se afeiçoa.

Ao simples, bom, leal e dedicado soldado do Brasil, retratado integralmente no Antônio Garcia, ofereço esse episódio como preito de carinhosa gratidão.

Alta por evasão do Hospital de Livorno

Com o término da guerra, em 8 de maio de 1945, os americanos planejaram a desativação progressiva de todos os hospitais. Os enfermos com fraturas e prazo fixado de recuperação, como era meu caso, foram avisados de que seriam transportados para os EUA e, quando estivessem totalmente restabelecidos, retornariam aos países de origem. Visualizei a decepção que teria minha família ao regressar o primeiro grupo de brasileiros e eu nele não me encontrar. Além disso, as pequenas lembranças materiais, reunidas dos locais por onde passara e com as quais desejava presentear pais, irmãos e sobrinhos, provavelmente seriam perdidas, pois se encontravam nos sacos B e C que ficavam em um depósito à retaguarda, só devendo ser entregues na ocasião dos preparativos para o regresso. Desse modo, apelei para o médico brasileiro que me atendia, Dr. Xavier, excelente pessoa, tranquilo, carinhoso, prudente e acima de tudo tolerante. Passei a pressioná-lo para que me mantivesse no hospital até o último momento de sua desativação, propiciando tempo que possibilitasse minha recuperação. Embora tivesse recebido a extrema-unção quando cheguei ao hospital, minha recuperação foi-se procedendo com tal rapidez que, com 15 dias, deixava a cama e passava para uma cadeira de rodas. Nesse segundo estágio, procurava também realizar exercícios diários que me dessem oportunidades de abandonar a cadeira de rodas no menor prazo possível.

Nessa época, encontrava-se em Livorno, chefiando o serviço de correios da FEB, o capitão Antônio Duarte Miranda, velho amigo, companheiro de turma e do Batalhão-Escola, que, sabedor de minha presença no hospital, passou a visitar-me frequentemente; pus-lhe, então, a par das minhas apreensões com referência ao meu deslocamento para os EUA.

Conivente com minhas pretensões, concordou em ajudar-me, trazendo inicialmente um uniforme e em seguida um par de botinas, peças que mantive escondidas para possível fuga, caso viessem a concretizar-se as ideias de desativação completa do hospital antes de minha alta.

Necessitava agora de providenciar um transporte que me levasse de Livorno até Vochera, onde se encontrava acantonado meu Batalhão.

Passados mais uns oito dias, consegui deixar a cadeira de rodas e comecei a caminhar com a ajuda de duas muletas. Minha recuperação era surpreendente. O hospital iniciou sua desocupação, e as enfermarias começaram a escassear. Minha preocupação era cada vez maior, até que em um determinado dia recebi a visita do tenente Nelson Azevedo Ramos, meu companheiro de Batalhão e amigo, o qual conseguira uma dispensa para visitar Roma, a Cidade Eterna. De passagem, foi ao hospital e esteve comigo algumas horas. Contou-me que dois dias depois retornaria ao Batalhão passando novamente pelo hospital. Foi então que vislumbrei a oportunidade que esperava. Perguntei-lhe se estava disposto a me ajudar a fugir, e ele concordou de imediato. Acertamos que, dois dias depois, às 8h, passaria pelo hospital e me levaria até o Batalhão. Necessitávamos partir cedo porque Livorno era longe de Vochera e possivelmente teria de fazer uma parada para descansar, dado o pouco conforto que o jipe oferecia a um doente em meu estado.

Nos dois dias que me restavam para partir, esforcei-me por trocar as muletas por duas bengalas, o que consegui no primeiro dia. No outro, passei a usar somente uma, e esta me acompanhou por algum tempo.

Chegado o dia e a hora marcada, pontualmente Nelson voltou a me visitar. Na sua saída, que foi breve, acompanhei-o e iniciei meu regresso.

A evacuação dos feridos se processava; por isso, creio que fui considerado como tendo seguido para os EUA, e até hoje nada ocorreu contra a minha iniciativa de desertar do hospital.

Só tenho uma coisa a lamentar. Não pude apresentar ao prezado amigo, Dr. Xavier, minha gratidão pelo carinho oferecido em hora tão especial e difícil de minha vida. Que ele receba agora esse reconhecimento e, solenemente, minhas escusas pela maneira pouco ortodoxa com que conduzia meu problema.

Condecoração em Alexandria

O coroamento de minhas atividades na Itália ocorreu no mês de junho. O esforço que havia feito para me libertar da muleta e da bengala

já me possibilitava andar sem qualquer ajuda, mas com alguma cautela. Arranjei uma bicicleta e fui progressivamente exercitando os músculos para a melhora dos movimentos. Passei a dirigir um jipe e, às noites, saía do acantonamento em busca de distração.

Fui informado pelo Comando do Regimento de que em breves dias haveria uma cerimônia de entrega das primeiras medalhas concedidas pelo governo brasileiro aos combatentes da FEB, sem, contudo, especificar se uma das condecorações seria minha. Porém, em seguida, recebi ordem para me apresentar ao ajudante-geral da FEB em Alexandria, em uniforme de passeio, para receber a medalha brasileira.

No dia aprazado, eu e o capitão Milton Tavares de Souza para lá nos deslocamos. Às 4h reunimo-nos na praça da cidade e, depois de vários oficiais receberem a Medalha de Guerra, tomamos posição à frente do dispositivo. Feita a leitura da citação de combate, recebemos a Cruz de Combate de 1ª Classe, medalha de guerra de maior valor hierárquico concedida pelo Brasil. Fui condecorado pelo general Mascarenhas de Morais, e Milton, pelo general Zenóbio da Costa. Fechávamos com chave de ouro nossa passagem pelos campos de batalha da Itália.

Esse evento encerrava minhas atividades na Itália; em poucos dias, deveríamos abandonar Vochera, acampar na região de Francolise, nas proximidades de Nápoles e, no dia 2 de julho, iniciaríamos o embarque no navio que nos traria de volta ao Brasil.

Havia em todos um sentimento místico de alegria pela volta a casa. A saudade já se fazia presente em muitos que não acreditavam na volta àquelas terras da Itália, tão cheias de tradição e testemunhas do caminhar da humanidade.

O embarque, em uma tarde de radiante sol napolitano, envolvia todos nós em contraditório sentimento de nostalgia e alegria. Afinal íamos abandonar para sempre pessoas que nos haviam oferecido afeto e carinho e deixaríamos os companheiros tombados no campo de luta. Muitas lágrimas rolaram naqueles dias. Como conciliar saudade com alegria de rever nossa Pátria e nossos entes mais queridos?

Íamos iniciar nova fase de nossas vidas. Mas estava escrito que também iniciaríamos nova fase na história da nossa Pátria.

Chegada ao Brasil - 18 de julho de 1945

Decorridos 14 dias de viagem, chegávamos ao Brasil.

A viagem transcorrera agradável. Começávamos o dia com missa rezada pelo padre Alberto, velho companheiro de viagem na ida e agora, na volta, fraterno amigo, no convés do navio; em seguida, tomava-se banho de sol, seguido de almoço, repouso, jogos e diversas sessões cinematográficas. Lembro-me da projeção de *A escola de sereias*, com Esther Williams, musical de extraordinária beleza para a época; assisti ao filme vários dias seguidos.

Ao alvorecer do dia 18, percebemos que o navio estava com as máquinas quase paradas. Fomos para o convés e avistamos a Baía de Guanabara. Ultimamos os preparativos para o desembarque com o coração aos saltos.

O dia se anunciava com raro esplendor, cuja névoa baixa já prenunciava os primeiros raios de sol. Lenta e tranquilamente, foi o navio se posicionando nas águas da baía, e começamos a perceber a aproximação de pequenos e brancos barcos com brasileiros que nos faziam os primeiros acenos de boas-vindas. A emoção mergulhou todos os espectadores em profundo silêncio. Quando o navio parou, o número de embarcações que nos escoltavam já superava uma centena, com calorosas saudações que se entrecortavam no espaço em clima de alegria indescritível. A tropa agrupada nos vários níveis do convés recebia essa manifestação tão cheia do natural calor dos brasileiros e agradecia efusivamente o carinho recebido. Percebendo o estado de sensibilidade em que a tropa se encontrava, o capelão americano empunhou o microfone do navio e convidou-nos a cantar *Deus salve a América*, colocando um disco com aquela música. Todos iniciaram o canto, mas grande parte não conseguiu chegar ao fim: a emoção impedia o prosseguimento. Os minutos iam-se escoando com tal rapidez que, ao percebermos, já nos aproximávamos do Cais do Armazém 11, para a atracação. Grande parte da manhã já se havia passado. Por volta das 11h, chegaram a bordo as

primeiras autoridades brasileiras. Vinham trazer os bons votos do Governo e do povo. Preparávamo-nos para o desembarque quando recebi a bordo uma visita inédita: minha ex-noiva, já casada, vinha recepcionar-me, acompanhada pelo pai.

Seguindo o planejamento previamente organizado, fomos deixando o navio e agrupando-nos na avenida Rodrigues Alves, tomando formação para o início do desfile.

Até então as ruas estavam totalmente vazias. Um forte dispositivo de segurança isolara toda a área do Cais do Porto, do Armazém 11 à praça Mauá, local onde deveríamos começar o desfile militar.

Com o fim de ajustar o dispositivo, fomos aos poucos cerrando sobre a praça e, às 14h, partimos definitivamente, com toda tropa. À frente, a banda marcial seguida do coronel Nelson de Mello e seu estado-maior; logo atrás, quatro soldados seguravam uma bandeira nazista com a cruz suástica apreendida por meu Batalhão; depois, a insígnia do major Gross, comandante do 1º Batalhão; a sua retaguarda, o capitão Curvo, subcomandante; eu, como oficial de operações, fiquei a sua direita; à esquerda, o tenente Piason, oficial de informações. Atrás do Estado-Maior, desenvolvia-se o dispositivo do Batalhão em coluna por seis.

Essa organização destacava nossas posições. Elas eram visíveis, desde logo, por qualquer pessoa que estivesse assistindo ao desfile. Quando terminamos de atravessar a praça Mauá, o Grupamento Militar fez alto, com a testa sobre o início da avenida Rio Branco. Com essa ligeira parada, demos um último reajuste na coluna e propiciamos condições para o policiamento concluir o isolamento da avenida e conter a grande multidão que nos esperava.

Nesse momento, olhei para o prédio nº 9 da avenida Rio Branco, no qual meu pai, no 3º andar, tinha seu escritório. Deparei com toda minha família debruçada na janela, e, ao me identificarem, romperam em saudações entusiásticas. Embora em forma, não pude conter-me, levantei o braço em discreto aceno e manifestei meu reconhecimento.

A multidão que se amontoava ao longo da avenida era assustadora. Até a esquina da avenida Presidente Vargas, conseguimos desfilar no dispositivo com que havíamos partido. As aclamações eram retumbantes. Manifestações de repúdio eram lançadas contra os povos do eixo Roma-Berlim, e a bandeira que levávamos era execrada e cuspida pelos populares, a tal ponto que, na altura da avenida Presidente Vargas, resolvemos recolhê-la. A

partir daí, o dispositivo começou a ser comprimido a tal ponto que, quando atingimos a rua do Ouvidor, já estávamos em coluna por um. O povo, em contato direto com os soldados, arrancava os botões de nossos uniformes e os adornos das fardas, à guisa de recordações. E não foram poucos os casos em que até mangas foram arrancadas, no ímpeto de possuir alguma coisa que recordasse tão memorável momento da vida nacional.

O tempo era o melhor possível: céu azul, sol radiante, temperatura amena, tudo concorria para tornar o espetáculo inesquecível.

Caminhamos até a Cinelândia, demos a volta na praça do Teatro, tomamos a avenida 13 de Maio, Uruguaiana, Marechal Floriano (rua Larga) e atingimos a Central do Brasil, onde uma composição nos transportou para a Vila Militar. Estávamos regressando para os quartéis de onde havíamos saído um ano antes, orgulhosos pela oportunidade de haver escrito mais um belo capítulo na história da nossa Pátria.

Quando atingimos a Vila Militar, a noite já se apresentava, e ocupamos os quartéis do 11º RI, totalmente às escuras.

Mal havia terminado de alojar a tropa, em plena escuridão ouvi a voz de meu pai perguntando ao major Gross: "O senhor pode me informar onde encontrar o capitão Ayrosa?" O major Gross respondeu: "Quem é o senhor?". "Sou o pai do capitão." E o major: "O senhor acha que o seu filho é o maior soldado, não é verdade?" Meu pai riu, e o major acrescentou: "Pois ele é muito maior do que o senhor pensa. Sou seu comandante, major Gross, e tenho muita honra em conhecê-lo."

A todo esse diálogo assisti, no escuro, junto aos dois.

Tomei o carro e fui para casa. Lá me esperava o saudoso general Canrobert Pereira da Costa, ministro da Guerra na época, e sua esposa, D. Anadina. Disse-me ele que estava a caminho de uma recepção oferecida ao general Clark, comandante dos brasileiros na Itália, que estava ali para me dar um abraço e desejava conversar comigo com mais tranquilidade no dia seguinte. Agradeci a consideração e, depois de sua despedida, mergulhei no mar de carinho e amor que transbordava de minha família e dos amigos mais chegados.

Estava terminada uma etapa memorável de minha vida.

Encontrava-me ferido, é certo, mas estava grato por poder sentir a doce sensação de regresso, negada a tantos companheiros mortos nos campos de batalha da Itália. Como expressar, sem sentimentalismo barato, a certeza de que foram eles os grandes heróis daquela guerra?

Terceira Parte

Da FEB à Revolução de 1964

Apresentação ao ministro da Guerra

Primeira comissão depois da guerra

Dez anos de vida (1950 a 1959)

Da Secretaria do Conselho de Segurança à Escola Superior de Guerra (1960 a 1964)

Apresentação ao ministro da Guerra

Primeira comissão depois da guerra

No dia seguinte a nossa chegada ao Brasil, recebemos ordem para uma reunião às 9h, no Salão de Honra do Ministério da Guerra, onde seríamos apresentados ao ministro.

Com o dispositivo tomado, às 10h deu entrada no recinto o ministro, que se fazia acompanhar de vários oficiais-generais.

O general Mascarenhas de Moraes, nosso comandante na FEB, fez desfilar um a um os oficiais que integravam o 1º escalão do regresso; era aproximadamente o mesmo 1º escalão que partira, agora trazendo as cicatrizes da guerra, como neuroses e mutilações, todos, porém, com suas consciências marcadas por profundo amadurecimento consequente da vivência nos campos de luta da Europa.

Desfilaram um a um, apresentando-se ao ministro e recebendo palavras de estímulo das autoridades presentes.

Depois da cerimônia, fui chamado pelo microfone. Devia me apresentar novamente, ocasião em que o general Mascarenhas disse ao ministro ter sido eu o primeiro oficial brasileiro condecorado na Europa e ferido duas vezes. Recebi do ministro especiais elogios e uma opção de escolha do local em que desejava servir quando o 6º RI fosse desmobilizado.

Quando deixamos o Salão de Honra, fomos à Diretoria de Armas escolher a nova comissão. Seu chefe, general Mendes de Moraes, que estava presente quando me apresentei ao ministro, perguntou-me por que não estava usando as barretas das medalhas recebidas na Europa. Dei-lhe uma desculpa qualquer, sem muita convicção, talvez porque nem eu mesmo soubesse explicar ou, quem sabe, por timidez, não querendo afrontar meus companheiros de farda com o peito cheio de condecorações que pudessem insinuar veleidades de herói. Heróis foram todos os que embarcaram conscientemente para a guerra e cumpriram fielmente seus deveres, honrando a têmpera do soldado brasileiro.

Retornando ao diálogo inicial, perguntou-me o general Mendes de Moraes que comissão desejava. Diante da minha decisão de aceitar o melhor para o serviço, informou que iria colocar-me na Escola Militar, agora instalada em Resende. Embora me empolgasse retornar à querida Escola, tive dúvidas de que o meu ainda precário estado de saúde permitisse submeter-me a uma vida tão intensa. Mesmo assim agradeci e parti feliz. Dois dias depois de nossa chegada, o Regimento deslocou-se para a cidade de São Paulo. A recepção que tivemos foi das mais calorosas. Eram os filhos da terra que regressavam a seus lares. Uma grande parada militar foi realizada trazendo às ruas da capital paulistana intensa multidão. Cumprimos variado programa e, dois dias depois, seguimos para nossa sede em Caçapava. Novas festividades, e, no dia seguinte, fui transferido para a Escola Militar. Era o primeiro oficial a deixar a Unidade. Entrei inicialmente em gozo de férias regulamentares e no final de agosto já me apresentava em Resende, pronto para o serviço. Novo fato havia ocorrido durante as férias. O general Tristão de Alencar Araripe ao tomar conhecimento de minha nova comissão telefonou-me de Belo Horizonte cobrando a promessa de ser seu primeiro ajudante de ordens. Respondi-lhe que os acontecimentos se haviam desdobrado com tal rapidez que nada pudera fazer. Quando me apresentei na Escola Militar, o comandante general Souza Dantas, em tom de brincadeira, disse-me: "Como é, você ainda não chegou e já está querendo ir embora?". Contei-lhe toda a história e disse que estaria feliz em qualquer das duas comissões, o que lhe dava inteira liberdade para um entendimento direto com o general Araripe, o qual lhe solicitara abrir mão da minha classificação na Escola. Mesmo assim, lá permaneci até o início de outubro quando segui para Belo Horizonte e assumi as funções de ajudante de ordens do comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar.

Instalei-me em ótimo hotel e passei a exercer minhas novas atividades.

No dia 24 de outubro, por volta das 12h30min, recebi um radiograma cifrado assinado pelo ministro da Guerra, na época general Góis Monteiro, pois o general Dutra havia deixado o Ministério a fim de concorrer às eleições para a Presidência da República.

Quando terminei de decifrar o rádio, apressei-me a dar ciência de seu conteúdo ao general Araripe. Dizia que o Dr. Getúlio Vargas acabara de deixar o Governo e seria substituído pelo ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Pedia que informássemos o ocorrido ao governador de Minas Gerais, Dr. Henrique Valadares.

Como no dia anterior já pressentisse a crise, o Dr. Valadares dera uma entrevista à imprensa de total apoio ao Dr. Getúlio. Por isso, julgou o general Araripe que o Dr. Valadares não iria receber a notícia com agrado, e desconhecíamos qual poderia ser a evolução dos acontecimentos. Chamou-me e disse:

> Vá ao Palácio da Liberdade, armado ostensivamente, peça uma audiência ao governador em meu nome e diga-lhe que mandei comunicar-lhe o ocorrido; se ele não aceitar os fatos e quiser detê-lo no palácio, não ofereça resistência, pois em seguida tiraremos você de lá. Se tudo correr bem, telefone-me que irei em seguida.

Quando cheguei ao palácio solicitei uma audiência com o governador, a qual me foi concedida de imediato. Disse-lhe, então: "O general Araripe mandou comunicar a V. Ex.ª as ocorrências que se deram no Rio hoje pela manhã." Mostrei-lhe a cópia do radiograma. O governador, muito tranquilo, leu o documento e respondeu-me:"Diga ao general que está tudo bem. Pode contar com nosso apoio total."

Diante dessa decisão, pedi permissão para ligar-me com o general. Pouco depois, ele chegava ao palácio, acompanhado por seu assistente.

A crise não iria parar aí. Em face da declaração do comandante da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, que desaprovava a evolução dos acontecimentos, o ministro determinou ao general Araripe que deixasse Belo Horizonte e assumisse o comando daquela Região Militar. No mesmo

dia, partimos em trem especial que chegou às 4h30min da madrugada, em Juiz de Fora. Realizamos os reconhecimentos da área e, às 6h da manhã de 28 de outubro, o general assumia o comando da Região. Aí permanecemos até dezembro, quando o general Araripe foi para o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização de Realengo (Caer), organização recém-criada e que aglutinava a direção de todas as escolas e unidades -escola, com o objetivo de rever a organização da tropa e os métodos e princípios de instrução e atualizá-los de acordo com os ensinamentos colhidos na Segunda Guerra Mundial. A sede dessa nova organização era no quartel da antiga Escola Militar, isto é, no velho casarão do Realengo, tão familiar e querido para mim. Ali me formara, ali instruíra duas turmas de cadetes, dali partira para a Itália. Agora voltava, encontrava-o semiabandonado e despojado de suas tradições.

Gradualmente, foram chegando os componentes de tão intrincado comando, e, em pouco tempo, o quartel refazia-se do abandono e apresentava-se com sua nova roupagem, agora interferindo diretamente sobre 18 organizações militares, isto é, a quase totalidade das escolas. O trabalho desenvolvido foi árduo, mas acima de tudo estimulante.

Lançados os alicerces da nova organização, o general Araripe foi transferido para a Escola de Estado-Maior do Exército, única que não pertencia ao Caer, onde deveria também atualizá-la com os ensinamentos da Segunda Guerra.

Assumiu assim o comando da Escola de Estado-Maior e teve como colaborador direto o coronel Humberto de Alencar Castello Branco. Com uma permanência de aproximadamente dois anos nessa comissão, foram revistos os currículos da Escola, adaptados os métodos de raciocínio, modernizados os sistemas de suprimento, reorganizados os comandos e deixando ponderável bagagem de atualização no ensino militar.

Em fins de 1947, deixei o general Araripe. A lei não permitia que o ajudante de ordens permanecesse mais de dois anos na função; assim, fui temporariamente para o Colégio Militar, no qual fiquei como professor de francês até janeiro de 1950 quando então fui matriculado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Nova honraria me estava reservada nesse período em que estive no Colégio Militar.

No ano de 1947, havia sido proposto pelo general Canrobert para ingressar na Ordem do Mérito Militar. Essa comenda normalmente era

conferida a oficiais superiores com longa vida militar. Até aquela data nenhum capitão havia recebido a OMM. Quando meu nome foi submetido ao Conselho da Ordem, um dos membros ponderou o fato de eu ser muito jovem para receber tamanha honraria. Achava que deveria esperar um pouco mais para que ficasse evidenciado meu valor, não a concedendo naquele ano. Posto o assunto em votação, resolveram adiar a decisão. No ano de 1948, na reunião do Conselho, novamente meu nome foi apresentado, agora por dois membros. As ponderações se repetiram, inclusive com a alegação de que eu não possuía nem a Medalha Militar dos 10 anos de bons serviços que o regulamento da Ordem exigia.

Posto outra vez o assunto em votação, o Conselho decidiu que eu deveria receber a OMM e que me fosse concedida, desde logo, a Medalha Militar dos 10 anos de bons serviços, pois já os havia cumprido.

Assim, a 25 de agosto de 1948, ingressava no 1º escalão da Ordem, no grau de Cavaleiro. A solenidade se realizou no Forte do Leme. Ficaram como últimos a serem agraciados eu, o menos graduado, e um ex-presidente da República, com 84 anos de idade. O ex-presidente foi condecorado pelo general Dutra, presidente da República, e eu fui condecorado pelo general Canrobert, ministro da Guerra.

Era mais um grande privilégio que o destino me reservava.

Dez anos de vida (1950 a 1959)

No ano de 1950, retornei aos bancos escolares e cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. O subcomandante e subdiretor de ensino era o então coronel João Carlos Gross. Quando já estava na Escola havia dois meses, fui efetivado como professor do Colégio Militar: tinha realizado o concurso em 1948, na expectativa de não poder voltar à tropa em razão de minha lenta e difícil recuperação física. Desde que aprovado, aguardei o final de 1948 e todo o ano de 1949 pela

efetivação; como ela não se realizou, decidi continuar a vida de tropa e abrir mão da efetivação no magistério. Restava saber se minha saúde iria permitir atingir a pretensão. Quando cheguei à Escola, o comandante, coronel Justino Alves Bastos, mandou informar que eu estava dispensado da instrução de equitação. Solicitei permissão para falar-lhe e, agradecendo o cuidado que me oferecia pelo meu estado de saúde, pedi para cumprir todos os encargos do curso. Não desejava permanecer no Exército como "poupado". Na ocasião em que fizera a inspeção de saúde para realizar o curso, o presidente da Junta Regional de Saúde disse que minhas condições eram precárias e que, se as coisas fossem levadas com rigor, poderia até ser julgado incapaz. Pedi-lhe uma oportunidade para verificar se poderia continuar, no que concordou, talvez por ser pai de um meu ex-cadete do Realengo. Nessas condições, iniciei o curso da EsAO. A atividade que fui forçado a desenvolver parece que me ajudou a reajustar a pouca saúde aparente que ostentava. Depois de 10 meses de curso, fui convidado a permanecer na Escola como instrutor. Assim, enquanto em 1950 ficara sentado na cadeira do aluno, em 1951 e 1952 passei para o tablado do instrutor. Paralelamente, com um grupo de mais quatro companheiros, iniciamos nossa preparação para o concurso de ingresso na Escola de Estado-Maior. Foram dois anos muito duros. Todos os dias éramos empenhados nas atividades escolares, com início às 8h da manhã e término às 16h30min. A noite era aproveitada para estudar. Nos domingos, às 15h, reuníamo-nos, os quatro, cada dia na casa de um, e debatíamos progressivamente o estudo realizado durante a semana.

Quando faltavam uns três meses para o concurso, passamos a realizar provas de treinamento nessas reuniões domingueiras. Depois que as realizávamos, líamos em conjunto o trabalho de todos e fazíamos um resumo do assunto, procurando sempre esquematizar o tema proposto para servir de base aos trabalhos que deveríamos realizar no dia das provas. Quando, 30 dias antes do concurso, passamos à disposição do Estado-Maior do Exército para um reajustamento final, decidimos realizar uma concentração de estudo de 15 dias, em Teresópolis. Nesse período, levantávamos às 6h da manhã; estudávamos até as 12h; retornávamos ao estudo às 14h; tomávamos um lanche às 18h e, das 20 às 24h, debatíamos todos os assuntos revistos durante a jornada. Vez por outra, trocávamos o estudo da tarde por realização de provas sobre temas atuais e possíveis de serem apresentados no concurso. Nos últimos

oito dias do mês em que ficamos à disposição do Estado-Maior, regressamos ao Rio e fechamos os livros; era o momento de volta à calma para enfrentar a maratona de quatro jornadas seguidas de prova, de matérias diferentes, com quatro horas de aplicação por dia.

O esforço que despendemos foi compensado. Entre os 56 aprovados, estavam os quatro: Thorio Benedro de Souza Lima, Murilo Gomes Ferreira, João Lannes da Silva Leal e eu.

Voltávamos agora novamente à situação de alunos por um período de três anos: 1953, 1954 e 1955.

Nosso curso, que se iniciou com relativa tranquilidade, foi sacudido por duas crises agudas em 1954, violento debate pelos jornais sobre a corrupção praticada por pessoas ligadas ao Governo, levou Getúlio Vargas, presidente da República eleito, sucessor do general Dutra, ao suicídio A tensão social conduziu o País a situações esdrúxulas: no dia 24 de agosto, data do suicídio, quando íamos para Escola, fardados, éramos saudados na rua pela população como heróis diante da notícia de que o presidente renunciara; com o suicídio, nas primeiras horas da manhã, houve traumático choque em toda a população, e, à tarde, quando regressamos a nossas casas, tivemos de tomar medidas acauteladoras porque os populares nos responsabilizavam pelo tresloucado gesto do presidente suicida.

Essa é uma faceta do nosso povo, que precisa não ser esquecida. Os altos e baixos se sucedem com tamanha rapidez que podem inviabilizar qualquer decisão tornando-a totalmente inoportuna.

O governo de Café Filho, de aproximadamente um ano, viria a findar-se com nova crise.

Com a proclamação da vitória de Juscelino nas eleições realizadas naquele período, os descontentes passaram às confabulações políticas na tentativa de provar uma possível fraude eleitoral; o clima foi novamente tornando-se tenso, e, em 1955, o presidente Café Filho deixou o Governo, que passou a ser exercido por Nereu Ramos até a posse do presidente eleito. Na Escola, onde nos encontrávamos, os reflexos das duas crises deixaram marcas profundas, particularmente a segunda. Os alunos discutiam os problemas, e, no edifício residencial da Praia Vermelha, tornou-se habitual a realização de reuniões, levando a politização até o ambiente familiar. Esse fato trouxe consequências no dia da festa da conclusão de nosso curso. Todos acusavam o ministro da

Guerra de uma participação tendenciosa nos acontecimentos. Quando ele chegou à Escola no dia da cerimônia, as senhoras dos oficiais, particularmente dos alunos da Escola, externaram manifestação de desagrado à autoridade. As consequências foram imediatas: ordem expressa de desligamento dos concludentes, classificação de todos fora do Rio, e o pior, partida para os novos destinos dentro de 48 horas depois da apresentação ao Estado-Maior do Exército. A medida era demasiadamente cruel, pois minha situação familiar era particularmente dolorosa. Minha mãe estava enferma, com agravamento rápido de sua saúde, e eu considerava que havia, em parte, concorrido para o estado no qual ela se encontrava, com a ida para a guerra e a evolução de minha vida na Itália. Fiz uma parada, meditei e cheguei à conclusão de que deveria mudar a prioridade que me havia imposto na vida de caserna, qual seja, primeiro o serviço, depois a família.

Achei que era a hora de priorizar minha mãe, posteriormente o serviço.

Diante da decisão do ministro, pouco me restava fazer. Depois da apresentação ao Estado-Maior, recolhi-me a um gabinete e redigi meu pedido de transferência para a reserva. Apresentei-me ao coronel Aurélio de Lyra Tavares, chefe de Gabinete do chefe do Estado-Maior e fiz a entrega do documento.

Depois de recebê-lo, leu-o e perguntou: "Você está louco?" Expus-lhe, então, talvez de maneira um pouco rude os motivos que me levaram a tal decisão. Respondeu-me que a vida que levara no Exército até aquela data fazia com que eu não me pertencesse mais e que eu tinha compromissos com a Instituição, e estes não me permitiam tomar uma decisão daquele tipo. Disse que iria destruir o documento, momento em que apelei para a compreensão dele, pois sabia do grande valor moral, intelectual e profissional do coronel Lyra. Mandou, então, que eu esperasse e levou o requerimento ao conhecimento do general Anor, chefe do Estado-Maior. Instantes depois, mandou-me embora com a recomendação de que regressasse no dia seguinte para receber a solução. Parti na convicção de que agira certo; e, com o correr do tempo, essa certeza foi comprovada. Um ano depois minha mãe faleceu, e quis Deus que eu assistisse até o último instante. A solução do meu requerimento foi dada colocando-me temporariamente na 5ª Seção do Estado-Maior, como oficial complementar. Em maio de 1956, com mais alguns companheiros

de turma, fui nomeado instrutor da Escola de Estado-Maior, agora já com outro nome de Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Lá, passei dois anos. Fui em seguida para Juiz de Fora, tomando meu primeiro contato com Brasília. Sua construção se fazia celeremente e sua subordinação era ao comando de Minas, onde eu me encontrava.

De Minas voltei a ser instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na qual permaneci até o início do ano 1960.

Da Secretaria do Conselho de Segurança à Escola Superior de Guerra (1960 a 1964)

Em abril de 1960, há mais de um ano na ECEME como instrutor de Tática Geral, um dos cursos mais ambicionados da Escola, recebi a visita de um emissário do general Nelson de Mello, então chefe da Casa Militar do presidente da República. Este me pedia para eu me apresentar a ele no palácio do Catete às 17h. Cheguei na hora determinada; o general logo me recebeu e me conduziu para seu quarto. Enquanto mudava o uniforme, disse precisar que eu fosse ocupar uma vaga na Secretaria do Conselho de Segurança. Respondi que tinha muito prazer em voltar a servir com ele, mas estava impedido por dois motivos: primeiramente, por haver aceitado com prazo fixo quando retornei à ECEME; em segundo lugar, por não concordar com uma série de decisões do Governo e tecer por vezes comentários os quais me impediam de ser um assessor desse mesmo Governo, particularmente em função de tão relevante importância. Informou então que meu chefe seria ele, o secretário do Conselho, e que, talvez, com a maior aproximação das decisões do Governo, pudesse melhor me informar e até mesmo evoluir em meu ponto de vista. Por isso, eu iria, querendo ou não, e ele se comprometia comigo a me transferir, para onde eu desejasse, caso não me adaptasse às funções.

Não tive outra alternativa. Poucos dias depois, eu chegava à Secretaria do Conselho e me apresentava ao chefe de Gabinete, coronel Humberto de Souza Mello.

Quando lá cheguei, tomei conhecimento mais detalhado de nossa organização, que evoluíra para maiores atividades. Fora criado o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), órgão de grande estrutura e com missão bastante ambiciosa, que iria funcionar de início com a Secretaria do Conselho. Fui classificado no SFICI e passei assim a pertencer à organização que no futuro se transformaria no Serviço Nacional de informações (SNI). O ano de 1960 se pronunciava como aquele de considerável agitação política. Em seu término, deveriam se realizar as eleições para a substituição do Dr. Juscelino.

Em razão de minha função, passei a ter contatos frequentes com vários chefes que no futuro iriam participar vivamente da vida nacional.

O reconhecimento pelo Exército da extraordinária inteligência do então coronel Golbery do Couto e Silva levou um grupo muito seleto de oficiais a procurá-lo e, a partir daí, receber aconselhamento em particular quanto ao posicionamento político a tomar.

Quando a campanha eleitoral foi iniciada, o partido da oposição, depois de grande convenção, levou os nomes do Dr. Jânio Quadros e do general Juracy Magalhães à disputa final. Não posso me esquecer da noite da decisão, quando nos reunimos na casa do coronel Golbery. No final da escolha, aconselhou-nos prudência dizendo que as ações de Governo exigiam decisões conciliatórias para as quais talvez o candidato escolhido não estivesse preparado.

Em minhas funções, seção do exterior do SFICI, desenvolvia realmente novo trabalho para mim e altamente estimulante. Coube-me particularmente o acompanhamento de todo o continente africano, pois, em 1960, 16 países ficariam independentes. Além da farta e preciosa fonte de informações que recebíamos do exterior, por compras e convênios com órgãos internacionais, passei a adquirir também livros que me conduzissem a um conhecimento da África tão profundo quanto possível. Pelas tarefas exercidas, fui levado a contatos diretos com o embaixador Pio Correia, secretário-geral do Itamaraty, pessoa admirável sobre todos os aspectos, cuja bondade e tolerância muito me cativaram. Próximo ao fim do ano, consegui reunir em um documento as informações que conseguira colher do continente africano, e sua publicação teve considerável aprovação na época.

Eleito o Dr. Jânio Quadros, passamos a aguardar sua posse. A vitória retumbante da oposição deixava clara a desaprovação do povo quanto à condução dos problemas nacionais pelo Governo que terminava. As esperanças eram grandes. Nesse interregno, coube ao coronel Golbery a função de chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Era de se esperar, pois, que meu relacionamento com o ilustre chefe militar viesse a se estreitar ainda mais. No entanto, o novo presidente determinou a substituição de todos os membros da Secretaria do Conselho. De início, o coronel Golbery não achou justa a decisão e trabalhou para que alguns continuassem, entre os quais eu. Embora agradecido, mostrei-lhe a impossibilidade de continuar no órgão em face do conhecimento do desejo do Governo de uma substituição total. Fui então classificado como oficial de Gabinete do ministro da Guerra. Nessa atividade, estive por curto período, pois, quando ainda me preparava para assumir totalmente as funções, chegou uma proposta da Escola Superior de Guerra para matrícula no curso a se iniciar em março de 1961. Em virtude da indecisão sobre que comissão escolher, procurei me aconselhar com o coronel Golbery, momento no qual ele me disse que o melhor seria ir para a Escola, na qual poderia acompanhar os acontecimentos. Estes se prenunciavam graves em um primeiro ano de governo de oposição com tão grandes problemas a solucionar. Acrescentou que, depois desse período, com os conhecimentos atualizados, seria mais fácil a escolha de nova função. Assim, fui para a Escola Superior de Guerra, na qual acompanhamos as decisões do Governo com razoável rigor. O estilo do presidente de conduzir os problemas à base de pequenos bilhetes, se de início foi recebido com certo humorismo, com o tempo passou a preocupar. Quando foram caracterizadas as primeiras aberturas para os governos de esquerda, procurou-se justificar a atitude como a busca de novos centros de comércio, novos conhecimentos etc. Contudo, quando o Governo condecorou Che Guevara com a Ordem do Mérito Nacional, nossas preocupações se transformaram em pesadelo. Começamos a sentir o desagrado das decisões em diversas correntes da sociedade brasileira. Reconhecíamos que o Governo enfrentava no Congresso grande dificuldade em aprovar suas propostas. Víamos também seu desgaste nas Forças Armadas, tradicionalmente avessas a ideias de esquerda. Reconhecíamos sem dúvida pleno desequilíbrio social no País, o que, aliás, continua a existir até hoje, mas não acreditávamos que a aproximação com as esquerdas pudesse conduzir a melhores soluções.

Quando vimos o vice-presidente da República partir para uma visita à China comunista, na época completamente fechada para o mundo, nossas preocupações se agravaram ainda mais.

Isso tudo ocorria sem que o governo se dignasse a ouvir as classes representativas da sociedade brasileira, incluindo as Forças Armadas.

As nuvens de maus presságios se avolumavam, e, a 25 de agosto de 1961, o inesperado aconteceu. A renúncia do presidente deixou-nos, todos, perplexos e sem qualquer alternativa de planejamento prévio para enfrentar a crise que forçosamente se alastraria por toda a Nação.

Conhecíamos o temperamento vacilante do vice-presidente, homem ligado a movimentos sindicais e autor, como ministro do Trabalho do governo Vargas, de uma série de leis desastrosas que tornaram nossa Marinha Mercante inviável para concorrer com as demais até os dias de hoje. Sua permanência na China comunista por ocasião da renúncia aumentava a desconfiança em sua capacidade e conduzia os homens responsáveis do País a um desejo de impedimento da posse de João Goulart na presidência. Como explodira no Sul um movimento a seu favor, liderado pelo cunhado, Leonel Brizola, estabeleceu-se evidente antagonismo entre as duas correntes, uma partindo do Sul; outra partindo do Rio-São Paulo. Passamos a viver dias difíceis. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Cordeiro de Farias, foi designado para coordenar a operação que poderia vir a ser realizada do Norte sobre o Sul.

Nesse clima de indefinições, levava vantagem quem sabia o que queria. Assim o Sul, desejoso de exercer poder, empenhava-se sem restrições na disputa. O contingente do Rio-São Paulo, embora não querer empossar João Goulart, buscava com empenho uma solução política, o que só poderia ser alcançado com algum tempo. Assim, o contingente do Sul, embora pequeno, foi-se aproximando do limite do Paraná com São Paulo, e o contingente do Rio-São Paulo também cerrou sobre a mesma faixa de terreno.

Quanto ao estado de espírito dos dois lados, diz melhor o discurso do major Carneiro, pronunciado em dezembro de 1972, no término do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, quando eu era comandante dessa Escola (Anexo I).

No desenvolvimento das operações, fui designado pelo ministro para chefiar o Estado-Maior da Força, que se deslocaria de São Paulo para o Sul.

Duas horas depois do recebimento da ordem, deixei a Escola Superior de Guerra e parti para São Paulo, onde permaneci por uns 15 dias, convivendo com uma sequência desconexa de acontecimentos que culminaram com a adoção da forma parlamentar de governo e a posse de Goulart.

Retornei a meu curso na ESG e, ao terminá-lo, fui convidado para integrar o Corpo Permanente da Escola, lá permanecendo até a Revolução de março de 1964.

Embora tivéssemos um período politicamente muito tenso, o convívio na Escola foi muito agradável. O excelente nível cultural da Escola, com estagiários altamente selecionados e conferencistas meticulosamente escolhidos, proporcionava-nos intensa satisfação intelectual.

Os acontecimentos que culminaram com a Revolução de 1964, embora de crucial importância para o País, não se constituíram para mim em recordações, e sim em pesadelos; por isso, deixo de mencioná-los nestes apontamentos de boas lembranças. Omitirei, portanto, os detalhes do período e saltarei para minhas atividades em 1964 no Estado-Maior do I Exército, logo após a Revolução de 31 de março. Lá, como chefe da 2ª Seção do Estado-Maior (E/2), Informações, servi sob o comando do saudoso e respeitado chefe, general de exército Octacílio Terra Ururahy, nosso querido "Pagé", da arma de Engenharia do Exército, como era conhecido por seus amigos.

Quarta Parte

Depois da Revolução de 31 de março de 1964

Curta permanência no I Exército e nomeação para o Colégio Interamericano de Defesa

O Comando no 2º Batalhão de Infantaria Blindada

II Exército – São Paulo

Diretoria de Armamento e Munição

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Fevereiro de 1972 a setembro de 1974)

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (Conselho de Estudos – Catálogo de Funções)

Comando na Amazônia

No Departamento de Ensino e Pesquisa (Coroamento de uma vida de ensino)

No Estado-Maior do Exército

Curta permanência no I Exército e nomeação para o Colégio Interamericano de Defesa

Terminada a Revolução de 31 de março de 1964, todos que direta ou indiretamente haviam participado do movimento voltaram a seus lugares de origem; em seguida, alguns galgaram postos mais elevados, e, com a posse do novo presidente eleito pelo Congresso, general Humberto de Alencar Castello Branco, as antigas estruturas foram sendo progressivamente alteradas. Fui movimentado para o Estado-Maior do I Exército. Assumi a chefia da 2ª Seção/Informações, e a nova comissão me levou a trabalhar com o major Venício Alves da Cunha, homem sério, trabalhador, inteligente, corajoso, apoiado por uma família das mais sólidas de nossa sociedade e que viria a se transformar com o tempo em um de meus melhores amigos.

A 2ª Seção havia, com o movimento do governo Goulart, de caráter eminentemente esquerdista, multiplicado todas as suas atividades por menos um. Assim, os elementos fichados eram os que se opunham à comunização do País; os controles mais sérios da seção tinham saído das mãos dos oficiais e passados para graduações menores; o material de propaganda arquivado na seção expressava de modo claro esse sentimento, qual seja, cartazes com *slogans* do Partido Comunista, utilizados no comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964; faixas com o apoio de sindicatos à comunização; enfim, além da intromissão indevida

na área política, também o sentido era oposto ao desejo da classe militar, tradicionalmente ordeira e democrática.

O trabalho desenvolvido por mim e Venício foi sério e evitou tanto quanto possível aumentar os traumas que na oportunidade já eram grandes.

Os elementos de informações que passamos a manusear eram bastante frágeis.

Nossa conduta deveria ser norteada no sentido de apresentar ao general, comandante do I Exército, elementos que possibilitassem a recuperação da confiança nos órgãos e, ao mesmo tempo, assegurar tranquilidade às autoridades para a tomada de medidas que a situação impunha.

Idealizamos fornecer aos chefes, todos os sábados às 12h, um boletim informativo com as atividades da semana. Aprovada a ideia pelo general Ururahy, passamos a executá-la. Só considerando a pouca disponibilidade de recursos materiais e técnicos da época, é que poderá ser compreendido o esforço então despendido.

Paralelamente, não só procurávamos acompanhar as atividades daqueles que lutavam contra nós como até mesmo devíamos impedir sua ação, que, por vezes, tentava atingir as maiores autoridades do Governo.

Não me esqueço um dia de julho quando um soldado recém-incorporado ao 3º Regimento, em Niterói, foi abordado por desconhecidos. Estes, depois de solicitarem informações sobre as atividades e organização da Unidade, ofereceram dinheiro para que os ajudasse a entrar no quartel, à noite, em data a ser marcada.

O soldado, modesto e simples, assustado com o fato, quando chegou na Unidade na manhã seguinte, procurou seu comandante e contou o ocorrido. O comandante imediatamente telefonou para nós e, por nossa sugestão, mandou levar o soldado a nossa presença para um primeiro contato. Essa ocorrência, aparentemente ingênua, fazia parte de uma organização maior que pretendia obter armas automáticas portáteis para tentar assassinar o presidente da República, no dia 7 de setembro, em pleno palanque, durante o desfile militar.

Alimentamos a operação o quanto pudemos para ver se identificávamos os principais mandantes; chegamos mesmo a entregar uma arma em um hotel do Rio, mas o risco que corremos nos deu de volta todos os frutos desejados. Localizamos o líder, um funcionário de boa

categoria do Banco do Brasil, e prendemos 14 do grupo quando se reuniam em uma casa de subúrbio, antegozando o recebimento da metralhadora; e mais, ficamos cientes de que eles haviam conseguido carrinhos volantes de vendas de sorvetes e refrigerantes, o que facilitaria a aproximação das autoridades no dia 7 de setembro, com facilidade realizariam a operação.

De fato, poucos antes do dia 7, fizemos uma operação inopinada de busca nos vendedores ambulantes, e vários foram detidos portando armas. Depois da prisão, constatou-se a ligação de alguns com o grupo que agira anteriormente.

Mesmo assim, os cuidados tomados durante a Parada foram muito grandes, embora o general Castello não gostasse de submeter-se às medidas acauteladoras aconselháveis.

Nossa atividade nessa função foi cheia de riscos e ensinamentos. Quando em 25 de agosto fui promovido a coronel, o general, comandante do I Exército, solicitou ao ministro minha permanência na função que exercia. Mesmo assim, em outubro, era informado de que o chefe do Estado-Maior, general Décio Escobar, havia recebido do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) minha indicação para a função de assessor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington, nos EUA. Embora achando que não seria o momento de me ausentar do País, cumpri as ordens vencido pela argumentação de que precisávamos mudar a imagem do Brasil no estrangeiro.

Em 12 de novembro, fui desligado do I Exército. No dia 18, embarquei com meu filho adotivo de 14 anos e, no dia 19 de novembro, chegava a Washington às 10h da manhã; às 11h, chegava ao Colégio e me apresentava, oportunidade em que recebi minha carteira de identidade, dois cartões de saúde e, na parte da tarde, já me encontrava dando entrada em minha carteira de motorista, recebendo-a na hora; às 17h chegava ao hotel, no qual permaneci três dias apenas.

O choque que tivemos com a precisão do funcionamento dos órgãos públicos foi tremendo. Passamos a viver em outro mundo, no qual o respeito, a consideração e a confiança serviam de base àquela sociedade. Alugamos um apartamento; compramos os primeiros móveis; fui ao colégio público da área na qual iria residir, com os documentos do Brasil, e meu filho foi matriculado na hora, recebendo em seguida, além de um armário de aço, todo o material escolar de que iria necessitar.

Foi assim que iniciei um dos períodos mais tranquilos de minha vida. As exigências eram grandes, mas a adaptação à vida no Colégio Interamericano se fez com suavidade. A convivência diária entre seus integrantes, do comandante, o general americano Del Mar, ao funcionário de menor hierarquia, era amena e cordial. Os representantes de todos os países da América, com exceção do Canadá, que não participava de Colégio, davam inequívoca demonstração da facilidade que tínhamos de resolver, com inteligência e compreensão, todos os nossos problemas.

No segundo dia de Colégio, fui chamado pelo general chefe do Departamento de Estudos, na época general Iricibar, da República Argentina. Disse-me ser sabedor de minha origem da Escola Superior de Guerra do Brasil e, por isso, desejava em curto prazo minha ajuda na elaboração da Metodologia de Planejamento da Segurança Continental, documento básico de que o Colégio se ressentia nos seus poucos anos de existência.

Respondi que estava pronto a cooperar, mas a missão exigia razoável tempo para ser cumprida. Vivíamos a primeira dezena de dezembro, e ele desejava a realização do trabalho até março do ano seguinte. Era seu desejo testar o documento na turma que cursava o Colégio, cujos trabalhos iriam terminar em torno do mês de maio.

Diga-se para melhor compreensão que o Colégio, quando foi organizado em 1962, tinha o curso com duração de quatro meses. Passou em seguida para seis meses, e planejava-se novo alongamento de duração, a fim de permitir uma informação mais completa. Nos anos em que lá estive cooperando, o curso foi inicialmente ampliado para oito meses e, em seguida, para 10 meses, o que é conservado até os dias de hoje.

A função para a qual fui designado foi de chefe da V Seção, isto é, planejamento escolar. Tive, pois, que procurar com certa rapidez ambientar-me no Colégio e iniciar o cumprimento da missão. Havia passado na Escola Superior de Guerra do Brasil quase quatro anos; logo, estava bastante familiarizado com o nosso método de planejamento. Quando nossa metodologia foi elaborada, tínhamos consultado várias organizações existentes, como a da França, a da Inglaterra, a da Alemanha e a dos próprios Estados Unidos. Portanto, nada mais fiz de que me louvar da experiência brasileira e procurar adaptá-la ao nosso Colégio. Mesmo assim, a tarefa era muito profunda, pois a montagem do raciocínio dos diferentes escalões de planejamento exigia uma parte inicial subjetiva, a qual evoluía para o âmbito continental. Precisaríamos compulsar

acordos promulgados pelos diferentes países, considerando que por vezes eles não eram ratificados por todos os governos. Assim, a validade da ideia não poderia ser generalizada para todo grupo. A primeira consideração geral seriam as "Aspirações". Em um país elas podem ser identificadas com certa facilidade, mas, considerando um grupo de países, o assunto se complicava. Da mesma forma, a identificação dos "Objetivos Interamericanos" (permanentes e variáveis) exigia reflexões profundas a fim de não ferir suscetibilidades nacionais. Esses estudos deveriam nos conduzir a um "Conceito Estratégico" que envolvia uma série de atitudes a serem tomadas; também aqui sua conceituação para um só país seria tarefa normal, mas, para o conjunto, para ter alguma validade exigia a aprovação de todos os governos.

Esses foram meus primeiros problemas no Colégio. Para agravá-los, o general Del Mar, comandante do Colégio, temia que o documento trouxesse uma tensão entre os oficiais e civis credenciados dos diversos países; sabedor da missão a qual eu havia recebido, procurou fazer com que eu protelasse seu cumprimento. Mesmo assim, precisei prosseguir e, em fins de janeiro de 1965, iniciava o debate com os alunos. De início, enfrentamos algumas dificuldades, mas, quando conseguimos convencer a todos de aquilo que estava sendo feito ter um sentido didático e sujeito ao debate em seus países, foram todos aceitando as ideias apresentadas e tomados por considerável entusiasmo.

Esse trabalho que até hoje orienta atividades no CID lá se encontra possivelmente com algumas evoluções; porém, se constitui ainda no marco do planejamento que coroa as atividades anuais da instituição.

Depois de testado o trabalho, foi enviado para a Junta Interamericana de Defesa (JID), na qual foi aprovado e passou a se constituir em documento básico para o raciocínio de planejamento da defesa do continente.

Conscientizados de seu valor, vários países americanos, por intermédio de seus alunos, utilizaram-se desse documento para suas ações de segurança.

Foi assim que o nome do Brasil se projetou no Colégio, e, na ocasião da minha despedida, isso foi proclamado pelos três generais do Colégio: o americano, comandante; o venezuelano, subcomandante, e o boliviano, chefe do Departamento de Estudos.

Desse modo, fechei mais uma fase de minha vida.

O Comando no 2º Batalhão de Infantaria Blindada

Em janeiro de 1967, chegava de volta ao Brasil. Ainda no Cais do Porto, fui recebido por um especial amigo, coronel Antônio Lepiane, portador de um convite para eu assumir o Comando da Escola Preparatória de Cadetes, em Campinas, São Paulo. Disse-lhe da satisfação em aceitar esse comando; porém, quando ainda me encontrava nos EUA, havia sido convidado para comandar uma unidade da Divisão Blindada (DB). No momento, comandava aquela Divisão o general Sylvio Frota. Consequentemente, estava impedido de aceitar a proposta de meu amigo Lepiane. A evolução dos fatos levou-me realmente para a DB.

Depois de apresentar o relatório do cumprimento da missão nos EUA ao EMFA em março, assumia o Comando do 2º Batalhão de Infantaria Blindada, sediado em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. A Unidade tinha seu aquartelamento na mesma área do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, sem muros divisórios. Na mesma época, de regresso de Paris, assumia o comando desse Grupo o coronel Antônio Carlos de Andrada Serpa, meu velho amigo e companheiro da FEB. Vivemos dois anos de árduo trabalho, mas de amena convivência, apesar do transtorno da existência de duas organizações militares, de ritmos e missões diferentes, aquarteladas em um mesmo local. Meu Batalhão exercia importante função no planejamento da segurança interna da Cidade do Rio de Janeiro e cabia-lhe a responsabilidade da defesa do centro da cidade e de outros pontos menos importantes. Com a crise estudantil desencadeada em 1968, passamos a viver dias muito difíceis. Para que bem se possa avaliar o clima que estávamos enfrentando, nesse ano tivemos 284 dias de prontidão. Saíamos frequentemente para as ruas do centro da cidade, ora durante a noite, ora durante o dia, e não foram poucas as vezes que estacionamos jornadas inteiras nas proximidades do Campo de Santana. A crise culminou com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968. Analisando hoje, muitos inocentes úteis e outros mal-intencionados criticam a tomada da

medida extrema; contudo, o mundo no qual vivemos não admite mais os falsos ignorantes, os platônicos sociais que, em nome da defesa da liberdade, alienam-se de mãos atadas ao inimigo internacional corporificado nos nossos tempos pelos ideais comunistas. O cinismo atinge linhas inconcebíveis: criticam os EUA que em poucos dias refizeram a ordem nas Ilhas Granadas e partem para seu destino; e omitem-se quanto à invasão comunista do Afeganistão, que, com bravura, procura expulsar o invasor ultrajante de suas terras.

É de pasmar. A revolução comunista na Rússia até o dia de hoje nada mais fez do que reunir um rosário de fracassos no campo social, no qual mais se propunha apresentar reformas extraordinárias. Criou uma casta de privilegiados, cercados de mordomias excepcionais, colecionadores de automóveis ou coisas similares que o mundo livre passou a caracterizar de *nomenclatura*.

Não pense que concordo com o lamentável desequilíbrio social que a maioria dos países, em particular do terceiro mundo, apresenta. É lastimável que a ânsia do luxo desenfreado venha invadindo progressivamente as sociedades modernas, estimulando a corrupção, as negociatas, o tráfico de influência, que, com frequência, hoje presenciamos. Esse clima serve de argumento para os abutres da esquerda. Estes, com uma revolução na URSS que se mantém no poder por mais de 60 anos, não admitem abrir suas fronteiras para apresentar ao mundo o paraíso social o qual apregoam e que sabemos ser grande mentira.

Perdoem-me a divagação. Por haver estruturado minha vida com austeridade e rigor, nunca almejei vantagens desmedidas. Tive durante minha vida profissional intensas preocupações com indecisões oriundas da avidez do poder de alguns brasileiros que permitiram, sob demagógicos pronunciamentos e falsos atos democráticos, a reorganização do comunismo internacional no nosso país. A democracia não pode ser suicida a ponto de aceitar uma ideia política de negação da liberdade. Com pesar, vejo se escoarem meus dias finais sem perspectivas de que verdadeiros patriotas, imbuídos pela única ambição de progresso de nosso povo, conduzam o Brasil a lugar de destaque que lhe é devido.

Nos anos que passei no comando do 2º BIB, tive inesquecíveis jornadas de trabalho, em que a cooperação, o entusiasmo e a eficiência

dos integrantes da Unidade permitiram grandes realizações. Quando no fim do primeiro ano fizemos um balanço do que tínhamos feito, alinhamos: carteiras profissionais de motorista para 180 praças que nunca haviam visto, antes, uma viatura blindada; curso de manutenção de veículos para 300 praças; curso de datilografia para duas turmas de 50 praças cada uma; curso de higiene e educação física para os 900 componentes do Batalhão; curso de alfabetização e de nível mais elevado; lição de civismo, de respeito às tradições da Pátria, coisa rara em nossos dias, tudo isso estimulado pela monolítica presença dos oficiais e praças em todas as exaustivas atividades.

Depois de dois anos e poucos dias no comando, fui elevado ao posto de general de brigada. Era o primeiro oficial de minha turma a atingir tão grande galardão. Antes mesmo da assinatura de minha promoção, dois ilustres chefes, general Sizeno e general Canavarro, convidaram-me para exercer a chefia dos seus estados-maiores, respectivamente, do I e II Exércitos. Por decisão do Sr. ministro, o eminente general Aurélio Lyra Tavares, fui classificado no II Exército, em São Paulo.

Antes de minha partida, dois fatos entrariam para o sacrário de minha vida militar. O primeiro, no dia seguinte a minha promoção a general, quando o subcomandante, tenente-coronel Almir de Castro Miranda, de comum acordo com os outros oficiais da unidade, forjou uma pane em meu automóvel particular, que ficou no quartel e obrigou-me a utilizar pela primeira vez o carro do comando da unidade para voltar para a minha casa. Era costume eu chegar diariamente à Unidade antes do toque de alvorada, isto é, antes das 5h30min da manhã, no que fui sempre acompanhado pelo tenente-coronel Almir e pelo capitão Mattos. Recordo-me que às 4h45min de 26 de março de 1969 o carro chegou a minha casa dirigido pelo cabo Rabetin, e ele, com sermão encomendado, passou a realizar o deslocamento com lentidão para que atingíssemos o quartel somente às 5h30min.

Era noite ainda. Ao se aproximar do quartel, o cabo Rabetin acendeu os faróis do carro em frente aos portões fechados. Ao entrar no Batalhão, encontrei-o feericamente iluminado com as luzes de mercúrio que havíamos inaugurado na jornada anterior e com todo o efetivo formado no pátio interno. A banda executou para mim, pela primeira vez, o toque de oficial-general, e recebi a continência regulamentar da tropa.

A emoção foi deveras grande. Só os verdadeiros soldados podem avaliar a grandeza de sentimentos que invadem nossa alma. Nesses poucos instantes, desfilou por minha memória a lembrança de meu pai e de minha mãe, ambos falecidos, e que, se ali estivessem, estariam compartilhando daquele grande momento de minha vida. Formado à frente do Batalhão, junto ao Estado-Maior, estava um indivíduo civil, o Sr. Mário Mattos, amigo incondicional, que por muitos anos acompanhou com entusiasmo minha trajetória profissional.

Depois da apresentação da tropa pelo tenente-coronel Miranda, entregaram-me o microfone para saudar. Falei mais com o coração do que com a razão. Acho naquela situação não poder haver sido diferente.

O segundo fato deu-se no dia 16 de abril quando passei o comando da Unidade em cerimônia presidida por meu querido amigo general Ramiro, comandante da Divisão Blindada. Muitas jornadas de trabalho, de preocupação e de risco nos haviam unido nesses dois anos; sua promoção a general de divisão afastava-o, também, do comando da DB. Ele e eu íamos para o II Exército; eu para a chefia do Estado-Maior do II Exército, em São Paulo; ele para o comando da 9ª Região Militar, em Campo Grande, também integrante do II Exército. Íamos continuar a trabalhar juntos. Ainda fardado de coronel, apresentei o 2º BIB ao general Ramiro e, com sua permissão, dei início à cerimônia de passagem de comando. Depois da leitura dos decretos de promoção, exoneração e nomeação para a nova função, li minhas palavras de despedida. Senti grande pesar em me afastar dos companheiros. A verdadeira família que compúnhamos era afetada pela perda de qualquer um, do comandante ao soldado Almir, amigo velho, o qual sempre partilhou comigo de tudo o que se passava na Unidade. Entregava-lhe, com prazer e muita confiança, o comando de nosso Batalhão, mas sabia que minutos depois os portões só se abririam novamente para mim apenas na qualidade de visitante.

Depois de lida a despedida, fui à reserva da 1ª Companhia, troquei a túnica e o boné de coronel pelos de general e assisti pela última vez ao desfile de meu Batalhão.

Nesses momentos, geralmente lamento que outros profissionais não tenham a oportunidade de viver momentos de tanta elevação moral como nós militares, que desenvolvemos um ambiente de irmandade, calcado em um trabalho anônimo de grandeza incomensurável.

II Exército – São Paulo

Em 1º de maio, chegávamos a São Paulo. Um avião especial levaria o general Canavarro e todo o seu estafe. Quando atingimos o Campo de Congonhas, grande massa popular se comprimia para nos oferecer as boas-vindas. À frente, estava o ilustre governador Roberto de Abreu Sodré, com parte de seu secretariado.

As manifestações de afeto que recebíamos à chegada refletiam o quanto esperavam de nós. São Paulo, centro econômico mais importante do Brasil e da América Latina, enfrentava violenta onda de terrorismo, onde meia dúzia de assaltos a bancos ocorria a cada dia, com o fim de obter recursos para o lançamento da contrarrevolução; operações de sequestros, invasões de quartéis com roubo de armas; enfim, atos que deixavam a população amedrontada e tensa. O próprio Quartel-General do II Exército, em janeiro, havia sido invadido por uma viatura contendo dinamite, cuja explosão provocou grande avaria em sua estrutura e a morte de uma sentinela. As cicatrizes no portão ainda se faziam presentes a nossa chegada.

O AI-5, baixado em dezembro último, colocava nas mãos do comandante da área total responsabilidade pela segurança interna. Tínhamos, pois, os instrumentos necessários oferecidos pela lei para tentar uma organização de combate àquele estado de coisas.

O sequestro de autoridades, particularmente estrangeiras (embaixadores), tinha levado o Governo a negociar com os terroristas a troca de presos subversivos pelos sequestrados. Essa atitude do Governo, criticada por muitos, testemunhava o desejo de preservar vidas ilustres e o respeito não só da pessoa humana como de nossos hóspedes oficiais.

Esse sentimento ficou evidente quando em outras oportunidades, em alguns países, os governos algumas vezes não se curvaram à sanha dos terroristas e pela negativa de negociação assistiram a bárbaros assassinatos de importantes personagens.

De maio a meados de junho, procuramos sentir o ambiente e tomamos as medidas iniciais. No entanto, naquele momento, o assalto a um Quartel da Polícia Militar com a morte da sentinela e o roubo de 119 fuzis fizeram que decidíssemos pela urgente tomada de medidas, as quais possibilitassem maior controle e coordenação da segurança. Tínhamos, àquela altura, elaborado pela 2ª Seção um documento objetivo de combate à subversão, mas cuja execução vinha sendo protelada pelo ainda deficiente conhecimento da área e precária avaliação das consequências. A morte da sentinela conduziu-nos à definitiva decisão.

Em fins de junho, o general Canavarro Pereira, comandante do II Exército, responsável pela segurança interna da área, convocou no Quartel-General uma reunião de todos os órgãos ligados à segurança. Estavam presentes o secretário de Segurança de São Paulo, Dr. Hely Meirelles, homem extraordinário sob todos os aspectos; o representante da Marinha; o representante da Aeronáutica; o representante do SNI; o chefe do EM da 2ª Divisão de Infantaria; o comandante da Força Pública; o delegado da Ordem Política e Social; o diretor de Trânsito, entre outras autoridades.

Os temores que tínhamos sobre as possíveis dificuldades de coordenação dos órgãos logo se dissiparam. O clima imposto desde o início foi o da melhor compreensão e colaboração. Com isso, o general Canavarro, depois de apresentar suas principais observações sobre os fatos ocorridos, determinou que eu lesse o documento organizado pelo Exército com vistas ao combate ao terrorismo. Em seguida ao debate e à definitiva elaboração, aprovou-se o plano totalmente, e assim surgiu a famosa Operação Bandeirante (OBAN).

Convenientemente instalada em uma delegacia desocupada, foi estruturada em pessoal e material e passou a exercer o controle desejado sobre as ações terroristas que àquela altura utilizavam-se até de religiosos para o desempenho de suas atividades macabras.

Os resultados atingidos foram excepcionais. Os assaltos a bancos foram diminuindo até a ausência total, da mesma forma que terminaram aqueles aos quartéis e os sequestros de autoridades.

O êxito da OBAN foi tão evidente que o ministro do Exército determinou o emprego de sua estrutura em todas as sedes de Comandos de Áreas no território nacional.

O apoio que recebemos das autoridades estaduais e municipais, em particular do ilustre governador Sodré e de todos os segmentos

da população, foi o fator decisivo para o êxito da OBAN. A sociedade paulista deu uma prova inequívoca de sua maturidade.

Logo após nossa chegada, a estrutura do II Exército tinha como elementos específicos da Força na área da segurança apenas uma Companhia de Polícia do Exército e uma Companhia de Guardas. Por solicitação do general Canavarro ao ministro, antes de atingirmos um mês de comando, já recebíamos autorização para ampliar o efetivo da Polícia do Exército, de Companhia para Batalhão. Somente um óbice iríamos enfrentar, isto é, não receberíamos qualquer ajuda em recursos para a transformação do quartel e melhoria das precárias instalações. Não nos intimidamos com a realidade. Surge aqui com muito vigor a presença infinitamente grande de uma pessoa que já convivia conosco e que de pronto assumiu o encargo de coordenar os recursos para a ampliação do quartel que abrigava 200 homens para 960 policiais. Indivíduo muito relacionado na sociedade paulista, merecedor do total respeito de todos, foi o agente de ligação de nossas necessidades, e mais, o coordenador de tudo que se fez nesse particular: Luiz Macedo Qüentel, amigo admirável presente em todas as horas, homem tradicional por família, religioso por formação, afetivo por sentimento, carinhoso por bondade, compreensivo e tolerante pela inteligência, foi ele nosso escalão avançado em todas as iniciativas que fomos tomando na perseguição dos objetivos fixados.

Em janeiro de 1970, o novo quartel era inaugurado com requintes que nunca antes conhecera. O prefeito, Dr. Paulo Maluf, deu o toque final as nossas aspirações, asfaltando toda área interna do quartel e determinando a instalação de nova rede elétrica com luz de mercúrio em todo seu interior.

Ainda bem não acabávamos de pôr em ordem o Batalhão de Polícia, também por solicitação nossa, o ministro autorizou a elevação da Companhia de Guarda a Batalhão. Estávamos no mês de dezembro de 1969. A faina desenvolvida para o Batalhão de Polícia não poderia ser repetida; primeiramente porque a solicitação de nova ajuda iria se tornar por demais onerosa para os que haviam colaborado; depois, porque o quartel da Companhia de Guarda era no centro da cidade, instalado em prédio pequeno e com área que não possibilitava a construção de outros. O planejamento deveria se desenvolver de maneira diversa. O primeiro comandante, homem dotado de alto grau de entusiasmo, objetividade, inteligência, trato especial com o jovem, conseguiu realizar verdadeiros

milagres. José Alves Paulino assumiu o comando e pôs-se a sonhar com todas as coisas grandes que a gente deseja em nossa profissão. Idealizou melhorias na fabricação e na qualidade dos uniformes; confecção de luvas brancas e talabartes brancos especiais; uso de cachecol branco; uma braçadeira significativa; um abrigo de *nylon* especial para os dias de serviço, e assim em poucos dias a tropa entrava em forma de maneira espetacular e ostentava garbo marcial. Seu entusiasmo transbordante contagiara todos os participantes do Batalhão, e logo foi criada uma mística em torno da novel unidade.

Com tudo isso realizado, promovemos um movimento para que as senhoras de São Paulo oferecessem o Pavilhão Nacional à nova unidade. Foi marcado o dia 24 de maio de1970 para o recebimento pela tropa, em cerimônia realizada na Praça do Quartel-General do II Exército, com a presença do governador Roberto de Abreu Sodré, general Canavarro, autoridades e convidados.

Dia 24 de maio era um feriado militar, Dia da Infantaria. Nada melhor para uma unidade da Arma do que receber seu novo Pavilhão nessa oportunidade.

Dia 22 à tarde, o tenente-coronel Paulino foi a meu gabinete e convidou-me para fazer uma visita a seu quartel no dia 23, às 10h. Como se tratava de um sábado, pedi que me dispensasse, pois iria obrigar toda a tropa a permanecer de serviço em um dia de repouso. Seus argumentos sobre a necessidade da visita me demoveram, e lá fui eu no sábado, 23 de maio, para o quartel. Foi profunda minha surpresa, pois, quando lá cheguei, o Batalhão estava totalmente formado, em seu uniforme apurado, com braçais, cachecóis brancos, luvas, talabartes etc. Seus integrantes, a juventude dessa magnífica cidade, todos com altura mínima de 1,80m, com admirável postura e apresentação exuberante, ofereciam esplendoroso espetáculo de garbo militar e esmerada preparação. Com emoção, passei em revista a tropa, acompanhado pelo tenente-coronel Paulino, e fui para um pequeno palanque. Nesse dispositivo, Paulino ao microfone disse:

> Meu general! Nos anais desta unidade ficará registrado para sempre que sua primeira formatura foi para o general Ernani Ayrosa da Silva. Amanhã, dia 24, quando formarmos no QG do II Exército para recebermos o Pavilhão Nacional, realizaremos a segunda formatura.

> Esta homenagem representa nossa gratidão pelo apoio irrestrito que o senhor nos ofereceu na fase de formação da unidade.

Entregou-me uma bandeja de prata, redonda, com o brasão do Batalhão gravado na parte da frente dela, e, atrás, a seguinte dedicatória: "Ao general Ayrosa, homenagem do seu Batalhão de Guardas." (Essa bandeja se encontra com meu filho, Moisés, herdeiro natural das relíquias de minha modesta vida militar).

A história desse Batalhão não se encerra aqui.

Quando da oportunidade de juramento à Bandeira de sua primeira turma de reservistas, também no pátio do Quartel-General do II Exército, esse mesmo contingente, que havia recebido o Pavilhão Nacional, formou com seus uniformes de gala. Um fato especial iria ocorrer.

Normalmente, quando a cerimônia de Juramento à Bandeira se realiza, o comandante da Unidade dirige palavras significativas ao contingente, interpretando o valor do juramento prestado. Nesse dia, os reservistas do Batalhão de Guardas iriam ser saudados pela imorredoura secretária de Educação, senhora Carolina Ribeiro, octogenária, tradicionalmente respeitada pela sociedade paulistana, professora emérita de muitas gerações. Estava ali para engrandecer o ato sagrado dos novos reservistas.

Tudo ocorreu apoteoticamente. Fiz questão de ler o Juramento para a tropa. Os laços afetivos que tinha por aquele grupo jovem, tão representativo do povo paulista, eram muito grandes. Ao final do juramento, como que uma clareira se abriu no dispositivo dos assistentes! Dona Carolina, cercada por senhoras da tradicional sociedade paulista, ocupou o centro onde se encontrava o microfone e saudou com eloquência aquela plêiade de filhos queridos, como ela mesmo os chamou. A grandeza esteve presente em todos os momentos desse dia, e, por isso, os recordo com muito carinho. Não deveriam ser esquecidos por aqueles que tiveram o privilégio de vivê-los.

Em janeiro de 1971, partia de São Paulo para nova comissão. Aparentemente, era o mesmo homem que lá chegara; mas interiormente mudara muito. Em alguns aspectos estava enriquecido pelo maior conhecimento da vida, pela aquisição de queridos amigos mantidos para sempre; em outros, o contato com a violência dos fanáticos terroristas

me roubavam algumas poucas ilusões que ainda acalentava na década de meus 50 anos.

Minha festa de despedida foi paraninfada pela ilustre educadora Carolina Ribeiro. Em sua saudação chamou-me de menino com medalhinhas no peito, caracterizando o carinho com que me privilegiou.

Quando realmente parti, um pouco de mim lá ficou e conservo até hoje o carinho filial que recebi de um jovem que, ao executar minha segurança pessoal, elegeu-me como um pouco de pai, fazendo-me também lembrá-lo como um pouco de filho.

Luiz Eduardo do Amaral Costa, que Deus lhe dê a recompensa da amizade e da abnegação que você me dedicou.

Diretoria de Armamento e Munição

As emoções e tensões que havia vivido em São Paulo pelo período de quase dois anos faziam que a nova comissão não me solicitasse tanto, por mais trabalhosa que fosse.

Com a criação do Departamento de Material Bélico (DMB), lembrou-se o ministro de Exército de convidar o general Canavarro para organizá-lo, em face de sua larga experiência na área que se expandia.

A Diretoria de Armamento e Munição era uma das que compunham o novo Departamento. Julgou o general Canavarro que eu deveria ser o novo diretor, da mesma forma que convidou o general Ramiro, comandante da 9ª Região Militar, para participar do grupo, na função de vice-chefe do Departamento.

Em fevereiro de 1971, assumi as novas funções.

A concessão de verbas extraordinárias pelo Governo visando melhorar nosso equipamento bélico não tardou a nos obrigar a desenvolver um grande planejamento e consequente execução, com compra

de armas e estímulo à pesquisa, além de proporcionar nova atividade às fábricas do Exército.

Precisaria constituir meu gabinete. Por ocasião de minha apresentação no Quartel-General, encontrei no saguão da entrada do edifício um velho amigo, também comandante de uma Unidade da Divisão Blindada no meu tempo, o qual estava regressando de Brasília. Pensava transferir-se para a reserva. Depois de um contato rápido, porém efusivo, convidei-o para ser meu chefe de Gabinete. Alegando seu desejo de ir embora, disse que meu convite o colocava em uma encruzilhada. Estimulado por mim, acabou aceitando. Foi assim que eu e o coronel Armênio Pereira Gonçalves voltamos a caminhar juntos. Assumidas as respectivas funções, conseguimos trazer também para a Diretoria o tenente-coronel Almir de Castro Miranda, velho companheiro e amigo, antigo subcomandante do 2º Batalhão de Infantaria Blindada.

A atividade da Diretoria foi crescendo de tal forma que em dois meses de permanência o estreito contato com as unidades subordinadas passou a ser fato normal. Assim havia permanentemente representantes dos Batalhões do Depósito de Munição, do Depósito de Armamento e Munição e do Batalhão de Suprimento e Manutenção de Armamento juntos à Diretoria. Nessa conjuntura, mais um companheiro veio reunir-se a nosso grupo, o major Elo Perry Carvalho. Nosso quarteto passou a trabalhar com tal desenvoltura que os papéis se inverteram. Era normal toda Unidade solicitar suprimento de munição e recuperação de armamento. Com o controle montado pela Diretoria, os suprimentos chegavam às unidades antes das solicitações, e algumas pediram para que retardássemos as remessas, pois possuíam estoques remanescentes e estavam com dificuldades de armazenamento. O armamento descalibrado foi recolhido e substituído por novo. A burocracia que essas operações impunham às unidades sobrecarregou-as de trabalho, mas a máquina da Diretoria deslanchou plenamente a execução. Ficava desse modo atestado o acerto da criação do Departamento de Material Bélico pela dinamização imprimida às diretorias para o processamento de novos recursos que injetavam sangue novo às unidades.

Quando tudo corria bem, em novembro de 1971 fui chamado pelo general de exército Muniz de Aragão, chefe do Departamento de

Ensino e Pesquisa (DEP), organização criada com o DMB. Em seu gabinete, o general Aragão informou-me da minha próxima transferência para o Comando da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Pedi-lhe que me permitisse consultar o general Canavarro, meu chefe de então, sobre o novo destino. Respondeu-me que o comando da Escola era uma comissão muito séria para ficar sujeita a uma consulta, mas mesmo assim, por dever de lealdade, fui direto ao general Canavarro e expus-lhe o acontecido. Imediatamente se opôs, dizendo ser necessária minha permanência na Diretoria. Comunicou-se de imediato com o ministro negando sua aprovação à decisão do general Aragão. Ponderou o ministro que o Comando da Escola era uma comissão muito árdua e que, por isso, desejava que o general Canavarro reestudasse o problema. Diante dessa argumentação, ao general Canavarro só restava o assentimento, condicionando-o, entretanto, à permanência na Diretoria até março do ano de 1972, quando se reabriam as aulas da Escola. Diante dessa evolução, quem ponderou fui eu, dizendo ao general Canavarro que minha chegada à Escola com os alunos dificultaria minha ambientação e a condução do ano escolar.

Entre marchas e contramarchas, em 31 de janeiro deixava a Diretoria e, em 2 de fevereiro de 1972, assumia o Comando da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Comigo iam como subcomandante e subdiretor de Ensino o coronel Armênio Pereira Gonçalves; chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o tenente-coronel Almir de Castro Miranda; chefe da Seção de Relações Públicas, o major Roberto Heitor de Mattos, antigo companheiro do 2º BIB e meu primeiro ajudante de ordens (a essa altura uma pessoa integrada a minha família); fiscal administrativo, o major Elo Perry Carvalho. Os quatro primeiros assumiram as funções no mesmo dia: eu, Armênio, Almir e Mattos; Perry, poucos dias depois.

Posteriormente, fui à seção de Assessoria do DMB e convidei o tenente-coronel Waltencir dos Santos Costa para a chefia da Seção de Emprego e Cooperação das Armas e Serviços (SECAS). Naquele instante, esse oficial declarou-me que pela primeira vez entrava em seu gabinete de trabalho um oficial-general e que aceitava honrado o convite, condicionado à aquiescência do general Ramiro, que o trouxera para aquela função. Respondi-lhe que deixasse esse problema comigo. E assim, o Waltencir juntou-se a nossa equipe.

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Fevereiro de 1972 a setembro de 1974)

Em 2 de fevereiro de 1972, às 10h, assumia o comando da EsAO, recebendo-o do general José Ferraz da Rocha, amigo e companheiro desde 1928 quando juntos ingressamos no Colégio Militar do Rio de janeiro. Essa circunstância já trazia bons augúrios para meu Comando. Ferraz não era apenas outro general, mas um homem de vida exemplar, estimado e admirado por todos os companheiros, particularmente por mim, que com ele convivera nas mesmas salas de aula desde os 11 anos de idade. O abraço trocado por nós ao término da singela cerimônia militar vinha impregnado de fraternidade, de participação espontânea e de sinceros desejos de felicidades.

Nas poucas palavras que proferi na presença do chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, general Aragão, reafirmei o propósito que sempre norteara minha vida profissional, da seguinte maneira:

> Creio ser o momento de dizer a V. Ex.ª que assumo esta terceira comissão como oficial-general imbuído do mesmo espírito das demais: SERVIR! Servir com o melhor dos meus esforços, com o melhor da minha capacidade, apoiado na experiência que a vida me ofereceu e na tolerância tão necessária à convivência humana.

Assim, no dia 3 de fevereiro, com Armênio e Almir, passávamos a visitar as dependências da Escola, com o fim de observarmos quais as medidas iniciais que deveriam ser tomadas com vistas à abertura do curso em 2 de março.

Conforme já havia sido informado por meu antecessor, a Escola se ressentia de medidas urgentes para sua recuperação, estando em uma situação realmente grave.

Constatei, com poucas horas de permanência na Escola, que a realidade era bem mais séria.

Recordo-me de que no segundo dia de atividade, ao visitar um banheiro de oficiais no Pavilhão de Comando, o coronel Armênio aguçou minha atenção para uma rachadura na laje do teto e acrescentou: "Se eu fosse o senhor mandaria interditar o banheiro, pois o aspecto nos leva a achar que ele vai ruir em breve."

Assim procedi, e duas horas depois todo o banheiro se desfazia em escombros, comprometendo a estrutura de outras dependências do citado pavilhão.

Diante do perigo que se avizinhava, resolvi percorrer detalhadamente as salas de aula e fazer funcionar os acessórios que apoiavam o ensino. Ao colocar em funcionamento os ventiladores dos tetos, percebi que, quando funcionavam, os tetos velhos de madeira entravam em vibração com algum risco; mas, quando chegamos à sala do curso de Artilharia, a vibração era ameaçadora, fazendo prever o desabamento sobre a cabeça dos alunos. Imediatamente solicitei à Prefeitura Militar da Vila o comparecimento de um engenheiro para examinar a estrutura, e como pensávamos, o teto estava na iminência de desabar. Determinei que a sala fosse interditada, e precisamos enfrentar o difícil problema de redistribuir os alunos e acomodá-los precariamente por alguns meses em outras salas.

Essa foi nossa grande tarefa inicial, isto é, colocar a Escola em condições de funcionar.

Ao mesmo tempo que atendíamos o setor de material, convocamos uma reunião do Conselho de Ensino. Na oportunidade, foram debatidos todos os aspectos ligados ao planejamento do ano corrente. Uma série de sugestões foi apresentada pelos chefes de cursos, e programou-se, desde logo, a introdução de algumas modificações no currículo escolar com vistas à modernização e a maiores informações aos capitães-alunos. Assim, foi organizado um programa de conferências a cargo de personalidades ilustres da Fundação Getúlio Vargas. Dignamente apoiado pelo ilustre Dr. Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação, desfilaram pelos tablados da Escola nomes consagrados como os dos professores Mario Henrique Simonsen, Julian Chacel, Irene Mello Carvalho (atualmente Irene Estevão de Oliveira), Almir Marcos Madeira e muitos outros.

Além dessa inovação, apoiado pelo magnífico Dr. J. B. de Abreu Amorim, presidente da IBM, demos início a um curso informativo sobre

o que se poderia fazer com o uso de computadores e uma introdução ao estudo da informática. Este curso foi sendo progressivamente ampliado, e a mentalidade que se implantou possibilitou a introdução do controle dos cursos da EsAO pelo computador com o apoio e a compreensão excepcional dos elementos do Instituto Militar de Engenharia (IME). Por ocasião de minha passagem pela DAM, havia cerrado meu contato com as fábricas do Exército dirigidas pelos engenheiros militares, consequentemente estendi meus contatos com os oficiais do IME. Soube então da grande capacidade que possuíam e ainda do desejo ardente de voltarem suas valiosas atividades em benefício do Exército.

Como tudo é fácil quando nos aproximamos uns dos outros!

Os engenheiros militares, classe de escol de nosso Exército, viviam em completo anonimato para nós. Alguns já lograram se projetar no estrangeiro. Nós, talvez por distorção, não sabíamos utilizá-los com vistas à eficácia e não dávamos estímulo para sua melhor integração com as Armas e Serviços. Foi com esse pessoal de escol que me lancei na aventura de implantar o computador progressivamente nas atividades escolares. A semente foi cuidadosamente tratada por meus sucessores, e hoje a Escola participa realmente dessa atividade que já se integra ao cotidiano da gente jovem nos países desenvolvidos.

Com um planejamento global para a recuperação de todas as instalações da Escola, em particular as que apoiavam o ensino propriamente dito, passamos à execução. Em fins de março, ainda procurando identificar os pontos sensíveis, constatamos o estado precário da caldeira que servia ao rancho da Escola. Prontamente, comunicamos o problema à 1ª Região Militar, organização encarregada da conservação dos quartéis, e solicitamos a presença de um engenheiro para avaliar os riscos de explosão. Infelizmente, nossa preocupação não recebeu a acolhida desejada, e, em um fim de semana de agosto, a caldeira explodiu e incendiou toda a cozinha da Escola. Era de se prever. Normalmente, quando há alguma parte deficiente nas caldeiras, elas só apresentam problemas nos dias de menor solicitação, pois sem o consumo a pressão interna aumenta. Foi o que ocorreu, em um sábado. Quando fui informado do incidente, fiquei realmente abalado. A essa altura, já tínhamos recuperado quatro salas de aula que se localizavam no 2º andar do prédio no qual funcionava o rancho dos oficiais e a cozinha. Imaginei haver perdido todo o trabalho realizado até aquela data. Para felicidade nossa, o vento forte no momento conduziu o

fogo para o fundo do quartel e conservou intatas as salas de aula e o rancho. Jocosamente, o encarregado do inquérito colocou na capa a figura de um general (caricaturada) olhando uma bola de cristal com uma caldeira explodindo em seu interior.

O ritmo de obras que executávamos levou alguns companheiros a dizerem, a título de pilhéria, que eu havia forçado a explosão para possibilitar a construção de nova cozinha em padrões mais modernos e com melhor funcionalidade.

O apoio que recebi do ministro do Exército, general Orlando Geisel, foi o melhor possível, e, 24 horas depois da apresentação da planta, ele determinou o fornecimento do crédito à Escola.

O primeiro ano transcorreu muito bem. Ao término, realizamos as manobras previstas com ótimo rendimento e, quando concluímos o ano letivo, já tínhamos recuperado todas as salas de aula do 2º pavilhão. Havíamos também reformado os banheiros das praças e dos oficiais; a cozinha estava quase pronta e planejada e orçada a recuperação de todo Pavilhão de Comando. Dependíamos de conseguir recursos para a realização das obras no período das férias regulamentares.

Nesse ano, dois chefes encerraram suas atividades no serviço ativo. Seus almoços de despedida foram oferecidos em nossa Escola. Foram eles o general Muniz de Aragão, chefe do DEP, a quem estávamos diretamente subordinados, e o general Canavarro Pereira, meu antigo comandante. Ambos receberam as homenagens do Exército na EsAO, motivo de júbilo para todos nós, não somente pelo gabarito dos dois chefes militares que se despediam como pelo reconhecimento do valor da EsAO como estabelecimento principal de ensino do Exército.

A primeira turma que passou por nossas mãos deixou ao sair da Escola alguns traços marcantes. Por haverem acompanhado desde o início a luta pela melhoria do ensino e das instalações, integrou-se em nosso esforço de maneira invulgar.

Um dia, quando lutávamos para ver a possibilidade de reforçar o teto do saguão da entrada, com receio de ceder por termos retirado uma escada que o apoiava, um companheiro do curso de engenharia, aluno da Escola, procurou-nos e ofereceu-se para estudar o problema. Foi esse mesmo aluno que fez o discurso de despedida da turma no fim do ano: major Carneiro, companheiro admirável que, com sua atitude, estimulava-nos e fazia-nos entender que estavam acompanhando nosso trabalho.

Um dos instrutores do curso de Material Bélico, o capitão Alfredo Maurício de Araujo, espontaneamente assumiu, como engenheiro eletricista que era, toda a renovação da parte elétrica dos prédios.

No término do primeiro ano, quando me despedi dos companheiros que partiam, usei uma frase que bem dizia de nosso entendimento: "Nossa Escola marchou integrada, todos participaram de tudo que aqui se fez..." e, realmente, isso expressava a realidade de nosso primeiro ano de Comando da EsAO.

Quando faltavam poucos dias para acabar o ano, o novo chefe do DEP, general Antonio Jorge Correa, ilustre militar, meu antigo instrutor na Escola Militar do Realengo, disse-me que o ministro havia nos oferecido um saldo razoável de verba, só que a respectiva prestação de contas deveria ser feita em oito dias.

Como a Escola havia realizado um planejamento integrado para sua recuperação, tínhamos arquivo de todas as tomadas de preço e por isso aceitamos o dinheiro. Chamamos os vendedores os quais haviam ganhado as concorrências, dissemos-lhe que precisariam passar recibo das obras realizadas, mas que os cheques nominais ficariam depositados no cofre da Escola até a entrega do serviço. Diante da concordância de todos, tão logo a cerimônia de diplomação se encerrou, no mesmo dia à tarde demos início às obras do Pavilhão de Comando, que exigia troca e ampliação de toda a rede elétrica e mudança dos tetos de seis salas de aula. Além disso, foram realizadas a colocação de novas luminárias nas salas, a substituição de todas as portas e janelas para alumínio, a instalação de cortinas de madeira em todas as janelas e de lambris nas salas de aula, o revestimento de borracha preta do piso das varandas e das escadas, a aplicação de sinteco em todas as salas de aula e a pintura de todo o Pavilhão. Era, portanto, uma renovação total a ser feita. Tínhamos para isso até 1º de março, data de reabertura das aulas do ano de 1973.

Não tivemos férias. Entrávamos na Escola às 6h e saíamos entre 19 e 20h, todos os dias. Os objetivos foram atingidos, e essa foi a nossa grande recompensa. Por ocasião da aula inaugural, o general Antonio Jorge, com expressão de espanto, classificou a obra de extraordinária. O general Rodrigo Otávio, presente à cerimônia, procurou-me e disse: "Só quem trabalha com amor consegue esses resultados." E acrescentou: "Sou chefe do Departamento de Serviços; se você necessitar de alguma coisa, pode procurar-me que eu o apoiarei."

Realmente a Escola mudara nesses três meses. Quando a nova turma chegou, surpreendeu-se com a apresentação do aquartelamento.

Com o ajardinamento das áreas internas, o término da cozinha e a restauração do Pavilhão de Comando, concluímos a recuperação da parte antiga da Escola. Muito ainda havia por fazer. Durante o ano de 1973, colocamos os bustos dos patronos na alameda central, que passou a se chamar Alameda dos Patronos; transformamos a área da antiga cantina em sala de estar dos instrutores; recuperamos alguns banheiros e vestiários dos instrutores e renovamos o auditório, com a inauguração da Sala Francesa, onde foi posta a Ata Original da Criação da Escola, com assinatura das autoridades presentes e o retrato de todos os membros da Missão Militar Francesa, os quais orientaram a criação da Escola, em 1922.

O que mais impressionava era a limpeza dos banheiros das praças e o estado de conservação das viaturas.

Tínhamos ainda algumas ambições que realizamos nas férias de 1973 para 1974.

Ainda durante aquele ano, instalamos um circuito interno de TV.

Quando desejávamos apresentar um filme ilustrativo aos companheiros que estavam realizando o curso, passamos a utilizar o circuito fechado e não éramos obrigados a deslocá-los para o auditório. Este passou a ser usado somente nas grandes ocasiões.

Nas férias de 1973-74, um terreno baldio lateral à Escola foi concretado e transformado em estacionamento para os carros dos alunos. A área foi também arborizada, e cada oficial do Corpo Permanente plantou uma árvore, em cuja base foi instalada uma placa com o nome do oficial. Ao término, com a colaboração do Detran, a área foi demarcada, e cada vaga recebeu um número. Assim, quando a turma de 1974 chegou à Escola, todos os alunos que possuíam carro receberam, com os documentos iniciais, uma ficha com o número do armário e o da vaga para o carro.

O ano de 1974 ainda nos proporcionou oportunidade de renovar toda a seção de meios auxiliares, instalar uma biblioteca e iniciar a construção de uma cisterna com capacidade para resolver em definitivo o problema da água.

Demos ainda início à instalação do ar-condicionado central no auditório e a colocação de condicionadores de ar em todas as reservas dos cursos.

Na parte do ensino, em fins de 1973, realizamos um dos exercícios mais ambiciosos da Escola: a "Operação Independência", como foi chamado. O Curso das Armas e Serviços (CAS), com muita antecedência, montou a documentação, e por meio da publicação de um pequeno jornal mural, afixado semanalmente no quadro de informações dos alunos, foi sendo relatada a situação de conflito existente entre dois países, a qual se foi agravando até chegar à declaração do estado de beligerância. Desse modo, nos três meses que antecederam a realização do exercício, os alunos acompanharam e discutiram nas horas de folga os fatos que iam se sucedendo. Era um verdadeiro jogo de guerra, com declaração dos governos, participação de órgãos internacionais e tudo o que realmente acontece quando um clima hostil se estabelece entre nações. Progressivamente, fomos divulgando acordos de interesse para conhecimento de todos e convenções internacionais; assim, extensa gama de informações foi sendo fornecida de modo agradável e com debates entre os alunos. Quando chegamos ao mês de novembro, com as atividades orientadas para uma determinada área previamente selecionada, desencadeamos a operação com tropa. Foi um excepcional coroamento do ano de instrução.

Por ocasião do início da montagem do exercício, demos ciência de nossas intenções ao general Fritz Azevedo Manso, comandante da Guarnição da Vila Militar. Seu entusiasmo foi tal que solicitou um estudo sobre a possibilidade da participação de toda tropa sob seu comando. Assim foi feito. A região de Valença, onde se desenvolveu, foi ocupada por 10 dias pelos participantes do exercício, levando-nos a algumas conclusões que não estavam previstas. No 8º dia de ocupação, a cidade ficou sem pão, carne e leite, pois o grande contingente que para lá se deslocou esgotou todos os recursos acumulados para o uso da população.

Ao término do exercício, conforme prevê a técnica regulamentar, foi realizada a crítica para o levantamento dos ensinamentos. Só que dessa vez, não foi feita somente pelos instrutores, pois teve também intensa cooperação dos alunos. Isso marcava o início de uma participação efetiva de cada aluno nos trabalhos escolares, devendo ser ressaltado o fato de que, pela primeira vez, os reconhecimentos foram realizados por eles, sem qualquer interferência dos instrutores.

O ataque final sobre o reduto do "inimigo", com dois Batalhões de Infantaria apoiados por Artilharia e Engenharia, foi a materialização

da decisão dos próprios alunos. E, diga-se de passagem, foi uma bela decisão.

Como se tratava de um exercício de Guerra Revolucionária, mandamos fazer pequenos chaveiros com o símbolo da destruição do guerrilheiro, em acrílico; e todos os participantes, com a farta e rica documentação, receberam aquela lembrança, além de um porta-documentos marcando a "Operação Independência".

A essa altura, é justo consignar o nome de seus principais idealizadores. O chefe do CAS era o tenente-coronel Waltencir dos Santos Costa, companheiro admirável que me acompanhou até dezembro de 1980, quando foi honrado com a promoção a general; major Salvio da Costa Lemos, que reencontrei na Amazônia, onde deixou novas e valiosas contribuições para o Exército naquela difícil área e todos os demais componentes da SECAS, os quais se empenharam de corpo e alma no cumprimento da missão.

Tudo o que se fez, e o muito que foi feito, foi um trabalho de todos. Ninguém realiza nada sozinho. O comandante, o chefe, o administrador, o político só logram qualquer êxito quando têm a sensibilidade para escolher auxiliares capazes, dignos, interessados, com a coragem de discordar dos pensamentos dos chefes quando possuem outras ideias, e a disciplina intelectual para cumprir as decisões dos chefes, mesmo quando delas discordaram anteriormente. Assim foi na EsAO. É com muita saudade e grande respeito que neste pequeno recanto de recordações homenageio todos os companheiros que me ajudaram a levar a bom termo tão elevada missão. Incluo nessa homenagem, desde o soldado, que diuturnamente percorria as instalações com uma lata de cal e um pincel, retocando qualquer mácula produzida pelo tempo ou pelo descuido de um menos avisado, até os oficiais mais graduados. Em particular, ressalto os queridos amigos Armênio, meu subcomandante, trabalhador incansável, e Almir, meu chefe da Divisão Administrativa, que, com especial e honesta alquimia, sabia gerir os recursos para levarmos à frente todos os nossos sonhos. As duas inspeções administrativas que realizei quando comandante evidenciaram o estado admirável da carga da Escola, setor do Exército que nos dias atuais recebe limitada consideração.

Os instrutores foram os forjadores das grandes reformas por que passou o ensino. Os funcionários civis, os sargentos, os cabos e os soldados foram exemplares no cumprimento de suas tarefas.

Com frequência me recordava na Escola da frase de Osorio. Esta, por minha sugestão, tornou-se o lema do jornal *A Cobra Fumou*, publicado pelo meu Batalhão durante a campanha na Itália: "É fácil comandar homens livres: basta indicar-lhes o caminho da honra e do dever."

Assim foi aquele tempo em nossa Escola; até hoje conheço a história de cada parafuso que se colocou, recordo saudoso os momentos de discussão e os trabalhos de arrumação realizados, muitas vezes, depois de encerrado o expediente.

Lembro-me do Almir, às 20h de um dia, recolocando a galeria dos ex-comandantes sobre o novo lambris do Gabinete do Comando.

Lembro-me do Mattos, de broca e martelo em punho, colocando o lambris no saguão de entrada da Escola.

Lembro-me do dia da colocação das novas cadeiras no auditório; os operários não atendiam ao meu desejo, e resolvi descer do palco e colocar cada uma em seu lugar.

Lembro-me do dia em que o Armênio e o Almir decidiram derrubar o palco do auditório e da aposta que eu fiz com os dois, desafiando-os à recomposição de tão complicada engrenagem.

Assim era nossa Escola.

Nos fins de semana frequentemente íamos à paisana percorrer suas instalações e, com prazer, encontrávamos alunos com seus filhos brincando nos jardins. Era a nossa casa, na qual se trabalhava muito, mas também se vivia muito.

Os dois anos e dez meses que lá passei são inesquecíveis. Algumas palavras no dia da passagem do comando em 10 de setembro de 1974 dizem melhor:

> Afirmo, convictamente, que, dos quarenta anos de serviço por mim oferecidos ao nosso Exército, grande parte deles passados em estabelecimentos de ensino, foi nesta Escola que logrei alguns dos mais felizes dias de minha profissão, particularmente, pelo trato franco e leal que marcou o nosso relacionamento, aprimorado pela camaradagem. Sem dúvida, essa exprime, no todo, a grandeza e as servidões que unem os homens de farda e os conduzem ao cumprimento de sagradas missões.

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (Conselho de Estudos – Catálogo de Funções)

Em 12 de setembro de 1974, assumi a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA) e subia um escalão na hierarquia do Ensino Militar. Minha Diretoria, considerada a mais nobre do Ensino, tinha como unidades subordinadas as seguintes Escolas:

Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN);
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO);
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);
Escola de Sargentos das Armas (EsSA) e
Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, espalhados por todo o Brasil.

Recebia as funções de um dos chefes mais respeitados do Exército: general Ariel Pacca da Fonseca, que seguia para São Paulo, onde iria comandar a 2ª Região Militar.

Minha atividade não se modificou, apenas foi ampliada. Armênio, terminada a missão na EsAO, solicitara transferência para a reserva; Almir e Perry acompanhavam-me para a nova comissão; Mattos matricula-se, no início de 1974, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Waltencir seguia para a função de subcomandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Era o primeiro desmembramento do grupo que vinha trabalhando reunido desde os tempos da Divisão Blindada, em 1968.

Levava para a DFA duas ideias novas que havia muito debatia com companheiros e que já apresentavam certo amadurecimento. Uma delas era a criação de um Conselho de Estudos, constituído pelos comandantes das quatro Escolas e eu secretariado pelo chefe de meu Gabinete; outros membros poderiam ser convidados a participar das reuniões, desde que os assuntos em debates justificassem uma assessoria

mais ampla ou mais técnica. A outra ideia era o início da elaboração do Catálogo de Funções do Exército.

Convoquei uma reunião dos comandantes: general Tulio Chagas Nogueira (Academia Militar das Agulhas Negras); general Alzir Benjamim Chaloub (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército); general Adhemar da Costa Machado (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais); coronel Clovis Jacy Burmann (Escola de Sargentos das Armas).

O grupo que me assessorava era de alto nível; os generais e os coronéis, homens de tradição na linha do Ensino e considerados todos dotados de excepcionais cabeças.

Quando terminei de apresentar minhas ideias, não só foram elas acolhidas como aprimoradas com sugestões apresentadas pelos meus companheiros.

Ficou estabelecido que uma vez por mês nos reuniríamos alternadamente em cada uma das escolas e debateríamos os problemas que fossem apresentados até cinco dias antes de cada reunião.

Quanto à confecção do Catálogo de Funções, resolveu-se o seguinte: A ECEME organizaria o catálogo dos oficiais-generais e capitão até coronel com curso de Estado-Maior; a EsAO, de capitão e coronel sem curso de Estado-Maior; a AMAN, de aspirante a primeiro-tenente, e a EsSA, de subtenentes e sargentos.

O prazo para a confecção era estimado em princípio em seis meses.

O catálogo não só relacionaria todas as funções de cada posto considerado como as atribuições correspondentes.

As características que cada um necessitava ter para o exercício das diversas funções seriam fixadas mediante estudo com o Centro de Estudos de Pessoal (CEP).

A tarefa era grandiosa. Na busca de alguma inspiração em um modelo existente, só conseguimos plotar dois exércitos que o possuíam: o francês e o americano. Este era muito detalhado, entrava em um estudo das características psíquicas ambicioso demais para nós, que estávamos no início do trabalho.

Em fevereiro, o general Chaloub chegou à Diretoria trazendo a função dos oficiais-generais. O trabalho era esmerado, impresso em cores para facilitar o manuseio e a consulta; em seguida, recebemos da EsAO a 2ª parte da ECEME, da AMAN e da EsSA.

O volume era grande. A ideia vingara. Como havia um seminário a realizar-se em Brasília, no DEP, fiz questão de levar o documento em mãos e entregá-lo ao general Dilermando. Sua receptividade com o trabalho apresentado entusiasmou a todos. Encaminhou ao Estado-Maior do Exército, solicitando a complementação pelo CEP. O Estado-Maior, por sua vez, deu curso à solicitação e, quando estava na Amazônia, recebi o primeiro volume do catálogo completo.

Permanecemos na Diretoria até abril de 1976. As escolas, tendo à frente seus comandantes, realizaram excelente trabalho. Na AMAN, alguns cursos vieram enriquecer o currículo. O inglês passou a ser obrigatório, e foi feita a instalação do laboratório de línguas com a contratação de professores especializados. O emprego do computador se generalizou em todas as escolas, com apoio irrestrito dos companheiros do IME e da IBM.

No início desse ano, fui convidado pelo Sr. ministro para comandar a 5ª Região Militar com sede em Curitiba. Passados uns 30 dias, a situação evoluiu e fui informado, ainda pelo Sr. ministro, de minha preparação para seguir a São Paulo, onde iria comandar a 2ª Região Militar. Tudo bem. Convidei e indiquei o coronel Waltencir dos Santos Costa para meu chefe de Estado-Maior. Este foi imediatamente classificado em São Paulo. Deveria acompanhar-me também como assistente-secretário o tenente-coronel Elo Perry Carvalho.

No almoço oferecido pelos oficiais-generais ao Exmo. Sr. Presidente da República, em 31 de março, na Vila Militar, no Rio, fui surpreendido pelo ministro-chefe da Casa Militar, meu amigo fraternal, de que iria comandar a Amazônia, e não como fora anteriormente informado.

Considerando que a condução do problema havia fugido à ética militar, manifestei meu desagrado ao Sr. ministro e comuniquei-lhe que não seguiria, pois daria entrada em um requerimento solicitando transferência para a reserva.

Os laços de amizade que me uniam ao ministro Frota permitiram sua discordância da minha decisão e o apelo para que alterasse minha posição.

Passei parte de um dia de sábado, no Rio, na casa do meu amigo general Frota, a seu convite. Quando me despedi, havia reformulado minhas ideias e me comprometi a atender ao seu apelo.

Na segunda-feira seguinte, chamei ao meu gabinete o coronel Waltencir e o tenente-coronel Perry. Liberei-os do compromisso de me

acompanharem, pois não mais iria a São Paulo. Esses dignos amigos negaram-se a desobrigar-se dos convites que lhes havia feito e comigo partiram para o imenso norte do Brasil.

Comando na Amazônia

Essa foi a única comissão em minha vida militar que assumi com alguma contrariedade. Nunca disputei lugares; ao contrário, algumas vezes deixei de aceitar situações vantajosas por princípios éticos e morais. No caso da Amazônia, o problema se apresentava diverso: minha nomeação, embora acobertada pela fantasia de ingressar desde logo no "Alto-Comando", não havia obedecido à consideração desejável para quem, como eu, ocupando o penúltimo degrau da hierarquia militar, por duas vezes recebera comunicação de trocas de Comando (Paraná e São Paulo) sem justificativa plausível. Parecia que estávamos vivendo os períodos anteriores à Revolução, nos quais as transferências adquiriam o caráter de punição. Nenhum fato particular de serviço justificava tal procedimento. Mesmo assim, o entusiasmo continuava a reger minha atuação profissional.

Antes da assunção ao comando, procurei colher informações tão detalhadas quanto possível sobre a área que iria comandar. Territorialmente, cobria 48% da superfície do Brasil. As distâncias entre as diversas guarnições eram gigantescas; basta lembrar o fato de o percurso de Tabatinga a Belém corresponder à mesma distância de Belém a Porto Alegre. Tínhamos três fusos horários na área.

Não me esqueço da observação feita pelo comandante do Batalhão de Engenharia responsável pela construção da rodovia Santarém-Cuiabá, diante da pressão do ministro no sentido de concluir a obra no menor prazo possível. Respondeu-lhe o coronel: "Senhor ministro, não podemos fazer mais rápido; lembre-se de estarmos construindo uma estrada de Lisboa a Moscou, com uma seiva no meio para dificultar."

Assim eram as distâncias a percorrer. De maio a dezembro do ano em que lá cheguei, com a finalidade de visitar algumas das guarnições, voamos 550 horas, com uma segurança de voo muito limitada. Havia proibição tácita de voar à noite, e só podíamos levantar voo de uma cidade se o tempo a percorrer possibilitasse novo pouso antes de escurecer. Algumas guarnições obrigavam-nos ao uso dos hidroaviões Catalina, já com 40 anos de serviço e em condições muito precárias.

A escassez de recursos em pessoal e material, embora hoje bem attenuada, ainda é um problema a exigir solução.

Logo após nossa chegada, houve recrudescimento da contestação de fronteira entre a Venezuela e a Guiana Inglesa. Repetia-se o fato desenrolado em 1969 e 1970. A via de acesso mais favorável para a ligação entre os dois países passava pelo território brasileiro. Desejávamos evitar a situação vivida anteriormente, quando apreendemos até algum material inglês usado nas operações.

Aproveitando minhas idas mensais a Brasília para as reuniões do Alto-Comando, procurei cientificar o ministro da situação da área. Os meios postos a nossa disposição e os planejamentos realizados incrementaram tal ritmo de trabalho no QG que, durante alguns meses, fomos totalmente absorvidos pelo planejamento operacional em detrimento do plano de visitas e inspeções a outras regiões da área. Mesmo assim, as deficiências apresentadas se fizeram tão presentes que nos conduziram à tomada de uma série de medidas imediatas, o que objetivaram a melhoria da operacionalidade e das condições materiais das guarnições da Amazônia.

Assim foi designado um grupo de trabalho para elaborar um plano diretor que orientasse todas as necessidades da área.

O documento levou oito meses para ser concluído. Em três grandes volumes, estudou-se e discutiu-se, em reunião de Estado-Maior, cada um dos aspectos de interesse da região. Todas as necessidades foram levantadas, avaliadas e planejadas.

Paralelamente, outros grupos estudavam novos aspectos de funcionamento dos órgãos existentes e visavam a torná-los mais eficientes e menos vulneráveis.

À proporção que íamos nos integrando à área, mais deficiências vinham à tona. Os óbices amazônicos, como a própria imensidão do território, eram gigantescos e, por isso mesmo, estimularam nossa vontade de sobrepujá-los.

O problema habitacional era dos mais graves. Além de não possuirmos residências para todos os oficiais e sargentos, as casas existentes se encontravam em péssimo estado de conservação, inclusive com quase todas as fossas entupidas. Acionamos o Estado-Maior Especial, e foi expedida a norma reguladora da "Administração Regional dos Próprios Residenciais", que enfeixava em uma só seção toda a responsabilidade pela manutenção dos prédios.

Em seguida, emitimos recomendações sobre as cores a serem usadas nos aquartelamentos das Organizações Militares do CMA, pois estas ostentavam aquelas mais bizarras em suas fachadas.

Estabelecemos as Normas Gerais de Ação à Administração dos Próprios Nacionais e Residenciais na guarnição de Manaus, com o intuito de padronizar procedimentos de usuários e estabelecer critérios na distribuição das casas.

Propúnhamos, com essa série de medidas, amenizar o problema da habitação.

Ao mesmo tempo, conseguíamos com o ministro razoável verba para pintar todas as casas e iniciar, em 1977, a construção de mais 100 residências distribuídas em toda a região.

Na área da administração do QG, outras medidas foram tomadas.

Contratamos o trabalho de uma firma estatal para automatizar o pagamento de vencimentos.

Elaboramos uma Norma Geral de Ação (NGA) para a contadoria criada por nós no Quartel-General. Com esse último documento, publicamos em Boletim as normas para a Constituição de Comissões de Licitações do QG do CMA/12ª RM.

Levantamos os aspectos ligados ao Suprimento Classe I, uma tarefa bastante árdua. Para avaliar bem as dificuldades enfrentadas, os suprimentos destinados à tropa das guarnições de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e outros pontos na fronteira do Acre saíam de Manaus e levavam nunca menos de 40 dias, subindo os rios em balsas do Exército. Quando novo fato impedia o desenvolvimento da operação, éramos obrigados a contratar aeronaves civis de grande porte para realizar o suprimento de emergência. Isso era dispendioso, e nossos recursos normais não atendiam a esse tipo de transporte.

Baixamos um aditamento ao Boletim nº 238, de 21 de dezembro de 1976, documento que transcrevia o "Sistema de Suprimento Clas-

se I" (Anexo 3). Ao mesmo tempo, elaboramos as Normas de Trabalho da 4ª Seção, que, na Amazônia, apresentavam importância vital.

Até aqui, todas as medidas poderiam ser tomadas em curto prazo e visavam à melhoria das condições administrativas e operacionais da região. Projetos maiores estavam sendo estudados, e em breve poderíamos lançar-nos a objetivos mais ambiciosos. Assim, em 31 de dezembro de 1976, estabelecemos um dos documentos de maior valor para os elementos de fronteira. Tratava-se das Normas para Conduta dos Elementos de Fronteira em Tempo de Paz (NOCEF), documento reservado que orientava todos os comandantes de Guarnição de Fronteira no tocante ao procedimento em diversos incidentes de provável ocorrência.

Todos esses trabalhos sucediam-se enquanto a 3ª Seção, sob a direção do tenente-coronel Salvio, buscava a dinamização da instrução em toda a área. Foram criados controles sobre as atividades desenvolvidas pelas unidades, organização de vários exercícios, como a Operação Boina, entre outros, e estabelecimentos de um plano de chamada com o recolhimento de todo efetivo aos quartéis qualquer hora do dia ou da noite, com a consequente preparação em ordem de marcha. Realizamos três exercícios durante a madrugada. O primeiro teve resultado fraco; o segundo já conseguimos em uma hora reunir 90% do pessoal; o terceiro atingimos todo o effetivo e, sem aviso prévio, determinamos a retirada da tropa dos quartéis, por volta das 2h30min da madrugada, e marcamos uma reunião de toda a guarnição na área do estádio de futebol. De lá, partimos para uma marcha de 30km e assim demos início a um exercício com duração de dois dias.

Além de tais exercícios, foram planejados trabalhos de Educação Moral em todas as unidades, o que integrou, por troca de conferências, todas as atividades nesse campo. O documento impresso, graças à atividade e inteligência do tenente-coronel Salvio, tornou-se digno subsídio para todas as unidades do Exército.

Para que os objetivos fossem atingidos, foi necessário atualizar a rede-rádio que integrava o Comando; dessa forma, com relativa facilidade estávamos sempre a par de todas as ocorrências realizadas de Manaus a Tabatinga, a Normandia (fronteira da Guiana) ou à BV-8 (fronteira da Venezuela) etc. Aproveitando a rede-rádio fixa, realizamos um exercício de comunicações com simulação de operação de guerra. Essa rede, totalmente administrativa, provou ser também de alta relevância operacional no teatro amazônico.

Além das atividades regulamentares, fomos levados a agir em outros campos. Com o apoio da LBA, que nos proporcionou ajuda financeira por intermédio de convênios, colocamos em todos os postos de fronteira purificadores de água; até aquela data o mesmo igarapé servia como esgoto e fonte de água para uso doméstico. Com isso, a insalubridade avizinhava-se de todas as guarnições isoladas. A melhoria do estado de saúde passou a ser considerável depois da instalação dos aparelhos de purificação.

O avião que ligava Manaus a Tabatinga, equipamento 737 da Cruzeiro, pousava em Letícia, e a Colômbia cobrava de cada brasileiro que desembarcava uma taxa de 17 mil cruzeiros. Isso onerava os limitados orçamentos da população da região. Tínhamos acabado de preparar uma pista de pouso em Tabatinga, mas a falta total de estrutura impedia seu uso. Decidimos mudar o pouso para o Brasil. Procuramos o gerente da Cruzeiro e solicitamos sua ajuda. Determinamos a ocupação do campo pelo comandante do Batalhão, e, com cabos e soldados, o estabelecimento de um serviço à guisa de estrutura. No dia 18 de novembro, com surpresa para os colombianos, pousamos pela primeira vez em Tabatinga. Não adotamos com eles medida similar àquela adotada com os brasileiros, porém passamos a evitar que fôssemos sangrados em nossas economias; e mais, o controle da aeronave passou para nossas mãos.

Em outra área de suma importância, a saúde, também desenvolvemos enérgica atividade.

Como nas guarnições afastadas, o único órgão que oferecia apoio de saúde era o Exército; toda a população rural vinha bater às nossas portas pedindo socorro.

Estabelecemos íntimo contato com o INPS e o Funrural, assinamos convênios e passamos a receber não só recursos em dinheiro, controlados pelas organizações por relatórios mensais e prestações de contas trimestrais, como também a ser abastecidos com grande quantidade de remédios. A área adquiriu admirável assistência.

Com o tempo, tanto o INPS como o Funrural, entusiasmados com os resultados alcançados, passaram a frequentar os hospitais das diversas regiões e a fornecer recursos para ampliações, construções de laboratórios, organizações ambulatoriais etc.

Realmente, nesse campo os resultados foram surpreendentes. Na época, tínhamos na direção do Hospital de Manaus, hospital-sede, o

coronel Maia Barbosa. Esse excepcional companheiro, com extraordinária capacidade de liderança e organização, aliadas a seu especial bom gosto, transformou nosso hospital em modelar estabelecimento de saúde. Lembro-me ainda, com satisfação, do dia quando o governador do Amazonas me telefonou solicitando nosso apoio para que o nascimento de seu neto ocorresse no hospital. Era o melhor atestado que estávamos recebendo. O governador Enoch Reis, homem culto e inteligente, ministro do Tribunal em Brasília, vinha com frequência trazer o apoio e o reconhecimento pelo nosso feito.

Os problemas até agora apresentados eram normais a um Comando que se instala em área tão carente.

Passamos a observar a letargia reinada em torno dos pequenos postos de fronteira. Os cabos e soldados, quase profissionalizados, instalavam-se nessas regiões e, ao completar o tempo de serviço, davam baixa. A essa altura com mulher e filhos, gravitavam em torno do posto e traziam toda espécie de dificuldades que se haviam acumulado pelos anos de serviço. Em particular, ressentia-se desse mal a região de Cucuí, na fronteira com a Venezuela. Para a guarnição ser atingida, depois de algumas horas de voo, pegava-se um barco precário e navegava-se mais uns 30 minutos, a fim de desembarcar naquele local. A miséria era grande. Os recursos absorvidos por essa população marginalizada eram levados pelos barcos, e estes comercializavam ao longo dos rios (os regatões).

Quase sempre negociavam por permuta. Era frequente a troca de uma galinha por caixa de fósforos; dúzias de ovos por quilo de farinha. A especulação atingia as raias da pura e violenta exploração. Os meios que transportavam a tropa não podiam ser utilizados pela população local. Fazia-se necessário o estudo de uma melhoria para a população da região, mas não sabíamos como agir. A solução foi proposta pelo tenente-coronel Humberto Lisboa, chefe da 6ª Seção do CMA, homem responsável pela solução de inúmeros problemas sociais da área. Propôs-me criar uma Cooperativa Mista em Cucuí. Embora não me assustasse com as novas ideias, mostrei-lhe as dificuldades a ser enfrentada, particularmente pelo baixo nível intelectual e social da população. Esta, por certo, não iria compreender as vantagens que poderiam advir com a medida.

Prontificou-se a se deslocar para Cucuí e passar algumas jornadas estabelecendo conversações com os minúsculos produtores da área.

No regresso, disse-me com entusiasmo que a ideia estava vendida e bem aceita.

Começamos, então, em ligação estreita com os representantes do Ministério da Agricultura, na Amazônia, a estudar como poderíamos implantar a cooperativa. Em 26 de fevereiro de 1977, os Estatutos foram aprovados em assembleia geral e passamos a colher crescentes frutos nessas novas atividades.

É interessante ressaltar que o controlador do comércio do rio, consciente de nossa iniciativa e preocupado em perder tão excepcional campo de exploração, procurou ligação com o QG, fez uma infinidade de ofertas e tentou obstar nossa intenção. Quando sentiu nossa indiferença a suas marotas propostas, enveredou para o campo das ameaças, tendo como principal alvo o sofrido povo de Cucuí.

A falta de continuidade nas ações realizadas pelo Exército em suas diversas áreas permite não prever o que ocorrerá quando da substituição de um Comando; por isso, ignoro o que vem ocorrendo, no momento, naquela área, onde grande esforço foi despendido em todos os setores.

Outro campo de rara importância é a atividade desenvolvida pelos Batalhões de Engenharia. No período em que comandei a Amazônia, dispúnhamos de cinco batalhões. Um sediado em Santarém, responsável pela construção da rodovia Santarém-Cuiabá (a estrada inaugurada pelo presidente da República quando ainda lá me encontrava), e a conservação da Transamazônica. Outro, em Porto Velho, trabalhava em duas direções; a principal era a conservação e o início da pavimentação da BR-365 Porto Velho-Cuiabá, um dos mais importantes eixos do Brasil atual, pois oferece escoamento a toda produção de Rondônia, com ponderável valor econômico.

O batalhão sediado em Cruzeiro do Sul realizava a ligação de Porto Velho com o Acre. Tal batalhão exercia suas atividades em uma área altamente doentia. Em algumas regiões, o índice de pessoas com Mal de Hansen atingia o elevado percentual de 80% da população.

O batalhão em São Gabriel da Cachoeira ultimava as estradas que tendiam a alcançar a fronteira na região de Cucuí, além de trabalhar também na direção do Amapá. Essa é a região de maior índice pluviométrico do Brasil. Houve um ano em que tivemos menos de 58 dias sem chuva. Isso atrasava o trabalho e tornava-o pesado e desagradável.

O batalhão em Boa Vista, em Roraima, concluiu a construção da estrada que liga Manaus a Caracas, na Venezuela (BR-176). Tal via também foi inaugurada durante o meu comando e passou a trazer razoável frequência de venezuelanos a Manaus.

Os núcleos e os canteiros de obras desses batalhões constituíam-se em polos de desenvolvimento e progresso. Esse fato despertava a disputa entre governadores e prefeitos pela localização dos batalhões em suas sedes, pelo que eles representavam em matéria de oferta de aproveitamento da mão de obra local e, acima de tudo, pelo progresso capazes de gerar, em razão da grande e variada quantidade de máquinas que possuíam e do elevado gabarito técnico de seus quadros de pessoal.

Outro aspecto que recebeu atenção cuidadosa de nossa parte foi a estrutura educacional e sanitária desenvolvida em toda a área, em particular nos postos destacados de fronteira.

Mediante a assinatura de um convênio com a Secretaria de Educação do Estado, era colocada a nossa disposição uma verba que servia para o pagamento das professoras; nós oferecíamos alojamento, alimentação e transporte. Essas heroínas, posso chamá-las assim, sem favor, deslocavam-se para longínquos pontos e lá instruíam e orientavam quanto a hábitos de higiene e de alimentação. A obra que realizavam, acredito que ainda estejam realizando, era notável. Periodicamente, traziam-nas para Manaus, onde passavam alguns dias de "arejamento", mediante rodízio.

A assistência médica desses postos também era muito eficiente.

O número de médicos novos inscritos anualmente como candidatos para estágio nessas áreas de fronteira era tão grande que tínhamos dificuldade para selecionar os que seriam aproveitados. Normalmente, estagiavam no Hospital de Manaus com o coronel Maia Barbosa; concluído o estágio, eram distribuídos pelas diferentes áreas e, com as professoras, constituíam o esteio das atividades de saúde e educação.

Permitam-me lamentar a ignorância da maioria dos brasileiros quanto à obra realizada na Amazônia pelas Forças Armadas, em particular, pelo Exército, elemento presente em toda a fronteira e nos espaços vazios. Se houvesse maior interesse pelo que se faz naquelas áreas carentes, com a procura patriótica da solução de nossos problemas, talvez as manifestações fossem menos vulgares e houvesse maior discernimento na distribuição dos recursos financeiros. Lamentavelmente, o

desconhecimento, a corrupção e os interesses pessoais quase sempre se sobrepõem à terrível realidade das populações esquecidas.

Perdoem-me essa maneira de me manifestar, porém a mágoa mais presente de toda minha vida foi o injusto julgamento de grande massa da população, particularmente a que se integra a nossa elite, quanto ao procedimento entusiástico das Forças Armadas, cujo sacrifício no cumprimento de suas missões exige no mínimo o reconhecimento do povo brasileiro. Não podem servir de gabarito para um julgamento as exceções individuais existentes nas Forças Armadas, como, diga-se de passagem, é inevitável em todas as agregações humanas. O que conta é o trabalho patriótico e anônimo de grande maioria que diuturnamente se empenha na solução de problemas de toda ordem, não limitando suas atividades à "Ordem Unida", como alguns, de maneira pejorativa e de modo infeliz, desejam nos caracterizar. A ordem unida é um pequeno componente da disciplina que nos rege, mas, por si só, é inoperante se não estiver respaldada no espírito de sacrifício, honestidade de propósito e amor à Pátria. As nações se deterioram e se degradam sem disciplina. A história do mundo está aí para comprovar...

As últimas atividades realizadas na Região Amazônica foram a ampliação do hospital, obra financiada pelo INPS, e a inauguração de uma estação repetidora de televisão, ambas em Tabatinga, na fronteira com a Colômbia.

O comportamento da população local mudou em 24 horas. Era normal, depois do jantar, todos se reunirem nas praças da cidade para um bate-papo. Com a inauguração da estação repetidora, a pequena cidade se esvaziou a partir do momento em que o programa ia para o ar e levava inclusive grande influência de nossa cultura para a cidade colombiana de Letícia, que também passou a receber todos os programas brasileiros cotidianamente.

Assim, me despedi da Amazônia. A vida intensa que lá desenvolvemos, o conhecimento da grandeza de seus problemas, a ciência de imensa riqueza guardada em seu solo não me permitiram ao partir virar mais uma folha do livro da vida; ao contrário, como a Bíblia que a conservamos aberta para nos oferecer inspiração, os problemas do dia a dia da Amazônia ficaram gravados em meu espírito e passaram a se constituir em constante incentivo para a continuação de meu trabalho.

Que assim se recordem os brasileiros dessa área referida, por grande parte da humanidade, como o futuro celeiro do mundo.

O discurso de despedida e a entrevista ao *Correio Braziliense* (anexo a este volume) dizem bem de nosso pensamento sobre os trabalhos executados e por executar na área amazônica.

No Departamento de Ensino e Pesquisa (Coroamento de uma vida de ensino)

A volta à linha do Ensino em seu mais alto órgão coroou minhas longas atividades pelas diversas escolas do Exército e fora delas.

Fui instrutor na velha Escola Militar do Realengo e, depois, na já instalada em Resende, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, a seguir, como seu comandante por quase três anos, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército por dois períodos, membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra por três anos, chefe da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro por três anos e assessor do Colégio Interamericano de Defesa nos EUA. Chegava agora ao cume da linha do ensino. Exerci a vice-chefia por poucos meses e, ao ser promovido a general de exército, com a nomeação do general José Maria de Andrada Serpa para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, fui alçado à chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército (DEP), órgão nobre de nossa organização militar, com participação em todas as guarnições e na maioria dos corpos de tropa. É responsável pela supervisão e planejamento de tudo o que se relaciona ao ensino profissional e técnico e ainda com a pesquisa desenvolvida no Exército.

Infelizmente, meus dias foram limitados nessa função. Com poucos meses, o falecimento do general Serpa levava o general Samuel, então chefe do Estado-Maior do Exército, para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), e eu deixava o DEP e ascendia à função de chefe do Estado-Maior do Exército, assessor número um do ministro do Exército

e responsável pela preparação da Força Terrestre para o cumprimento de suas missões específicas.

Embora durasse pouco no DEP, tive a satisfação de resolver alguns problemas do Ensino Militar. Participei do planejamento do ano de 1979 e decidi pela distribuição das verbas, as prioridades que melhor atendiam a nossas necessidades, além de ter estabelecido uma série de diretrizes de ensino, definidora dos objetivos que se desejava alcançar no fim do ano.

Nosso contato com as organizações de ensino, embora limitado pela curta permanência no DEP, permitiu-me visitar estabelecimentos de todos os níveis da educação. Essa vivência foi de grande valia quando mais tarde no Estado-Maior coube-me baixar anualmente as diretrizes gerais para o Exército e englobar o ensino, uma das mais essenciais atividades, a qual permite a formação e o aperfeiçoamento do pessoal e visa à operacionalidade do Exército.

Ao apresentar minhas despedidas do DEP, sabia que deixava para sempre aquela atividade. Recordei, então com saudade, os meus 30 anos de serviço nessa área, enriquecedores de toda minha vida ora como aluno, ora como instrutor. Ao longo desses anos, formou-se um vínculo de conhecimento e de respeito com todos os companheiros com quem convivi, alguns desde a adolescência nos bancos do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

No Estado-Maior do Exército

Quando assumi as funções de chefe do Estado-Maior do Exército e cumpri o ritual regulamentar, presidi a inauguração do retrato de meu antecessor. Detive-me em algumas figuras que por lá passaram: primeiramente, o general Tasso Fragoso, chefe de alto conceito, que legou ao Brasil inúmeras obras literárias, inclusive o *Estudo de Guerra da Tríplice Aliança*, em cinco volumes, por mim seguida-

mente manuseados em quase toda a vida militar; depois, o general Góes Monteiro, que exercera a função por mais de uma vez, durante os 15 anos da ditadura de Vargas. Era o chefe do Estado-Maior quando recebi minha espada de oficial; prosseguindo, o general Humberto de Alencar Castello Branco, líder da Revolução de 1964, meu chefe quando eu ainda era primeiro-tenente e depois por toda vida nas frequentes oportunidades que precisei ser seu colaborador. A inauguração de uma sala de conferência no 2º BIB, durante meu comando e logo após o acidente que lhe tirou a vida, materializou a admiração e o respeito por esse insigne chefe militar, credor da gratidão e do reconhecimento da nação brasileira.

A simples observação da galeria de retratos dos chefes do Estado-Maior dava-me a consciência do peso da responsabilidade que iria assumir. Ao terminar meu tempo, meu retrato ali estaria com aqueles chefes ilustres, alguns até ligados a mim por serviço ou por atitudes afetivas.

No dia seguinte à minha posse, realizamos às 8h nossa primeira reunião de generais. Ali se encontravam velhos companheiros de trabalho de tantas jornadas e alguns outros de turma. Desfilaram o saudoso amigo José Mattos Junior, como vice-chefe; general Mario Brum Negreiro, 1º subchefe, meu velho amigo, cadete quando eu era instrutor da Escola do Realengo, companheiro da FEB, na qual se portou com bravura e dignidade; general Geraldo Magarinos de Souza Leão, 2º subchefe, fraternal amigo desde os bancos escolares, primeiro aluno de minha turma no curso de Artilharia e também integrante da FEB; general Euclides de Oliveira Figueiredo, 3º subchefe, contemporâneo do corpo docente da ECEME e companheiro no comando da Amazônia quando comandava a 8ª Região Militar, em Belém; general Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, 4º subchefe, companheiro notável, de grande tirocínio que, à frente de sua subchefia, muito facilitou minha tarefa. Foi substituído, depois de alguns meses, pelo general Rondon de Oliveira Guimarães, admirável colaborador pela sua inteligência e franqueza como apresentava suas brilhantes ideias; o encarregado das polícias militares, general Harry Alberto Schnarndorf, 5º subchefe, que, com liderança e sabedoria, conduzia a delicada missão de orientar as polícias militares em todos os estados; por fim, general Paulo Campos Paiva, chefe de Gabinete e responsável por toda assessoria no contato com os órgãos externos, inclusive a vida administrativa do gabinete e a movimentação dos oficiais de Estado-Maior. Meus laços de ligação com esse excepcional oficial-general já vinham de longe, quando integrara o Regimento Sampaio na FEB.

Sua atuação nas operações havia sido coberta de eficiência e bravura. É, no meu conceito, além de excepcional general, exemplar chefe de família; estabeleci laços de grande camaradagem com seus filhos, também militares.

Com o tempo, o general Figueiredo foi substituído pelo general José Albuquerque, outro notável companheiro. Já havíamos trabalhado juntos, por dois anos, em São Paulo. Sua vida modelar servia de exemplo aos companheiros a par da inteligência e da capacidade de trabalho reconhecidas amplamente por todo o Exército.

General Magarinos foi substituído pelo general Adhemar da Costa Machado, exemplar oficial-general, cadete quando eu era instrutor do Realengo, primeiro aluno de sua turma no curso de Infantaria e meu velho companheiro da FEB. Sua inteligência e capacidade de trabalho se assemelhavam as do general Albuquerque, de quem era amigo e compadre.

General Mattos Junior foi substituído pelo general Mario de Mello Mattos, velho companheiro do quadro de instrutores na Escola de Comando e Estado-Maior, primeiro aluno da ECEME e portador também de inteligência privilegiada.

Com essa monumental orquestra, qualquer grande partitura poderia ser tocada.

Meu principal cuidado deveria ser o de evitar que uma diretriz pouco feliz viesse perturbar o aproveitamento de tão precioso grupo de trabalho.

Passei, então, a sonhar e sonhar alto! Conhecia um pouco da História Militar. Impressionara-me com os insucessos ocorridos pelo Estado-Maior da França, em 1914 e 1939, e observara com preocupação que o povo francês responsabilizara o Estado-Maior por seus fracassos.

Com esse sentimento, cerrei em particular sobre a 2ª subchefia (planejamento). O grupo seleto de oficiais de Estado-Maior o qual a compunha fez que caminhassem na minha frente quanto às minhas pretensões; assim, passamos a realizar uma revisão total em todo o planejamento da segurança e procuramos ser o mais realista possível.

O trabalho ensejado era grandioso, pois envolvia aspectos operacionais e logísticos, além da segurança interna que, a cada dia no mundo no qual vivemos, torna-se mais séria.

Além desse trabalho, outra importante tarefa do Estado-Maior é o planejamento da instrução em cada área do território nacional, o qual deve, portanto, receber também tratamento adequado.

Na área administrativa, o preparo do orçamento do Exército exigiu a previsão de todas as necessidades em recursos, tanto para custeio como para investimento. A adaptação do que se precisa ao que se recebe da União, em verbas orçamentárias, é um exercício de flexibilidade e discernimento, desgastante e, às vezes, com alta dose de frustração pela falta de sensibilidade com a Segurança Nacional por parte daqueles que distribuem os dinheiros dos cofres públicos.

Outro setor que merece a atenção é a preparação dos novos comandantes de unidades, os quais são nomeados durante o ano e se reciclavam com estágios. Da mesma maneira eram preparados os oficiais selecionados para a comissão no estrangeiro.

Afora essas atividades constantes, assessorávamos o ministro do Exército em tudo o que nos era solicitado.

Como chefe do Estado-Maior, passava a ser membro nato do Conselho da Ordem do Mérito Militar e a pertencer ao Conselho Superior de Economia e Finanças do Exército (CONSEF). Era também o presidente da Comissão de Promoções, com reuniões semanais. Integrava ainda o Conselho de Chefes de Estados-Maiores das três Forças Singulares, instalado no Estado-Maior das Forças Armadas, com reuniões mensais, o Conselho de Guerra e o Conselho de Segurança Nacional, que se reunia por convocação da Presidência da República. Era ainda membro do Alto-Comando com reuniões quase sempre mensais, não só para estudar o problema das promoções e outros assuntos como também dar ênfase sempre especial ao problema da segurança.

Além desses encargos, todos eles altamente que exigiam atenção, cabia ainda cumprir um programa de inspeções às guarnições do País para melhor avaliar o desenrolar das atividades da tropa e dos comandos e, em tempo, tomar as medidas adequadas às diversas situações.

Essas eram algumas das atividades do cargo. Entre as não específicas, podem-se enumerar os convites para proferir aulas de abertura de cursos, conferências sobre assuntos ligados a nossas lides e, por vezes, viagens para o estrangeiro com o fim de estabelecer contatos apropriados ao entendimento dos problemas com países amigos.

Com a enumeração de algumas das atribuições do chefe do Estado-Maior, pode-se bem dimensionar a grandeza de tal comissão.

Quando o ministro era obrigado a se ausentar do País, pelo regulamento daquela época, o chefe do Estado-Maior tornava-se seu

substituto legal. Por quatro vezes, isso ocorreu; em uma delas, assumi interinamente o cargo de ministro, de novembro a fins de fevereiro.

No dia 25 de março de 1981, alcancei os 12 anos de generalato. Pela lei, deve-se passar para a reserva. Dispunha de mais 45 dias para a passagem dos encargos. Normalmente, esses 45 dias não eram utilizados em sua totalidade. Em meu caso ocorreu o contrário, pois deveria ter passado as funções até 10 de maio. Como o ministro viajou para a Argentina e só regressou em 13 de maio, meu desligamento ocorreu em 15 de maio, uma sexta-feira.

Nos dias 16 e 17, ultimei a arrumação de minha bagagem e, no dia 18, deixei Brasília, retornando a minha vida no Rio.

Nesse mesmo dia, apresentei-me na 1ª Região Militar, recebi nova carteira de identidade, acertei minha situação administrativa e dei início à nova vida.

Encerrava assim, em 15 de maio de 1981, uma vida iniciada em março de 1928, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, a qual todas as emoções que uma existência pode oferecer foram intensamente vividas. Embora a saudade seja imensa, o desapego às vantagens, a austeridade que sempre cultivei, mantendo-me afastado das grandes tentações, convenceram-me de que cumpri meu dever, e isso é a melhor e mais justa compensação para um soldado.

Preparei-me emocionalmente para nova etapa da vida. Porém, mais de meio século de labor militar marca tão profundamente nosso corpo e nossa alma que, dizem alguns, o sangue passa a ser verde-oliva.

Como foi bom que tenha sido assim...

Quinta Parte

Despedidas

Da Academia Militar das Agulhas Negras

Da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Entrega de Espadas aos aspirantes da AMAN, em dezembro de 1980

Homenagem no 24º BIB e outras despedidas

O que o Exército significou para mim

À guisa de epílogo

Da Academia Militar das Agulhas Negras

Ocorreu em 30 de setembro de 1980, quando estava exercendo o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército.

Havia programado uma visita à Academia. Não desejava rotulá-la como "despedida". Pensava, entretanto, levar minha última mensagem e fixar com profundidade em minha alma sua derradeira visão.

O comandante da Academia, general Hyran Ribeiro Arnt, meu antigo cadete do Realengo, conhecia todo meu carinho por aquele templo e avaliava bem meu respeito pelo cadete, símbolo da juventude militar.

Acreditando não ter nova oportunidade para expressar seu sentimento, por julgar que eu não retornaria à Escola como autoridade principal, organizou, com todo o corpo de cadetes, uma jornada festiva para me receber, na qual seriam enfatizadas as passagens mais enobrecedoras de toda minha vida.

Chamou o cadete, presidente da Sociedade Acadêmica do Corpo de Cadetes, e encarregou-o de organizar um programa com base no curso de Infantaria, minha Arma de origem.

Por coincidência, tal cadete também pertencia à Infantaria. Cabia, pois, ao cadete Roberto Itamar Cardoso Plum programar minha visita e dirigir a execução.

Alertado por meu assistente de que possivelmente a Escola me homenagearia na oportunidade da visita e de que os cadetes participariam desses eventos e conhecedor do grande espírito militar do general

Hyran e da afeição que nos unia, procurei tomar algumas medidas que me oferecessem recurso emocional para fazer face às homenagens.

Na véspera, alojei-me no Hotel de Trânsito da Academia.

Às 9h de 30 de setembro, cheguei à praça de entrada da Academia. Uma Guarda de Honra me esperava com seu comandante, capitão Adhemar da Costa Machado Filho, filho dileto do general Adhemar, velho amigo, aluno e companheiro da FEB. O fato já me proporcionou grande dose de emoção e também de privilégio, pois conhecia o jovem capitão desde pequenino, sabia de sua excepcional conduta e de seu elevado conceito, embora ainda tão jovem. Quando terminei de passar em revista a tropa, e ele se apresentou, disse-lhe da honra em tê-lo como comandante dessa Guarda e agradeci sua acolhida. Logo a seguir, foram disparadas pela Artilharia da Academia as salvas regulamentares à qual tinha direito.

Ingressei na Academia, ocupei pequeno palanque do qual assisti ao desfile da Guarda de Honra e fui, então, conduzido pelo general Hyran para o Pátio Marechal Mascarenhas de Moraes, no qual todo o corpo de cadetes me prestou as honras militares.

Ao término das cerimônias, os cadetes desfilaram e foram conduzidos de imediato para o auditório da Academia.

Até então tudo corria normalmente.

Alguns minutos depois da tomada do dispositivo no auditório pelo Corpo de Cadetes, entrei no recinto conduzido pelo general Hyran. Houve o comando de "sentido", e, ao mesmo tempo em que todos se levantaram, projetaram na tela, em colorido, a Guarda Bandeira da Escola. Procuravam desse modo relembrar um dos fatos mais expressivos de minha passagem pela Escola. Fui tomado de surpresa, e grande saudade invadiu meu coração De pronto, mentalmente agradeci a Deus as oportunidades que havia me oferecido ao longo dos anos.

Quando atingimos os lugares reservados aos oficiais, o general Hyran, depois de apresentar o Corpo de Cadetes, ofereceu-me a tribuna para proferir as palavras que havia preparado e com as quais procuraria ressaltar a importância daquele estabelecimento de ensino, bem como apresentar minhas últimas observações.

Terminada a palestra, general Hyran voltou ao palco e solicitou autorização para, a partir daquele momento, ter todas as minhas atividades desenvolvidas pelos próprios cadetes e seria por eles conduzido em cumprimento à programação organizada também por eles.

Foi quando subiu ao palco o jovem cadete Roberto Itamar. Ainda um tanto cerimonioso, apresentou-se e solicitou permissão para dar início a uma exposição na qual seriam expostos a todos os cadetes os fatos que balizaram minha passagem pelo Exército.

Iniciou-a contando minha atuação como cadete. Passou rapidamente sobre as primeiras comissões e explorou com mais profundidade minha atuação como Instrutor da Escola, entre 1942-44. Engajou-se a seguir na especulação de minha participação na FEB. Os detalhes apresentados foram uma reprodução de elogios, citações de combate, fatos, condecorações e datas marcantes. Fiquei surpreso com tamanho conhecimento dessas ocorrências; soube depois que no preparo ele foi a Caçapava e retirou dos arquivos da Unidade todas as informações desejadas. Passou em seguida a explanar minha vida profissional, da FEB até o ponto em que me encontrava e, por fim, dirigindo-se aos companheiros disse: "Este é o general Ayrosa, nosso chefe que hoje nos visita. Em breve a lei privará o Exército de suas atividades, seu entusiasmo e seu exemplo."

A essa altura, verifiquei que os rígidos padrões militares deveriam se adaptar às manifestações de carinho as quais me ofereciam, integrando-se ao clima afetivo para mim preparado. Assim o fiz.

Quando Itamar terminou, ainda sob o impacto da emoção, fiz pequena pausa e disse o seguinte:

> Cadetes, meu jovem companheiro Roberto Itamar.
>
> Ao agradecer suas palavras bondosas e generosas sobre minha vida, queria acrescentar alguma coisa para mostrar que realmente tive muita sorte no Exército, tive muita sorte em toda minha vida profissional.
>
> Como você já enunciou aqui, comecei nesta Escola, carregando o Estandarte do corpo de cadetes, privilégio que poucos têm. Posteriormente, servi na Unidade-Base de minha Arma, no Batalhão-Escola, que também era uma aspiração muito grande no meu tempo. Depois, quando segui para a Itália, o fiz abruptamente, deixando os cadetes do 3º ano. Não esperava, absolutamente, que o destino continuasse a sorrir para mim.

Diz Napoleão que o general precisa ter acima de tudo sorte, além da formação profissional. Essa sorte eu a tive, ao iniciar minha participação na guerra, pois tendo entrado no Teatro de Operações a 15 de setembro, no dia 18 pude entrar em Camaiore.

Há mais alguma coisa que você desconhece. Nesse mesmo dia, 18 de setembro, dois anos após, promulgou-se a Constituição de 1946 no Brasil. Tal data foi escolhida como homenagem à primeira vitória brasileira na Itália, e eu, jovem capitão, tive a ventura de ser convidado para ir ao Congresso e ser recepcionado pelos congressistas, na promulgação da Carta Magna de 1946.

Mas minha sorte não parou aí. Pude voltar ainda à Escola como instrutor e fui o primeiro capitão do Exército, na ativa, a ser condecorado com a Ordem do Mérito Militar. Como vocês veem, são muitos os privilégios que recebi. Depois da Ordem do Mérito, fui o primeiro de minha turma a atingir o generalato.

Na minha primeira comissão como general, em São Paulo, enfrentei outra guerra, cujo desfecho poderia colocar em jogo a minha carreira. Refiro-me à guerra subversiva, guerra que talvez vocês venham a conhecer mais cedo do que pensam. E, mais uma vez, contei com a sorte. Naturalmente já ouviram falar da Operação Bandeirante. Foi uma Operação organizada por nós, em São Paulo, onde tivemos muito êxito. Conseguimos em pouco tempo a recuperação da ordem em São Paulo, com a captura de todos os ativos e numerosos líderes comunistas que operavam, na época, naquela cidade.

Como podem ver, o destino me tratou com bondade. Não bastasse tudo isso, ainda venho hoje à Escola e recebo a homenagem de vocês, dos cadetes, a quem eu dediquei grande parte de minhas preocupações. Hoje é um dia de

glória para mim e, ouso dizer, dos maiores dias de minha vida. Sempre, no meu tempo de Escola, olhei o cadete como um símbolo, como um elemento que respeitei, admirei e a quem procurei apoiar em todos os momentos.

Cadete Itamar, sou eu que desejo prestar uma homenagem a você. Não quero que você esqueça este dia, da mesma maneira que você marcou o meu dia.

Desejo passar-lhe às mãos a minha espada de oficial. Você vai ser o herdeiro de minha espada. Que você tenha com ela a mesma sorte que eu tive. Que você consiga as mesmas grandezas que consegui na profissão. É uma espada usada, mas não é, como se diz, uma espada que passou a vida em branco. É uma espada que fez história. Você será o continuador dela.

Felicidades.

A surpresa deixou o Itamar perturbado.

Todo o corpo de cadetes manifestou sua emoção ao ver um companheiro ser homenageado.

Retirei-me do auditório, e o programa prosseguiu.

Fui levado ao Museu da Infantaria e, em seguida, ao Parque das Armas. Com surpresa, encontrei um caixão de areia com a cópia do terreno da Itália e as principais operações nas quais eu havia tomado parte. Pediram que descrevesse algumas das ações de guerra e, com uma vareta, indicando os principais acidentes do terreno, narrei-as sumariamente. Em prosseguimento, em uma das salas de instrução, recebi informação detalhada de tudo o que o Curso de Infantaria realizava e, depois, em uma visita ao Parque das Armas, assisti a um exercício de emprego da tropa. Quando pensava que tudo estava terminado, os cadetes se aglutinaram em torno de mim e cantaram, em fraterna saudação, a tradicional canção da Infantaria *Onde vais tu, esbelto infante?*.

O espetáculo sem dúvida foi a apoteose que meus jovens companheiros desejavam para tornar inesquecível aquela jornada festiva.

Emocionado, sem saber bem o que fazer diante dessa expansão jovial de carinho com o chefe mais antigo da Arma, abracei o cadete que se encontrava mais próximo e disse-lhe: "Meu desejo era abraçar um a um; no entanto, sei que me tornaria enfadonho. Transmita, pois, a cada infante este meu abraço de companheiro e diga a todos os momentos felizes que hoje passei na companhia de vocês."

Embarquei no carro e retornei à Escola, onde almocei e, logo a seguir, parti para o meu destino, enriquecido com essa jornada de carinho.

Quero deixar registrado aqui que, ao chegar ao auditório, o primeiro acontecimento vivenciado foi a entrega, ao Corpo de Cadetes da Guarda, de valioso arquivo da FEB, que se encontrava comigo desde o regresso da guerra. Todos os documentos originais – de instrução de S/1, de S/2, de S/3 e de S/4 – do nível Divisão, Regimento e Batalhão lá se encontram convenientemente encadernados desde os números iniciais até os finais que foram emitidos, durante as operações militares. Além dos documentos, entreguei uma coleção completa das cartas por onde a FEB passou, em duas escalas, 1/25.000 e outra em 1/50.000, e ainda uma coleção de fotografias aéreas com e sem neve, utilizadas nas montagens das operações.

Com essa oferenda, quis testemunhar meu carinho pela Academia Militar e fazê-la herdeira de um dos valiosos documentários da participação dos brasileiros no *front* europeu, marcando também o valor moral e histórico de sua eficiente atuação em defesa da liberdade.

Em nenhum outro local, estariam tão bem guardados como naquela Casa que abriga o idealismo da sadia mocidade militar de minha Pátria.

Da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

O correu em outubro de 1980.

Um fato inédito iria marcar essa jornada na EsAO.

Quando fui promovido a primeiro-tenente e desloquei-me para Ponta Grossa, no 13º RI, lá encontrei o Paiva, um capitão antigo,

que já servia havia algum tempo no Regimento. Tinha grande família e dois filhos pequenos, com menos de 10 anos. Frequentemente, eu brincava com esses meninos e mantinha amistoso convívio com o pai. Quando segui para a FEB, esses jovens tiveram oportunidade de acompanhar um pouco de minha vida na Itália. Ao chegar à EsAO para comandá-la, fui procurado pelo major Pedro, do curso de Engenharia. Este se apresentou como filho do velho capitão Paiva, amigo de Ponta Grossa. Disse-me na ocasião que vinha acompanhando minha vida desde a FEB.

Tive grande prazer em reencontrar o major Pedro. Foi um dos excelentes colaboradores de meu comando. Sabedor de que seu pai residia no Rio, convidei-o para passar uma jornada na Escola e reviver um pouco do Exército.

Pois bem; o oficial encarregado de conduzir minha despedida da EsAO foi o tenente-coronel Pedro, agora chefe do curso de Engenharia da EsAO. Por isso, todos os fatos que constituíram essa cerimônia vieram impregnados de carinho e da afeição que era o apanágio da nossa amizade.

O tenente-coronel Pedro, inteligente, habilidoso e dotado de grande sensibilidade, montou toda a cerimônia sobre *slides*, os quais apresentavam minha vida desde os anos de tenente, projetando um a um, enriquecendo-os com exposições cheias de afeto e camaradagem! Não era o tenente-coronel que se dirigia ao general, mas o companheiro jovem que apresentava ao velho amigo sua admiração, o respeito por longa vida integralmente dedicada ao Exército. Suas expressões, abandonando as formas castrenses, fluíam cheias de conforto espiritual e se transformavam em repositório de boas recordações. A análise de algumas passagens levaram-me por vezes à surpresa, pois jamais poderia ter imaginado os efeitos agora narrados, consequentes das decisões por mim tomadas. Saiba, meu amigo Pedro, que você conseguiu com sua exposição levar-me às mais doces recordações. Ao término, o novo comandante da Escola me ofereceu uma lembrança, e em seguida parti.

Levei grandes recordações de todos os companheiros que haviam caminhado comigo! Em minha memória, fatos cômicos entremeavam-se com discussões exacerbadas, na busca de soluções para os problemas que juntos havíamos enfrentado. As jornadas no campo, verdadeiras batalhas verbais, enfocavam pontos contraditórios da doutrina

e firmavam conceitos que a Escola transmitia a sucessivas gerações de capitães. Como é bom recordar tudo isso!

Um sentimento de gratidão e humildade crescia em meu interior; no entanto, fato estranho, embora possuído de plena felicidade, sentia que não poderia repetir aquela verdadeira maratona de trabalho. Meu tempo passara, e outros empunhariam o leme. Assim é feito o progresso da humanidade.

Entrega de espadas aos aspirantes da AMAN, em dezembro de 1980

O destino traça caminhos que jamais pensávamos percorrer. Minha nomeação para ministro interino do Exército, em novembro de 1980, iria novamente levar-me à Academia Militar das Agulhas Negras, dessa vez para presidir a cerimônia de entrega das espadas aos novos aspirantes de 1980.

Depois de haver oferecido minha espada ao cadete Itamar, fui convidado pelo jovem companheiro para ser seu padrinho; cabia-me, pois, fazer-lhe a entrega da espada no dia da cerimônia.

Recebidas as honras militares que fazia jus, entrei na Praça Marechal Mascarenhas de Moraes e ocupei meu lugar no palanque. Iniciada a cerimônia, depois de lida a Ordem do Dia do comandante, realizou-se a entrega das espadas. O cerimonial preconizava que o aspirante deveria se deslocar até o palanque no qual eu presidia a cerimônia, mas decidi ir ao encontro dele, na formatura na qual se encontrava com os demais companheiros.

Quando cheguei a ele, encontrei-o com sua família. Pediu-me que antes de entregar-lhe a espada retirasse-a da bainha e observasse o que estava nela gravado. No verso da lâmina, figurava meu nome com a data de minha declaração de aspirante e os nomes dos combates da FEB de que havia tomado parte; do outro lado, os locais

e datas das duas batalhas da FEB nas quais fui ferido em combate. Era sem dúvida um gesto de carinho e simpatia do jovem Itamar com seu velho padrinho.

Quando a cerimônia terminou, pedi ao Itamar para se encontrar comigo no almoço. Nessa oportunidade, passei a suas mãos minha pistola de general do Exército, com meu nome gravado na arma. Era a consolidação de carinhosa amizade que começara, e o fazia herdeiro dos troféus de minha vida militar.

O ano de 1980 terminava para mim com mais dois eventos funcionais. O primeiro, quando presidi a solenidade de entrega dos diplomas da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; o segundo, quando tomei parte no jantar oferecido pelo excelentíssimo senhor presidente da República a seus colaboradores diretos.

O encerramento de minha carreira se aproximava. Esses acontecimentos vinham para estreitar com mais força os vínculos de longa jornada militar.

Homenagem no 24º BIB e outras despedidas

As despedidas realizadas nas duas escolas caracterizavam bem a conotação principal de minha vida. Dos quase 50 anos de serviço, 30 haviam sido passados em estabelecimentos de ensino de todos os níveis; no entanto, a parte vivida junto à tropa não tinha menos esplendor Assim, essa deveria também se fazer representar no conjunto de cerimônias, as quais seriam levadas a efeito. O 24º BIB bem representava tal atribuição. Era a Unidade que eu comandara durante os anos de 1967 e 1968 como coronel e o local de onde ascendera ao posto de general, em 25 de março de 1969. Tinha naquela oportunidade outra designação: era o 2º BIB, integrante da tradicional Divisão Blindada (agora 5ª Brigada de Cavalaria Blindada). Comandava-o o coronel Nelson Ivan Pacheco, meu ex-aluno no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Em novo aquartelamento, o Batalhão se engalanou para me receber. Estava comandando a Brigada o general Vinicius Kruel, meu excadete e também velho companheiro em várias comissões.

A jornada festiva vivida no 24º BIB iniciou-se com as honras militares de chegada, seguidas da apresentação da tropa. Embarcado em carro blindado à frente do Batalhão formado, ouvi a saudação de despedida proferida pelo general comandante da Brigada, o canto da canção da unidade e a homenagem dos sargentos, entregando-me a boina preta, símbolo do soldado de tropa blindada. Depois do desfile da Unidade, houve a visita às instalações do quartel em um carro blindado e um almoço de confraternização. Visitei uma exposição de documentos, a qual versava sobre minha vida militar e, depois das honras militares, parti definitivamente.

Nessas homenagens, houve especial particularidade: minha família foi convidada e participou de todos os eventos, estando ainda presentes os generais da área do I Exército, inclusive o secretário de Segurança, general Waldir Muniz, velho companheiro e amigo.

A sucessão das despedidas ia marcando o encerramento de meus dias de serviço ativo. As provas de camaradagem e amizade acumuladas nesses longos anos testemunharam o carinho que os companheiros de farda nutrem por seus irmãos de Arma. Tudo aquilo que estava ocorrendo vinha provar o acerto de minha escolha quando deixei a Escola Politécnica no Largo de São Francisco para me juntar a meus amigos dos bancos escolares do Colégio Militar do Rio de Janeiro e incorporar-me à carreira das Armas. De início, sonhava dedicar-me à engenharia militar, mas o fechamento da Escola Técnica em 1944 pelo ministro Dutra orientou minha vida em novo rumo, e isso me proporcionou, ao longo do tempo, um turbilhão de felicidade, emoção e, acima de tudo, oportunidade para cooperar nos mais diversos setores. Como militar, participei de atividades nos campos da educação e saúde, no melhoramento do padrão de vida de nosso povo, na construção de ferrovias e rodovias, na formação de mão de obra técnica da mais alta especialização, enfim, em trabalhos de todos os matizes, nas mais longínquas regiões do País. Tenho convicção de que como soldado participei na manutenção da lei e da ordem, missão constitucional do Exército e pude assim trazer um pouco de paz e tranquilidade ao meu Brasil.

Encerrando o ciclo de despedidas, participei de minha última reunião do Alto-Comando, quando recebi as palavras de despedidas do ministro, general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, e da última reunião do Conselho dos Chefes de Estado-Maior, ao se expressar o ministro-chefe do EMFA, general José Ferraz da Rocha.

Depois da cerimônia de passagem do cargo que exercia a meu substituto legal, foi inaugurado meu retrato na Galeria dos Chefes do Estado-Maior do Exército, existente no salão de honra daquele alto órgão. Foi virada a última folha do livro de ocorrências de minha vida militar.

O que o Exército significou para mim

Fui o único militar de uma família constituída por elementos civis. Daí, a pouca compreensão de meus parentes no tocante às atividades desenvolvidas pelos militares. Em consequência, com exceção de meus pais, sempre houve um desinteresse por minha vida profissional, demonstrado por pequena participação dos parentes mais chegados. Tais considerações sobre fatos que considero normais em todas as famílias sem vínculos com o meio militar expressam também o pensamento do meio civil, no qual a ignorância sobre a atuação do Exército gera certa parcela de risco para o regime democrático brasileiro. A interpretação de fatos e acontecimentos que frequentemente ocorre pode levar a massa, manipulada por falsos líderes, a atitudes impatrióticas, vulgares e sem sentido cívico. Menosprezam as Forças Armadas com a leviana declaração de que somos diferentes, fingindo que desconhecem seu valor. Somos povo, somos Brasil e jamais nos desligamos dos interesses da Nação.

Procuram julgar as Forças Armadas, em particular o Exército, pelos 10 meses de serviço obrigatório tirados, quase sempre agregados a um contingente, para se furtarem ao serviço da tropa e, em seguida, passam a julgá-lo pela situação privilegiada que conseguiram.

Com a percepção desse julgamento, faço, a seguir, uma análise de fatos de minha vida profissional que, por ter sido longa, deu-me oportunidade de apreciar o quanto o Exército contribui para a Nação Brasileira, sem que receba, na maioria das vezes, sequer o reconhecimento.

Quando ainda aspirante, fui designado para ir ao Cais do Porto apanhar um contingente que chegara do Nordeste com destino às unidades da Vila Militar. Tratava-se de um grupo de voluntários, com idade a partir de 16 anos, que procurava o Exército como única solução para a própria sobrevivência.

Fiquei pasmo diante do quadro grotesco encontrado: um milhar de jovens nordestinos, todos em pé no porão do navio, nus da cintura para cima, descalços e com uma calça velha amarrada por uma corda na cintura. Ali naquele ambiente infecto, como animais, viajaram, dormiram, alimentaram-se e fizeram suas necessidades fisiológicas. No fim da viagem, um oficial de cada unidade da Vila Militar ia apanhá-los, não pelo nome mais pelo número desejado. Assim, minha Unidade precisava de 180, contavam-se 180 e entregava-os ao oficial encarregado de recebê-los.

Quando chegavam à Unidade, o espetáculo era lúgubre. Reuniam-se assustados em um canto do quartel e eram separados um a um para o fichamento. Procurava-se a duras penas levantar o maior número possível de dados, pois normalmente a maioria era analfabeta. Muitos nunca haviam escovado os dentes e não sabiam utilizar o vaso sanitário. Geralmente, eram raquíticos, subnutridos e, sem exceção, portadores de verminoses.

No período de recrutas, tínhamos que lhes ensinar até a vestir-se.

Era comum trocarem os pés dos sapatos, e muitos chegavam a desconhecer o significado de lados direito e esquerdo.

Pois bem; seis meses depois de incorporados, ao término do período, eram outros homens. Em média, aumentavam 8kg de peso e haviam adquirido os comezinhos hábitos de higiene; outros começavam a ler e a escrever. A educação física corrigia suas posturas, e a tropa já se apresentava razoavelmente.

Nenhum soldado, por regulamento, poderia andar à paisana, e essa prescrição visava resguardar a apresentação do soldado. Da mesma forma, não poderiam dar baixa sem serem alfabetizados. Para isso, em todas as unidades funcionava a Escola Regimental com jovens oficiais ministrando aulas à noite, e, quando o número era muito grande,

contratava-se uma ou duas professoras pagas com as verbas da própria Unidade.

Esse quadro repetiu-se por muitos anos de minha vida. Como general comandante da Amazônia, nos anos de 1976 e 1977, ele se afigurava quase o mesmo. Basta lembrarmos que normalmente do contingente mobilizável a cada ano, naquela área, apenas 30% são considerados aptos para o serviço.

Essa era uma tarefa que o Exército cumpria e vem cumprindo sem destaque de qualquer ordem.

Quando cheguei ao Paraná, embora o contingente tivesse características diferentes do nordestino, os aspectos eram idênticos. Nunca pude esquecer o esforço que fizemos para convencer um jovem soldado a não usar a escova de dentes dos outros. O banho era comandado; colocavam-se todos embaixo dos chuveiros, e orientávamos levantar o braço, esfregar sabão, baixar o braço, levantar o outro etc.

Muitos devem pensar que estou exagerando. E só abandonar os grandes centros, e o quadro se apresenta o mesmo nos dias de hoje. Então, desde cedo passei a compreender a grandiosidade da obra que realizávamos. De nossas verbas orçamentárias são retirados os recursos para a manutenção de nove Colégios Militares com ensino de 2º grau de alto nível, a Escola Preparatória e a Academia Militar. Temos ainda o Instituto Militar de Engenharia (IME), do mais alto nível técnico do País, pioneiro na formação de nossa engenharia especializada – recordemo-nos que a indústria automobilística deslanchou graças aos engenheiros de automóvel feitos pelo Instituto, o qual participou efetivamente de todo movimento que propiciou a organização do nosso parque industrial civil.

Ainda hoje, as ocorrências se repetem, talvez em menor número, como há 40 anos.

À proporção que ascendia aos postos mais elevados, fui adquirindo recursos para enfrentar melhor esses fatos. Na Amazônia, exerci em plenitude essa capacidade que o Exército possui. Além da educação em todos os níveis, criamos organizações para integrar o homem à região; tratamos dos problemas sanitários em larga escala, graças aos convênios com o INPS e o Funrural; instalamos, com o apoio da LBA, purificadores de água em todos os postos de fronteira; estabelecemos núcleos de ensino por toda a fronteira em convênio com a Secretaria

de Educação Estadual; levamos rádio e televisão a pontos distantes da região, e mais, adestramos moral e civicamente os homens.

Na guerra, os homens da retaguarda eram mais intranquilos que os da linha de frente. Justificavam que não sabiam se os da linha de frente tinham possibilidade de impedir qualquer penetração inimiga.

Alguém que mora na grande cidade, frequentador de casas de diversões noturnas ou coisas semelhantes, já parou alguma noite para pensar o que se passa com os soldados que se encontram em Ypiranga, Estirão do Equador, Japurá, Bonfim, Brasileia, Cruzeiro do Sul, Clevelândia, Cucuí, Normandia e Boa Vista? E por acaso sabem onde se localizam? Estou certo de que não. Porém, estes que levam uma vida tão mais amena nas praias, nas boates, nos bares ou em residências confortáveis estão sempre prontos a criticar aqueles que lá se encontram. Pela ignorância, pela má-fé ou pela falta de civismo, falece força moral aos julgadores do Exército.

Essas lições aprendi durante toda minha vida.

O Exército, minha casa, no qual vivi 52 anos, foi e será sempre, ao longo dos tempos, grandiosa escola de civismo, de respeito, de camaradagem, de carinho e de afeição.

Ainda jovem, li um livro que muito me impressionou: *Grandezas e servidões militares*, de Alfred de Vigny. Durante longos anos, meditei sobre seu conteúdo, e hoje, com a vaidade de haver participado da Força Terrestre por um período tão longo, expresso, com toda pureza, meu sentimento sobre o que geralmente ocorre em um quartel.

Não acredito que haja um homem mais livre na sociedade que o soldado. Todas as suas atividades estão rigidamente definidas, não tendo qualquer necessidade de se submeter a caprichos de quem quer que seja. Além disso, as Forças Armadas, por sua organização de âmbito nacional, propicia a todos oportunidade de transferência quando houver qualquer contrariedade do militar com seu chefe eventual, o que raramente acontece no meio civil.

Nossa organização, à base da hierarquia, impede que um indivíduo seja forçado a ocupar um cargo abaixo de seu padrão. Em outros setores não militares, vejo a todo momento pessoas que vinham exercendo cargos executivos serem rebaixadas para funções primárias ao perderem a simpatia e o apoio do chefe.

Nas Forças Armadas, quando nela ingressamos, somos sabedores de nossa dedicação integral; por isso, ninguém se surpreende com o

aumento de horas de trabalho, bem como não disputa cargo em comissão para perceber mais.

O grande óbice por que somos criticados prende-se sem dúvida à disciplina que somos obrigados a manter no desempenho de nossas atividades. Respondo isso com uma pergunta: Qual a sociedade que sobrevive sem disciplina? Os falsos anarquistas, que andam soltos pelo mundo, nada mais são que frustrados e nada construíram; apegam-se a caricatas doutrinas como defesa de seus fracassos morais, intelectuais e sociais.

No Exército, encontrei, pois, todos os segmentos sadios para a constituição de uma sociedade moralizada, obreira, austera, comunitária e respeitosa.

Nossa união constitui nossa grandeza. Quando um de nós fraqueja e deixa de corresponder a nossos padrões, normalmente somos todos atingidos com o pecado cometido; isso, porém, vem comprovar o modo como somos vistos e sentidos pelos demais e evidencia a grandeza da nossa instituição.

Não poderia encerrar estas minhas "Recordações" sem duas considerações. A primeira, a compreensão que solicito de todos, ao relembrar os principais fatos vividos na FEB, na qual diversos companheiros são apresentados com a grandeza que eu os vi, naqueles tempos e naquelas paragens, onde o risco sempre se fazia presente e as grandes atitudes nem sempre eram reconhecidas. Não pensem que os grandes acontecimentos se limitaram aos que foram expostos, e os autores, somente aqueles citados aqui.

Vivi em um grupo, o meu Batalhão, e embora fosse o primeiro a entrar em linha, não pude estar presente na frente dos nove Batalhões de Infantaria, nos quatro Grupos de Artilharia, no Batalhão de Engenharia, na Companhia de Comunicações, no Esquadrão de Reconhecimento e demais órgãos de apoio, para sentir o quanto de bravura e desprendimento foi oferecido por seus componentes.

A segunda, meu pedido de tolerância a minhas manifestações de entusiasmo e de sentimento quanto aos grandes momentos vividos. Assim os senti e acredito que meus avançados anos possam tê-los exacerbado um pouco, pelas características sentimentais das pessoas velhas; porém, por vezes mais desprendidas das conveniências sociais e um pouco mais realistas com a vivência e a perda de algumas últimas ilusões, alimentadas muitas vezes por longos períodos da vida.

A maior fortuna da velhice é uma sabedoria que nos permite avaliar o que nos restou.

Tudo que o homem conhece é uma herança do conhecimento dos que já morreram.

"[...] O soldado conhece a vida em toda a sua riqueza e estímulos."
Temugue
(Gêngis Khan)

À guisa de epílogo

As variadas atribuições de um soldado, na paz ou na guerra, quando exercidas com amor, enriquecem a vida, tornando-a digna de ser vivida. Tive todas as oportunidades com que sonhei, e até mesmo a participação na guerra é plenamente justificada por nossa consciência quando em defesa dos nossos ideais. Assim, meus 47 anos de serviço ativo me ofereceram de tudo. Ao término, posso gabar-me de ter vivido intensamente e colaborado com o que me foi possível pela minha Pátria. Por isso, no pouco que me resta, perseguirei sem tréguas a desejada paz almejada por todos e conquistada pela austeridade imposta por mim e pela humildade praticada.

No instante em que coloco o ponto final nestas "Recordações", faço de todos os leitores os depositários dessas remembranças com feitio de confissão. Estavam carinhosamente guardadas no coração e destinadas ao limbo do esquecimento. Achei, entretanto, que a publicação teria o cunho de uma homenagem a todos os velhos amigos e companheiros os quais colecionei durante longa jornada e me ajudaram a cumprir missões na paz e na guerra.

Se não tiverem outros méritos, que permaneçam somente com a comovida admiração de um velho soldado pelo Exército Brasileiro.

Anexos

_Alo_cução proferida pelo major Domingos Cordeiro Fonseca de Mattos – oficial-aluno mais antigo da Turma da EsAO de 1972

Palestra proferida no Colégio Militar de Manaus por ocasião da formatura da 3ª série científica, em 16 de dezembro de 1976

Palavras de despedida do Comando Militar da Amazônia

Alocução proferida por ocasião de minha assunção na Chefia do Estado-Maior do Exército, em 28 de junho de 1979

Entrevista concedida ao jornal "Correio Braziliense", em Brasília, no dia 6 de fevereiro de 1980

Excertos das saudações aos novos generais que, por dever de ofício, são da responsabilidade do chefe do Estado-Maior do Exército

Palavras proferidas, no Clube do Exército, em Brasília, na oportunidade de minha despedida do serviço ativo do Exército

Anexo nº 1

Alocução proferida pelo major Domingos Cordeiro Fonseca de Mattos – oficial-aluno mais antigo da turma da EsAO de 1972

Incumbido que fui, pelo Exm.º Sr. general comandante de, na qualidade de oficial-aluno mais antigo, externar o pensamento da Turma nesta hora de despedidas, é com imensa satisfação que faço uso da palavra.

Permitam-me os senhores narrar aqui um fato (que deve ser do conhecimento de muitos, e talvez tenha contado até com o protagonismo de alguns dos presentes).

Ano: um desses tristes do passado.

Mês: agosto.

Local: divisa entre dois estados brasileiros.

De um lado da pequena ponte, a Artilharia em posição, a Infantaria pronta.

Do outro lado, a lança de Osorio ornando a torre luzidia dos carros, cujos canhões fremiam na tensa expectativa da batalha.

Corria no ar um presságio de morte fratricida.

A mão cínica de maus brasileiros armara irmãos contra irmãos e os lançara levianamente uns contra os outros, diante dos olhos estarrecidos do povo.

De um lado e de outro, o mesmo uniforme verde-oliva.

Pelos bastidores políticos esfregavam-se mãos inescrupulosas e escapavam sorrisos malévolos.

A corte obscena dos sem pátria ria abertamente.

Desta vez, pensavam eles, cravamos bem fundo no coração do Exército a cunha da desunião.

Alargar a ferida será apenas uma questão de tempo.

Daí, seria fácil a conquista do próximo objetivo, a desagregação das Forças Armadas.

Por terra essa coluna mestra, e toda a estrutura da Nação, ruiria em escombros.

Com esses pensamentos sinistros iam os apóstolos do caos a cochichar pelos corredores na ânsia de colher cedo os funéreos louros da vitória.

E lá, no rincão perdido da terra brasileira, a iminência da batalha, a fatalidade da desgraça.

O sangue generoso prestes a molhar o chão.

Convergem para a pequenina ponte os olhares da Pátria inteira. Ali agora irá decidir-se o rumo a seguir.

Chega ao auge a tensão.

As tropas se aproximam, estudando-se a distância. Armas em riste, respirações sopresas.

Súbito, um aceno de mão, tímido a princípio, alargando-se depois em um gesto amplo e amigo.

– Você aqui?

– Pois é, mandaram a gente escorar vocês.

E o abraço fraternal dos dois tenentes ergueu-se, ali no meio daquela ponte, como gigantesca muralha.

Contra ela esfacelou-se a traiçoeira trama dos vendilhões da Pátria.

E os tenentes, os capitães, coronéis e soldados contaram entre si estórias de outros tempos, piadas de agora.

E a batalha não houve.

Que cada companheiro medite sobre esse fato (que poderia ter ocorrido em qualquer lugar entre o pampa e a selva).

Que apalpem nele a consistência da realidade brasileira.

Da realidade da existência de um Exército uno e indivisível e que assim continuará, unido pela fé de seus soldados na irreversível marcha para o futuro.

Que cada um de nós possa, ao fim deste Natal que festejamos agora, qual grande família que se reúne e se dispersa, levar para todos os recantos da Pátria uma centelha da chama que comungamos juntos e reafirmar, uníssonos, a mesma profissão de fé e de trabalho.

E se um dia novamente ergue-se o inimigo solerte, armado da foice adunca e fratricida, saberemos responder-lhe com o mesmo brado, fazendo-o recuar com toda sua formidável máquina de guerra diante do franco e leal aperto de nossas mãos.

Quase um ano convivemos nesta Casa.

Ano de uma luta já bastante esquecida, a luta dos livros e regulamentos no febril adestramento da inteligência.

Alguns, afeitos já à chamada vida castrense, ao dia a dia dos quartéis, sentiram-se sacudidos por uma força diferente, jovial e irresistível, que os fez recuar no tempo, remoçando o espírito e revigorando o corpo.

Vida Escolar! Aos poucos a sisudez dos capitães, "Senhores comandantes" de Baterias e Companhias, foi cedendo lugar à gaiatice.

Lembraram-se apelidos, rememoraram-se "casos", e uma onda alegre foi invadindo as salas, afogando tudo na eterna condição de aluno.

Desse aluno que é um só, ao longo dos tempos, das escolas e das idades.

Fundida em uma só, a massa, faltava-lhe agora o agridoce tempero do mestre. Os mestres vieram surgindo, como todos os mestres antigos e também eternos (uns mais doces; outros mais acres...).

E fervilhou a Escola ao pleno som de escola, envolvendo a todos no mesmo calor da faina intensa e diária.

E fomos plenamente alunos!

E plenamente mestre soube ser o mais antigo de nós.

Aquele sobre cujos ombros pesaram todas as asperezas de que fomos poupados, aquele que tomou a si as tarefas mais árduas para, com paternal carinho, aplainar-nos a trilha ao longo da jornada, dando a cada um tudo de seu em dedicação e zelo.

Impossível deixar de perceber a presença gigantesca de suas atitudes.

Os mínimos detalhes de nossa vida na Escola, no campo, nos exercícios, levaram impressas as marcas de seus dedos.

Modesta figura de herói, sempre soube furtar-se às pompas e às honrarias.

Que não fuja agora à homenagem que modestamente lhe prestamos.

General Ayrosa, sabendo que V. Ex.ª não aceitaria nada mais do que isso, peço permissão para, em nome do Corpo de Alunos, levar a V. Ex.ª o nosso aperto de mão.

Aos companheiros que envergaram para nós a difícil roupagem de mestres, a nossa gratidão.

Que eles nos perdoem nossas caras amarradas depois dos Trabalhos Correntes; nós lhes perdoamos as gaivotas vermelhas.

Aprendemos, isso é o importante! Assimilamos conhecimentos com a facilidade que a mão do companheiro e mestre construiu em longas horas de atividades, polindo arestas, podando espinhos, para nos apresentar pura e cristalina a matéria-prima de seu trabalho: a ideia.

A esse devotamento, a palavra amiga, ao estímulo nosso reconhecimento.

Aos que trabalharam conosco *pari passu*, na estrada, no campo, nos quartéis, forjando situações, criando temas, desencadeando fogos, nossa admiração e nosso respeito.

Aos que a mão do destino ceifou prematuramente, arrancando-os do nosso convívio, nossa saudade.

Companheiros, aqui nos separamos, mestres e alunos, comandantes e comandados.

A meta é uma só, os caminhos são vários.

Aqui, o aluno mais velho diz o adeus aos mestres e dá aos companheiros a última ordem: sejam felizes!

Anexo nº 2

Palestra proferida no Colégio Militar de Manaus por ocasião da formatura da 3ª série científica, em 16 de dezembro de 1976

Formandos do ano de 1976

A honra que me concedem, escolhendo-me para Patrono da Turma que ora conclui o curso do Colégio Militar de Manaus, excede em muito as minhas possibilidades e reflete, de sobejo, o quanto de camaradagem e afeto liga os homens de farda.

A profissão das Armas, áspera para alguns, cedo nos leva ao convívio com a juventude quando passamos a compreender a grandeza de seus ideais e o desejo supremo de seu aperfeiçoamento. Daí a vibração constante a que ficamos submetidos desde os mais tenros anos de idade.

O Colégio Militar, fonte perene, onde o País vem buscar muitos dos seus chefes, vivifica, com esplendor, as virtudes magnas da profissão militar, enaltecendo, desde cedo, em seus componentes, a camaradagem e a solidariedade, apanágio dos espíritos formados para viver em coletividade visando ao bem comum.

Todos têm os seus pendores e nascem dotados daquelas qualidades e requisitos exigíveis para o cumprimento de determinada missão na terra. É aquilo que levou La Rochefoucauld a afirmar que "O destino é o anonimato de Deus".

E só existe no mundo uma maneira de ajudar essa força misteriosa que se chama destino: é o rigoroso cumprimento do dever. Não me refiro, evidentemente, ao estrito dever de atender às tarefas de cada dia, com pontualidade e exatidão. Isso é parte do imperativo de sobrevivência, a que cada qual pode emprestar a dimensão de seu valor e de sua capacidade pessoal.

Refiro-me a um dever mais alto – para com os semelhantes e para com a Pátria – traduzido, o primeiro, na solidariedade humana, na

solidariedade fraterna; e o segundo, no patriotismo – palavra que se tenta riscar dos dicionários e erradicar dos corações, mas que resiste como tudo que é perene, como as tábuas da lei divina resistem à fúria predatória dos tempos.

Para cumpri-lo, não é preciso ser gênio, nem herói, nem santo, que muitos já o fizeram, e não eram santos, nem heróis, nem gênios.

Há uma frase histórica que consagra, como eterna legenda, o dever da solidariedade humana: "Sou um homem, e tudo que interessa ao gênero humano a mim interessa." Pronunciou-a um dos maiores varões da antiguidade – Terêncio, o senador romano, ao defender altaneiramente um ministro de Tibério, caído em desgraça. Depois, vela o Cristo e disse a todos os povos da terra: "Ajudai-vos uns aos outros." Conselho divino que alguns têm seguido, muitos desprezam e muitíssimos ignoram.

Entre esses últimos, os indiferentes, os mais nocivos, os que não deviam nascer para não terem o direito de pertencer à humanidade.

Napoleão – homem de luta e de pensamento – proclamava:

> Existe a bondade na terra, na mesma medida em que existe a maldade. A diferença está em que a maldade é mais ativa. Mas ativa exatamente porque as legiões de indiferentes constituem, com sua inércia, a forma auxiliar e inconsciente das potencialidades do mal.

Nesse mesmo instante, a igreja, cônscia das suas obrigações, atribulada pelos abalos sociais e morais que desajustam a consciência do mundo, inicia oportuna e edificante campanha de fraternidade expressa nesse mandamento redentor: "Procura teu irmão."

Assim, dos tempos antigos aos novos, a solidariedade que deve existir entre os homens, a exigir coragem, renúncia, ou a exigir simplesmente bondade, aprofunda suas raízes indestrutíveis na ternura humana.

Dever para com a Pátria.

Consubstanciado no juramento feito, quando se tornaram soldados, requer meditação e zelo.

Pátria não é um pedaço de terra fria no espaço geográfico; não é um amontoado de homens e mulheres que se desconhecem, indiferentes, estranhos, que não têm aspirações comuns, nem esperanças, que em nada se identificam, não têm história, nem começo nem fim.

Pátria é o solo sagrado que nos viu nascer e onde repousam, para a Eternidade, nossos entes queridos, sangue do nosso sangue.

É aquele conjunto de homens, que têm dentro de si uma força estranha e incoercível que os faz vibrar, lutar ou sofrer quando seu nome está em jogo; que se entende ao falar, que têm objetivos comuns e têm entre si um calor humano, que envolve a todos e a todos aproxima.

É um passado, testemunho dos grandes feitos de nossos heróis, onde as raízes de nossa vida vão buscar a seiva de seus exemplos, para nos dar coragem e força, para conduzir-nos ao amanhã.

É o nosso próprio passado cheio de saudades.

É aquela casa amiga – a "nossa casa", que nos viu nascer, refúgio da nossa infância e onde o carinho de nossos pais é um alívio para nossos sofrimentos e um conforto para nossas dúvidas.

É aquele companheiro, eterno confidente, que conosco sonhou as aventuras da infância e que é, ainda hoje, o depositário de nossos segredos.

É aquela suave menina da "nossa rua" que, no calor de seu olhar, na doçura de seu gesto e no desabrochar de sua puberdade, encheu de emoção o nosso peito e nos levou aos mais doces devaneios.

É aquela saudosa escola, onde a professorinha, misto de mãe e de companheira, de juiz e de algoz, nos ensinou os primeiros passos da vida.

Pátria é um momento presente, com seus problemas e suas grandezas. É aquela vontade de superar as dificuldades, o trabalho cotidiano do ser humano para o sustento de seus entes queridos, o planejamento equilibrado, o sonho de ascensão social, o culto das tradições, o orgulho da conquista dos nossos objetivos mais puros, a convicção de que caminhamos pelo caminho certo.

Pátria é um futuro, a perpetuação do território sagrado que será herdado por nossos descendentes. É o lugar conquistado pelo trabalho, pelo ideal, pela vontade inabalável de progresso, de sermos o melhor entre os melhores.

Pátria é, enfim, cada um de nós mesmos e somos todos nós juntos, na nossa autenticidade, nos nossos defeitos, nos nossos ideais, nas nossas crenças e nas nossas esperanças.

Meus jovens ex-alunos do Colégio Militar de Manaus.

Compreendo seus anseios e suas esperanças. Como ex-aluno de Colégio Militar, vejo-me, neste momento, em um milagre da capacidade do pensamento humano, como um de vocês, na emoção de minha

formatura, aguardando na oração de despedida uma mensagem que pudesse transcender o presente e se projetasse por toda uma existência.

Na sinceridade de uma vida que procurei dedicar a minha Pátria com todas as forças de que fui capaz, desejo, neste instante final, deixar com cada um de vocês a minha própria convicção: "Só se é feliz quando se vive por um ideal." E esse ideal encerra, antes de tudo, o amor ao próximo e o amor à Pátria. Não deixem que as vicissitudes maculem ou desvirtuem seus ideais; conservem a coragem para conseguir manter intata em seus corações a pureza dos sonhos jovens, mesmo com o passar dos anos, que derrotam os fracos, mas exaltam os que se conservam fiéis a si mesmos.

Que Deus ajude a todos na jornada que hoje iniciam.

Anexo nº 3

Palavras de despedida do Comando Militar da Amazônia

Na oportunidade em que nos afastamos do Comando Militar da Amazônia, desejamos expressar, a todos os que participaram, direta ou indiretamente, do esforço por nós despendido nesses últimos 20 meses para bem cumprir a missão recebida, a nossa palavra de despedida, de gratidão e de reconhecimento pela cooperação oferecida.

Aqui estamos imbuídos do mesmo espírito que sempre norteou toda a nossa vida militar – Servir! Servir com o melhor do nosso ânimo, com o melhor de nossa capacidade.

Detivemo-nos, tanto quanto possível, na melhora de nossas próprias instalações e das organizações subordinadas, visando propiciar melhores condições de trabalho.

Instituímos e pusemos em funcionamento a Cooperativa Agrícola de Cucuí – com regulamentação aprovada pelo Exm.º Sr. ministro do Exército – cujos frutos já se fazem sentir.

Implantamos a Contadoria do Quartel-General com as respectivas normas para seu funcionamento, facilitando sobremodo o controle e manuseio das variadas verbas distribuídas ao CMA.

Instalamos provisoriamente postos de tratamento de água potável nas regiões de Estirão, Palmeira, Ipiranga e Japurá. Posteriormente, mediante convênio celebrado com a LBA, adquirimos recursos para instalação de estações de tratamento de água nas mesmas localidades e mais Cucuí e BV-8.

Implantamos o sistema de pagamento dos vencimentos em Cucuí pela rede bancária.

Iniciamos entendimentos com autoridades civis de Tefé no sentido de se obter área para futuras instalações do Exército.

Implantamos as normas para Atuação dos Elementos de Fronteira em Tempo de Paz, documento que veio padronizar o procedimento das Organizações Militares fronteiriças.

Reformamos e pintamos 320 casas dos 417 PNR existentes em Manaus.

Obtivemos recursos para construção de 115 PNR e vários quartéis durante o ano de 1977.

Vivemos felizes jornadas inspecionando as diversas OM subordinadas, auscultando os reclamos e sentindo o entusiasmo profissional dos companheiros.

Transmitimos aos escalões superiores, sincera e honestamente, as conclusões resultantes de nossas apreciações locais em minuciosos relatórios, ensejando a aprovação de quadros de organização de material e pessoal.

Elaboramos novo Plano Diretor com sucessivo e criterioso planejamento da evolução do grande Comando da Amazônia, respondendo às necessidades presentes e futuras dessa área em desenvolvimento.

Mas falar de como e por que realizamos isso ou aquilo, ignorando as personalidades e as características dos responsáveis por tais eventos, é impossível. Esse anônimo trabalho de equipe só foi concretizado, mercê de Deus, em razão do apoio e da confiança recebidos dos escalões superiores, bem como graças à cooperação desinteressada, à lealdade, à dedicação, ao espírito de sacrifício, ao estímulo, à compreensão e perfeita noção de cumprimento do dever de todos os integrantes do CMA.

Ao ensejo de nossa despedida, resta-nos apenas concitar-lhes a prosseguir mantendo absolutamente viva em suas mentes a imagem sagrada da Pátria. Aquela imagem envolta nos valores que dão substância

à alma do soldado; respeito à dignidade da criatura humana e necessidade vital de preservá-la.

Precavamo-nos sempre contra os maiores crimes, a apatia, a inação e a omissão.

Afirmemos a nossa vontade de recalcarmos permanentemente os nossos mesquinhos interesses pessoais em prol dos maiores interesses da coletividade.

Afirmemos a nossa vontade de pautarmos os nossos atos e atitudes nos elevados padrões éticos e morais, na certeza de que só no trabalho honesto e voltado para o bem comum, constrói-se a grandeza da Pátria que tanto almejamos.

Reafirmamos nossa fé nos destinos do Brasil, do Exército e a constância de nossos ideais cristãos, com humildade e orgulho de sermos soldados, deixando patente que fizemos o que pudemos, embora ainda reste muito por fazer. Sendo o homem o elo de uma cadeia de gerações, rogamos ao Todo-Poderoso que redobre as forças dos que aqui permanecem e daqueles que nos sucederem para que façam mais e melhor.

Anexo nº 4

Alocução proferida por ocasião de minha assunção na Chefia do Estado-Maior do Exército, em 28 de junho de 1979

Minhas primeiras palavras são de agradecimento a Deus por ter me permitido percorrer todos os degraus hierárquicos da carreira e atingido as culminâncias da chefia do Estado-Maior do Exército.

Esta, a maior dignidade que pode aspirar um militar como coroamento de sua trajetória profissional.

Em momentos como este, lembranças que desfilam em desordem pela memória constituem um acervo de experiências. Estas enriquecem o nosso viver com o que representam: alegrias e tristezas, vitórias e derrotas, grandezas e servidões e, agora, tudo isso envolto em saudade.

Não posso olvidar o momento marcante de minha vida, quando em 1928 pela primeira vez subi a aleia de palmeiras imperiais do Colégio Militar do Rio de Janeiro, levado, entre perplexo e orgulhoso, pela mão de meu pai, para prestar o exame de admissão naquele extraordinário estabelecimento de ensino.

Ali vivi seis anos de infância e atingi a juventude, em um tempo de emoções e preocupações, mas pleno de esperança e idealismo.

Meu primeiro ingresso na velha Escola Militar do Realengo foi marcado pela decepção de ter de deixá-la para submeter-me a uma intervenção cirúrgica que impediu a continuação do curso.

Fui então para a Escola Politécnica do Largo de São Francisco, onde terminei o primeiro ano de Engenharia.

Mas o coração já fora conquistado pela vida militar e eis-me de volta ao Casarão do Realengo, onde novamente matriculei-me no primeiro ano.

Não há palavras para descrever a emoção que me invade ao recordar-me dos três anos vividos na Escola Militar.

Bem sei que o espírito do cadete é eterno, mas para os velhos soldados de meu tempo, Realengo possui a aura das coisas mágicas de um reino encantado.

As amizades nascidas das lutas cotidianas, das estafantes jornadas no Gericinó, que transformavam a todos em "infantes denodados", da educação física e instrução equestre no Campo de Marte, da ordem unida que buscava a perfeição, das salas de aulas com os mestres de alta respeitabilidade, de tudo isso surgiam os indestrutíveis laços de camaradagem, os quais mais se estreitavam na convivência dos alojamentos, verdadeiros formadores do espírito do cadete do Realengo.

Eis-me finalmente à frente de minha pequena tropa, o 4º Pelotão da 2ª Companhia do Batalhão-Escola de Infantaria.

Se era minúscula em efetivo, foi grande na significação e no orgulho que tive, como jovem tenente, em comandá-la, a ponto de hoje, velho general, conservar impregnadas na alma as lembranças dos três anos que passei naquela importante unidade de minha Arma.

A etapa seguinte desenvolveu-se no Paraná, no 13º RI, em Ponta Grossa.

Novo ambiente, novas amizades e, como acontece com todos os moços, a vida era incansável carrossel de alegrias, facilidades e ilusões, que nem o estado de guerra entre o Brasil e as nações do Eixo conseguia empanar.

Foi grande a satisfação que tive com o convite para ser instrutor da Escola Militar do Realengo.

A permanência lá, por dois anos e meio, marcou incontestavelmente um dos pontos altos de minha carreira.

O contato com o cadete, com a pureza de seus ideais e de seu entusiasmo amplia nossa crença na constante e positiva renovação da humanidade.

Lembro-me perfeitamente até hoje, com especial carinho, do nome de cada um dos que instruí e foi com muita emoção que recebi a visita dos primeiros que atingiram ao generalato, quando se apresentaram a mim com seu número e graduação de cadete. Eles atingiram profundamente minha sensibilidade com esse gesto.

No dia 24 de junho de 1944, ao me despedir do 3º ano de Infantaria a fim de partir para a Itália, fui para o Campo de Marte e voltei-me para o velho Casarão.

Minha alma, naquele momento, foi invadida por sentimentos contraditórios de saudade, orgulho, tristeza e euforia.

Interrogava-me então se voltaria a ver meus diletos companheiros, minha Escola Militar do Realengo, meus pais e minha Pátria.

Deus concedeu-me essa graça...

Em 29 de junho com o 1º Escalão, seguíamos no navio-transporte *General Mann* para destino ignorado e, depois de 14 dias, aportávamos em Nápoles.

As lembranças da guerra, mesmo amortecidas por cerca de 35 anos passados, ainda conseguem despertar profundamente meus sentimentos.

Camaiore, Monte Prano, Barga, Boscacio, Lizzano, Castelnuovo di Vergato, Montese, Zocca, Fornovo di Taro e tantos outros nomes incorporados à epopeia do 6º RI aliam a sonoridade de suas denominações à saudade dos companheiros que se findaram.

Em contrapartida ficaram indeléveis a alegria das vitórias, o convívio alegre do soldado brasileiro e os testemunhos da cultura de um povo que data de mais de dois milênios.

É inesquecível a nossa volta ao Brasil quando, em uma sucessão de expectativas e sentimentos desencontrados, ficou quase impossível conter as lágrimas diante da visão do Rio de Janeiro, com o quadro de sua paisagem, emoldurado por um céu de límpido azul e sol radioso.

Naquele instante de enlevo, o capelão militar que nos acompanhava, rompendo o silêncio quase místico que se apossara do navio, transmitiu pelos alto-falantes o convite para que todos cantassem *Deus salve a América*.

A maioria não pôde atender à sugestão, pois os soluços embargaram a voz...

Foram grandes momentos de imorredoura recordação.

Depois a vida voltou à rotina, e, como outros oficiais oriundos da FEB, fui classificado na AMAN.

Realmente meu estado de saúde, muito precário, não permitiria o pleno exercício da função de instrutor de cadetes.

Os ferimentos eram graves, e a recuperação fazia-se lentamente.

Foi o general Tristão de Alencar Araripe, amigo e brilhante oficial que acompanhara minha vida desde o início, quem me ajudou a ultrapassar essa fase, convidando-me para seu ajudante de ordens.

Passei dois anos acompanhando aquele inolvidável chefe, que muito me ensinou pelo exemplo e a quem agradeço a consideração que me dispensou em hora tão crítica.

Depois de três anos no magistério do Colégio Militar do Rio de Janeiro, vieram EsAO e ECEME. Nelas também fui instrutor depois dos términos dos respectivos cursos e daí para Juiz de Fora.

Voltei para ECEME e, a seguir, fui convidado para compor o Conselho de Segurança Nacional, a fim de servir no SFICI, embrião do atual Serviço Nacional de Informações.

Pude, naquele órgão, na Seção de Informações Externas, desenvolver um trabalho pioneiro sobre a África, que se fragmentava em inúmeras nações independentes.

Quando eclodiu a Revolução de 1964, encontrava-me na Escola Superior de Guerra, acompanhando, atuante e empolgado, a doutrinação precisa e inteligente do inesquecível líder general Humberto de Alencar Castello Branco.

Fui então chamado para assumir a 2ª Seção do I Exército, que se encontrava completamente vazia de documentação e fichários, fruto

da ação solerte de oficiais comunistas infiltrados no Estado-Maior daquela grande unidade.

Ao recordar os primórdios da implantação da ordem revolucionária, por ter vivido e assistido à baderna reinante na época, é difícil compreender a atitude de alguns elementos que tentam a ressurreição de fatos os quais infelicitaram a Nação.

Não é possível apagar da memória a pregação marxista da grande farsa do comício da Central do Brasil, com a bandeira brasileira conspurcada pelo círculo vermelho com a foice e o martelo sobrepostos ao límpido globo azul estrelado que tanto nos fala à alma.

Ninguém pode olvidar a humilhação do nosso povo.

Raptos, roubos, assassinatos, campanhas amorais e imorais tentando perverter a nossa juventude, tudo isso não se pode esquecer.

Fui promovido a coronel ainda no I Exército e, em seguida, designado para o Colégio Interamericano de Defesa, onde passei dois anos muito felizes.

Retornei ao Brasil nomeado comandante do 2º Batalhão de Infantaria Blindada, o que, pelos desafios apresentados, se constituiu em verdadeira escola de novos ensinamentos profissionais.

Guardo, com muita admiração, as recordações da antiga Divisão Blindada, cuja atuação em prol da consolidação do movimento de 1964 está à espera de um estudo mais aprofundado pela importância da função desempenhada.

Das homenagens que tenho recebido, fruto da bondade e do espírito de camaradagem dos homens de farda, uma das que mais me tocaram a sensibilidade foi a surpresa que me prepararam no 2º BIB, na jornada seguinte a minha promoção ao generalato.

Naquele dia, não pude ser o primeiro a chegar ao quartel, como era meu hábito, pois meus subordinados forjaram uma pane no carro que me conduzia.

Quando cheguei ao portão do Batalhão, encontrei-o todo em forma, em uniforme de desfile, e o corneteiro saudou-me, pela primeira vez, com o toque de general.

Foi uma cerimônia muito tocante, pelo que representava de amizade e consideração.

Nesse repassar de imagens em atropelo, sinto-me profundamente recompensado pelas comissões que recebi em minha vida profissional, avultando as de oficial-general.

Como chefe do Estado-Maior do II Exército, pude trabalhar com todo o meu esforço e entusiasmo no combate à subversão em São Paulo, e, até hoje, a Operação Bandeirante é relembrada com respeito.

Na Diretoria de Armamento e Munição, foi-me permitido desenvolver empreendimentos de fôlego na reformulação daquele importante órgão.

Como comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, com uma equipe selecionada e o apoio incondicional dos chefes, foi realizada durante três anos verdadeira maratona de trabalhos, tanto na parte das instalações como no setor didático, elevando a EsAO no conceito da nossa Organização.

Já no posto de general de divisão, continuei na linha do ensino como diretor de Formação e Aperfeiçoamento.

Recebi, então, o dignificante Comando Militar da Amazônia, propiciando-me a rara oportunidade de aprofundamento na grandeza dos problemas daquela importante região de nossa Pátria.

Depois de 20 meses de duras labutas, vejo-me na vice-chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa, no qual, com a promoção a general de exército, assumi a chefia e completei mais de 25 anos no setor de ensino da nossa Organização.

E, agora, honrado com a confiança dos excelentíssimos senhores presidente da República e ministro do Exército, eis-me na chefia do Estado-Maior, na qual findo minha caminhada profissional.

Desculpo-me pelo turbilhão de recordações que neste momento são extraídas do relicário de minha memória.

Das poucas coisas que deixo à meditação de meus sucessores, desejo pinçar alguns conceitos emitidos nas diversas ocasiões em que me dirijo aos companheiros.

A vida militar é das mais árduas e pouco oferece compensações materiais.

Entretanto, pela grandeza de ideais que a norteiam, torna-se a mais digna e a mais gratificante das profissões.

Pudesse eu, em um sonhado milagre, voltar à minha juventude; não tenho dúvida de que, com idêntico entusiasmo e amor, voltaria a transpor os portais da Academia Militar para seguir o mesmo destino.

Em todos os meus atos no Exército, procurei denodadamente o exemplo, a justiça e a bondade, e, se nem sempre o consegui, não foi por falta de vontade, mas de qualidades pessoais.

Guardo profunda gratidão a Deus, pelas grandezas que a vida de soldado me proporcionou.

Nesta hora em que a saudade começa a se instalar, pungente em minha alma, rendo a maior homenagem aos meus pais, pelo zelo, carinho e dedicação que me ofertaram durante suas vidas exemplares.

Realço também o apoio dos demais familiares, em particular minha irmã, que, com solidariedade, perseverança e paciência, acompanhou de perto todas as minhas horas, boas e más.

Estendo minha recordação afetiva aos mestres que me amoldaram o espírito e permitiram o embasamento para que aqui chegasse.

Relembro carinhosamente os companheiros, do soldado ao general, que, com seu convívio e apoio tantas vezes anônimo e com sacrifícios pessoais, tornaram-se mais irmãos que amigos e com solidariedade desinteressada aumentaram o valor de meus êxitos e diminuíram a importância de meus desacertos.

Ressalto, como um preito de admiração, a grandeza de sentimentos de nosso ministro do Exército, meu caro amigo Pires, que nos cotidianos despachos e troca de ideias colocou sempre, como primeira preocupação, os altos interesses da Força Terrestre e o apoio aos companheiros de farda.

Sua presença no Ministério é sólida comprovação de que o Exército cumprirá coeso, com acerto e dignidade, a missão que lhe cabe.

Cheguei ao término da jornada.

O tempo passou tão rápido que não senti o quase meio século de vida militar.

Os ásperos caminhos dos dissabores e as agradáveis estradas das alegrias foram percorridos com a convicção de que são imutáveis e verdadeiros todos os valores que defendi e as crenças que elegi.

Posso, com consciência tranquila, finalizar com a Bíblia Sagrada, Epístola 2ª de Timóteo, versículos 4 a 6, e repetir as palavras do apóstolo São Paulo:

"Combati o bom combate, terminei a minha carreira e guardei a Fé."

Anexo nº 5

Entrevista concedida ao jornal "Correio Brazillense", em Brasília, no dia 16 de fevereiro de 1980

Opinião sobre a Amazônia

Fui comandante militar da Amazônia de maio de 1976 a janeiro de 1978. Percorri a área desde Imperatriz, no Maranhão, a Cruzeiro do Sul, no Acre; de Cucuí e Clevelândia, ao Norte, a Cuiabá, em Mato Grosso. Tive oportunidade de testemunhar a assinatura do Pacto Amazônico do Brasil com o Peru, a bordo da fragata peruana Ucaiali, em pleno Rio Solimões nas proximidades de Tabatinga; vi as cheias do Amazonas, a explosão de Rondônia com a incrível fertilidade de seu solo e visitei comunidades indígenas, inteirando-me de seus problemas. Durante meu Comando, ocorreu a inauguração das rodovias Santarém-Cuiabá e Manaus-Boa Vista; acompanhei as inquietações pela posse das terras nas fronteiras norte e oeste e fiz-me presente na inauguração da televisão colorida em Tabatinga.

Sinto-me plenamente recompensado pelo esforço despendido.

Todos os desconfortos materiais desaparecem diante da grandeza da missão a cumprir na Amazônia.

Entretanto, depois de intensa convivência, posso dizer que ninguém conhece totalmente a Amazônia. Um erro generalizado é encará-la como um todo, um só bloco, desconhecendo que ela, ocupando mais da metade do Brasil, tem diferenças marcantes. Cada município ou região geográfica possui as próprias características e exige medidas particulares. O revestimento florestal em grande parte do território leva-nos a considerar a Amazônia com uniformidade de problemas, o que é grave engano.

Não resta dúvida de que ela é mais que uma esperança. Suas potencialidades devem ser levantadas, firme, decidida e continuamente. A exploração das riquezas deve ser feita racionalmente e sem vacilações, à medida que forem descobertas.

Opinião sobre aproveitamento

Outro erro generalizado sobre a Amazônia é a quase fobia da intocabilidade ecológica. Para muitos ela deverá ficar pelos séculos na virgindade de imenso latifúndio oficial, e consumir verbas astronômicas, embalada na glória de ser o maior revestimento florestal do mundo ou na fama inverídica do "Pulmão da Terra".

É necessária intensiva exploração da agricultura nas fertilíssimas terras baixas, ricas de aluvião das várzeas dos grandes rios e parcimoniosa investida madeireira nas terras altas quase estéreis, vivendo da autofagia em um solo de quase nenhuma espessura produtiva. O reflorestamento deve ser vigoroso, mas é preciso respeitar, aí sim, a ecologia amazônica, com replantio de árvores da própria área e nunca de espécies como o "pinus" e outros, que modificariam a natureza do solo, a flora e a fauna. Os campos planos de Roraima, aptos ao plantio de capins forrageiros, suportam em boas condições a pecuária extensiva e poderão abastecer todo o mercado da região norte com folga, além de propiciar boa exportação.

A piscicultura pode e deve ser incentivada com reais proveitos para o País e evita-se, contudo, a pesca predatória. O peixe amazônico é gostoso, nutritivo e com elevado teor de gordura. O produto, muitas vezes, apodrece nos embarcadouros por falta de uma estrutura de apoio. É um trabalho que merece a atenção dos órgãos competentes, com vistas, sobretudo, à exportação do excedente, que tem grande aceitação no exterior.

As riquezas minerais, ainda quase desconhecidas, estão a exigir pesquisas continuadas. O alumínio do Rio Trombetas é um exemplo da ação oficial bem orientada. As prospecções petrolíferas, agora incentivadas, devem gerar resultados muito favoráveis.

Quantos minérios e de que espécies ainda estão por ser descobertos? Tudo faz crer que nossos sonhos se mostrarão acanhados perante a realidade do futuro, pois nos parece impossível que Deus não tenha aquinhoado tão imensa área com as mesmas riquezas, no mínimo, da outra metade brasileira.

A circulação na área pelas hidrovias deve ser completada pelas rodovias. A maioria dos principais afluentes, com as próprias bacias, mantém navegabilidade apenas quatro meses por ano. O abastecimento de Cruzeiro do Sul, por exemplo, partindo de Manaus e navegando pelos rios Solimões e Juruá, leva de 30 a 40 dias, sujeito a todos os caprichos das correntes líquidas tortuosas. Isso obriga, muitas vezes, a utilização de aviões para transportes mais urgentes, porém terrivelmente onerosos. Parece-nos, portanto, que a política de transporte com a implantação de rodovias é a mais adequada no momento. Veja-se o exemplo da Manaus-Porto Velho, construída, é verdade, com dificuldades, mas que permitiu pleno progresso para a região.

O homem da Amazônia

O ocupante inicial da área, originário de acentuada miscigenação, hoje já divide a predominância do tipo nordestino, que ainda contribui com grande corrente migratória. A vinda de colonos do sul, especialmente do Paraná e Santa Catarina, vem influindo de maneira acentuada no aspecto, tanto físico como temperamental, do amazoniense. Deve ressaltar que o habitante local, apesar da enorme carência vitamínica, apresenta um tipo bem proporcionado e sem sinais externos de fraqueza, mercê de grande abundância de proteínas de origem animal (sobretudo de peixe), além do complemento de frutas nativas abundantes. O grande problema para o homem ainda reside nas doenças tropicais, como a malária e a leishmaniose. A oeste do Estado do Amazonas e no Acre, há também ampla incidência de lepra e tuberculose. Como foi mencionado, tais males são oriundos de uma avitaminose, a que se juntam o desconhecimento de regras de higiene e o clima superúmido com temperaturas elevadas, e isso ocasiona alta taxa de mortalidade infantil e vida média de baixo índice.

Podem, porém, ser sanados em médio prazo desde que haja um trabalho continuado no setor de saúde e de pesquisa sanitária, além do complemento alimentar necessário.

A educação é muito deficiente, em face das gigantescas distâncias dos centros culturais. Está exigindo um trabalho planejado, de fôlego e objetivo.

O trato com o índio, no meu entender, não deve apresentar inovação sobre o que preceitua nossa Constituição a respeito de direitos e

deveres do homem. Devemos dar a suas terras a mesma proteção legal de que goza o proprietário em todo o Brasil. Entretanto, não podemos chegar ao que pleiteiam os extremados ou inocentes, a ponto de se considerar a gleba indígena como encravada nação no território pátrio. Quando os interesses nacionais estão em jogo, não há por que deixar de procurar uma solução jurídica e humana em que todos os direitos, da nação brasileira e dos indígenas, sejam resguardados.

O papel do Exército

Se estudarmos a história da Amazônia, ressalta-se de imediato a função primordial desempenhada pelos militares na conquista, ocupação e manutenção da região. Desde a fundação do Forte do Presépio, por Francisco Caldeira Castelo Branco, a presença das Forças Armadas é permanente na área.

Hoje nossa estrutura está centralizada no Comando Militar da Amazônia (CMA), com sede em Manaus e apoiada por duas regiões militares: a 8ª, em Belém, e a 12ª, justaposta ao Quartel-General do CMA, em Manaus. O Comando possui jurisdição sobre os estados do Amazonas, Pará, Acre e os territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Por cerca de 11.000km, correm nossas fronteiras, confrontando com sete países.

O CMA cumpre missões de segurança interna e externa, de vigilância das fronteiras, de colonização e desenvolvimento da área.

Para as missões de colonização e desenvolvimento, o Exército exerce, na área, ações no campo da saúde, da educação e dos transportes. Na saúde, faz-se presente não só no atendimento médico e odontológico nos hospitais, ambulatórios e enfermarias das organizações como também na melhoria das condições sanitárias das comunidades isoladas, por meio de estações de tratamento da água e instalações de fossas sépticas. Por convênios com outros órgãos federais, assegura alimentação para os recém-nascidos e crianças carentes da fronteira. O apoio traduz-se até pela evacuação dos doentes graves para os centros populosos, na maioria das vezes por via aérea. No campo da educação, o CMA mantém inúmeras escolas de 1º e 2º graus na faixa fronteiriça, cuja frequência ultrapassava, em 1977, a casa dos 4 mil alunos. O ensino profissionalizante é também atendido em algumas localidades, inclusive em regime de internato.

Procura-se, por meio de uma política de incentivos pessoais, fixar as famílias nas localidades isoladas, inclusive com facilidade para construção de habitação.

No setor de transporte, nossos Batalhões de Construção, em uma obra de pioneirismo que não pode atrair as companhias civis, abrem, implantam e mantêm complexa e extensa rede rodoviária, de inestimável valor social, econômico e militar. Como subsidiário dessa missão, está o aproveitamento da mão de obra local, criando perspectivas de emprego e melhores condições para o amazônida.

Todas essas ações efetivadas pelo Exército e por muitos desconhecidas não constituem, é verdade, a atividade-fim das Forças Armadas. Entretanto, por ser um organismo já estruturado em toda a área, o Exército vê-se na contingência de assumi-las a fim de evitar o desmoronamento de todo um trabalho insano de mais de três séculos, mantendo íntegra a Amazônia que recebemos de nossos antepassados.

Anexo nº 6

Excertos das saudações aos novos generais que, por dever de ofício, é da responsabilidade do chefe do Estado-Maior do Exército

Em 21 de agosto de 1979

O que poderá dizer, senhores generais, este antigo companheiro que atingiu o último posto da carreira, aqueles que ascendem a tão elevada posição da nossa sempre renovada Força?

Apresento-lhes somente dois simples vocábulos, cuja significação define o verdadeiro líder: exemplo e justiça.

Exemplo é não transigir consigo mesmo naquilo que se condena nos outros; é não exigir o que não se pode dar; é não abrir exceção em causa própria; é não usufruir sozinho o que é de direito comum.

Justiça é dar tratamento condigno a cada subordinado; é a coragem de abrir exceção para os casos que fogem à fria letra dos regulamentos; é premiar com entusiasmo e punir com bom senso; é encarar cada subordinado com a consciência de que todos são seres humanos, aprisionados nas suas grandezas e suas servidões.

Em 18 de dezembro de 1979

Quando na Epopeia de Guararapes surge o imortal documento que fala pela primeira vez em "Pátria", é lançado o alicerce deste Exército, cuja única ambição, que permanece ao longo dos séculos, é a completa dedicação ao Brasil.

Em janeiro de 1822, o Exército Brasileiro desponta, uno e indivisível, sob o primeiro Comando de um brasileiro, na pessoa do velho general Joaquim Xavier Curado.

A partir daí, até os nossos dias permanece intangível o ideal dessa nossa organização, isenta de ambições de poder, vigilante na defesa da Nacionalidade, sentinela eterna da soberania da Pátria.

No entrechoque das máquinas de progresso, na surpreendente velocidade do caminhar tecnológico do mundo atual, muitas vezes os sentimentos de Pátria são amortecidos, quer pelo tumulto das lutas pela sobrevivência, quer pela ânsia desmedida de amealhar riquezas e lucros pessoais.

A humanidade, perplexa e desorientada, torna-se presa dócil de falsos líderes internacionalizadores, que mascaram as próprias ambições com promessas de utópicas riquezas e benesses inatingíveis.

E os "inocentes úteis", operários das cidades e dos campos, estudantes, eclesiásticos e tantos outros, que deveriam se constituir no baluarte do sadio nacionalismo, são atraídos pelos sonhos de falsa igualdade, que nivela bons e maus, trabalhadores e ociosos, cidadãos e marginais, no engodo de uma sociedade amoral, que atenta contra os princípios de liberdade, de trabalho e de pensamento livre.

Em 22 de abril de 1980

Ao alto chefe militar, calejado e curtido por uma experiência profissional de mais de três décadas e meia, não são dadas atenuantes de desconhecimento, ingenuidade ou imaturidade na solução dos problemas que lhe cabem.

Dele são exigidos talento, coragem, bom senso, bondade e companheirismo.

Porém, o que realmente marca o líder é a justiça, definida pela faculdade de julgar segundo o direito e a melhor consciência. Espera-se dos generais decisões justas e oportunas.

Pior que uma decisão imperfeita é a ausência de decisão, pois a omissão traz o descrédito e a ultrapassagem dos chefes.

No repositório histórico da Pátria permanecem, para nosso orgulho, as ações altruísticas das Forças Armadas, ao longo de 158 anos de Independência.

O Exército é, para o povo, a instituição lembrada nos momentos de crise, pela dignidade, desambição e idealismo.

Essa é a nossa grandeza que compensa, de sobejo, todas as servidões pelas quais passamos.

Em 18 de agosto de 1980

Somente aqueles que dedicam suas vidas a trabalhar pela Pátria no quase monástico ambiente dos quartéis e os que por laços de família ou fraterna amizade compartilham do dia a dia do militar podem aquilatar o ideal que ilumina nosso viver, dando-nos forças para prosseguir acima e além dos sacrifícios materiais, das incompreensões mesquinhas e das afrontas gratuitas.

A decisão é uma reação ao problema e, dessa maneira, para resolvê-lo precisa conter a mesma rapidez, o mesmo vigor e a mesma audácia dos fatos que a geraram.

Em 16 de dezembro de 1980

A inexperiência e o idealismo do jovem fazem-no o objetivo principal da doutrinação marxista-leninista.

Ao mesmo tempo que os comunistas procuram deturpar sua moral, sua vontade e seu vigor físico, explorando sua inocência, acenando com soluções simplistas para o problema dos inevitáveis desajustes internos das nações.

É necessária, portanto, despertar consciências democráticas, realçar os valores morais da fé cristã, alertar contra os perigos dos tóxicos e incentivar o patriotismo, dando assim às novas gerações brasileiras firme estrutura de caráter, que se oponha ao até agora progressivo avanço do regime de negação da liberdade do homem.

É preocupante e estarrecedora a maneira como uma parte de nossos compatriotas, com elevada percentagem da elite mais intelectualizada, trabalha para aplainar o caminho comunista em nossa Pátria.

Não veem, ou não querem ver, o esmagamento das individualidades, a negação dos comezinhos direitos humanos, o impiedoso massacre de vidas, fatos diariamente apresentados a um mundo perplexo, que se debate em inócuas discussões subjetivas.

Recebemos de braços e corações abertos todos os que desejam cooperar na construção de uma sociedade livre, ordeira e progressista.

A tecnologia é primordial para o nosso desenvolvimento, em que a geração de energia e a modernização da agricultura avultam como objetivos capitais para a implantação definitiva de estrutura econômica.

Mas repudiamos todos os que venham, sob qualquer mascaramento, instalar revolta.

Não aceitamos ingerências ou importação de ideias que maculem o viver da nossa gente.

Somos bons, mas não podemos ser ingênuos.

Somos amantes da paz, mas não podemos ficar desarmados.

Cultuamos a liberdade, mas não podemos tolerar a anarquia.

Em 15 de abril de 1981

Volto, com satisfação e entusiasmo, a cumprir minha parte nesta importante solenidade, qual seja, como chefe do Estado-Maior, a de saudar os novos generais.

Esta oportunidade de agora, entretanto, reveste-se de especial condição para mim que, em poucos dias, darei por finda a

minha missão no Exército Brasileiro, com a experiência de quase meio século de intensa carreira e percorrida venturosamente. Estou certo de que todos os companheiros aqui presentes, tal como ocorre comigo, se voltassem à juventude e tivessem que reiniciar suas vidas, novamente escolheriam a carreira das Armas.

Nossa profissão é tão digna e tão gratificante em termos morais que os vendavais dos sacrifícios não conseguem apagar a chama do ideal.

O senso do cumprimento do dever, a camaradagem que une os homens de farda, a lealdade, o convívio vibrante nos quartéis onde o trabalho absorve integralmente, tudo isso nos transforma em verdadeiros irmãos que orientam suas energias em uma só direção.

Quando partimos, levamos imensa saudade e certeza de que nada foi irrelevante; tudo valeu a pena, sentimento que só se apodera daqueles que voluntariamente abraçam uma profissão, na qual os interesses materiais são superados pelo ideal de servir.

Mas racionalmente compreendemos que, para a organização militar, a renovação se impõe como a mola mestra para o constante ritmo de desenvolvimento.

Isso está bem materializado nesta cerimônia em que, ao saudar vossas excelências, estou ao mesmo tempo passando-lhes o bastão de comando.

Cabe, portanto, relembrar algumas fases difíceis da vida brasileira das quais participei e que exigiram uma tomada de posição.

Nos momentos de crise, de extrema gravidade e importância para o futuro do País, o Exército tem sabido respeitar as aspirações do povo, enfrentado com determinação, porém sem arrogância, as dificuldades surgidas.

Desde as primeiras luzes de independência, as intervenções militares são aureoladas pelo patriotismo sadio, no qual sobressaem o equilíbrio e a consideração aos direitos do homem, refletindo a índole tranquila de nossa gente e a perfeita integração entre civis e militares.

Durante o passar de minha geração e, particularmente, desde a década de 1930, constatamos pequenas e grandes perturbações consequentes de sucessivas acomodações da jovem sociedade brasileira.

O primeiro episódio marcante de minha vida militar, pelo lirismo com que agora o recordo, foi quando, na Revolução Getulista de 1930, os adolescentes do Colégio Militar do Rio de Janeiro foram armados de

espadas para defender nosso tradicional estabelecimento de ensino contra os obreiros da desordem, os quais se aproveitavam do clima revolucionário para depredações e saques.

Senti-me entre orgulhoso e herói, verdadeiro soldado da Pátria, invencível não com a força que provinha de uma simples espada, mas do elevado ideal que sempre acompanha os jovens.

Logo a seguir, em 1932, ainda no Colégio Militar, assistimos São Paulo reclamar, pelas armas, a volta à constitucionalidade prometida pelo governo revolucionário.

Em 1935, cadetes do 1º ano, entramos em posição para defender o Quartel da Escola Militar contra o movimento comunista, desencadeado sob a égide de assassinatos e traições.

Três anos depois, servindo no Batalhão-Escola de Infantaria como aspirante a oficial, novamente saímos do quartel para impedir a propagação do golpe integralista de 1938.

De 1942 a 1945 viveu o Brasil o clima do estado de guerra contra as Nações do Eixo.

Ao aceitar o comissionamento no posto de capitão, tornei-me voluntário para integrar a Força Expedicionária Brasileira e participar, desde o início, das operações de guerra em terras europeias.

O retorno da FEB impulsionou o clima de democracia e reclamou pelo Brasil, que, vivendo no regime totalitarista do Estado Novo, aspirava à volta da liberdade, característica marcante de nosso povo.

Sucessivas crises determinaram a queda do Governo.

Desloquei-me, então, para Juiz de Fora, acompanhando o comandante nomeado para manter a ordem na região.

Depois de dois mandatos governamentais relativamente tranquilos, o pasmoso suicídio do Dr. Getúlio Vargas, em 1954, sacudiu a Nação, acometida de convulsões políticas e sociais.

Em novembro de 1955, novamente somos levados a uma tomada de posição diante do movimento chamado de retorno aos quadros constitucionais vigentes.

Em 1961, o abandono do Governo pelo presidente da República leva-nos, por uma questão de coerência de atitude, a uma posição

de firmeza contra o quadro de comunização que começava a se configurar no País.

O que todos previam realmente aconteceu.

O Brasil, em um histórico e sublime movimento da esmagadora maioria de seu povo, onde avultou também a coragem e o idealismo da mulher brasileira, encontra nas Forças Armadas, em 1964, o elemento que aciona a vontade nacional.

Foi dado um basta nos desmandos de um governo fraco e nas impatrióticas tentativas de implantação do comunismo no País.

Mas a paz ainda não estava consolidada, e eis-me, como coronel, à frente do 2º Batalhão de Infantaria Blindada, cumprindo em 1968, na efervescente área central do Rio de Janeiro, a difícil e sensível missão de implantar a ordem que uma multidão desordenada e atiçada por pregações marxistas tentava, a todo custo, conturbar.

A atuação nesse período, da antiga Divisão Blindada com seu quartel-general instalado no Campo de Santana, merece aprofundado estudo que mostrará o quanto contribuiu para manter a ordem na Cidade do Rio de Janeiro.

Senhores generais.

Esses acontecimentos são agora relembrados não como exaltação pessoal, mas como prova da coerência de atitudes do nosso Exército permanentemente preparado para os momentos de crise.

O comunismo é um inimigo perigoso porque não tem liames morais que possam cercear sua atuação.

Na luta pela implantação de sua ideologia escravizadora, apela para ações que repugnam a consciência, aviltam a moral, sacrificam a mocidade, desacreditam os credos religiosos, enganam os trabalhadores e negam o sentimento de Pátria.

E, se até hoje não conseguiu desmantelar as Forças Armadas, deve-se isso ao abnegado trabalho de seus componentes.

Nossa união e nosso idealismo, a par de cuidadosa preparação moral e material, continuam a ser um obstáculo intransponível às repetidas investidas dos importadores de ideias esdrúxulas.

Anexo nº 7

Palavras proferidas no Clube do Exército, em Brasília, por ocasião de minha despedida do serviço ativo do Exército

Chegou o fim da jornada

Na linguagem das fábulas, choveu, ventou, nevou, fez frio. Mas, na maioria das vezes, um sol reconfortante brilhou sobre o verde das campinas, fazendo esquecer o cansaço das escaladas de íngremes escarpas.

Os passos que marcaram o caminho coberto de urzes e flores sempre encontraram para o viajante a sombra acolhedora de grandes árvores da amizade, nas quais as forças se retemperavam para o prosseguimento.

Na mágica do viver, desapareceram maus momentos e só permaneceram as boas recordações, o que deu a tudo uma aura de encantamento.

Se 45 anos de cotidiana labuta podem fazer o corpo se ressentir do esforço, para o espírito tudo passa tão rápido que, ao se transpor a linha de chegada, deseja-se, como nas lendas, tudo se renovar para que se possa voltar ao ponto de partida e novamente trilhar o mesmo caminho.

Quis o destino reservar-me como última comissão na ativa a chefia do Estado-Maior do Exército.

Esse alto órgão, cujos estudos englobam o destino das Forças Terrestres e influem no da própria Nação, tem sido desde sua criação o símbolo do trabalho eficiente, anônimo e dedicado que, em quaisquer contingências e conjunturas, arrostando às vezes a incompreensão, procura sempre cumprir com idealismo a missão de bem atender aos interesses nacionais.

Como principal assessor do excelentíssimo Sr. ministro, general de exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, tive sempre a preocupação de nortear os estudos na linha do melhor atendimento da Organização, com franqueza e lealdade de parte a parte.

Não poderia ser diferente entre dois amigos que juntos iniciaram suas carreiras ainda crianças, nos bancos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, e juntos galgaram o mais alto posto do Exército.

Agradeço, pois, ao querido amigo todas as provas de irrestrita confiança e fraternal convivência.

Aos meus companheiros que ora aqui se reúnem, trazendo suas esposas, melhor consideração que podiam me oferecer neste momento de despedida, desejo reafirmar a minha amizade e externar minha gratidão pelo que de cooperação e estímulo me ofertaram durante a caminhada da vida profissional.

Desejo a todos a felicidade possível, a mesma que usufruí nesses 47 anos de vida militar.

Não posso deixar de fazer especial referência àqueles que comigo iniciaram a caminhada no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

O convívio fraternal, o qual caracterizou esse grupo de jovens companheiros, fez sentirmos, na oportunidade em que vamos concluindo nossas missões, mais carinhosamente unidos.

Esses poucos, que juntos percorreram todos os graus da hierarquia militar, jamais olvidarão a camaradagem, a cooperação, a afeição que consolidaram ao longo da vida.

Obrigado a Deus pelo quinhão da vida que me reservou, permitindo que o término da jornada fosse alcançado com o mesmo entusiasmo, a mesma crença e o mesmo amor ao Exército com que iniciei minha carreira militar.

No ano de 1945, o então capitão Ayrosa foi o primeiro oficial brasileiro agraciado com a medalha Silver Star, do Exército americano, por ter, mesmo ferido, continuado em combate. A referida condecoração foi entregue na praça principal da cidade de Alexandria, na Itália, pelo general Mark Clark, comandante do V Exército dos Estados Unidos ao qual a FEB estava subordinada. Logo a seguir recebeu a Cruz de Combate e a Ordem do Mérito Militar, no Grau de Cavaleiro.

ISBN 978-85-7011-535-5
978-85-7011-535-5

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Publicação 900
Coleção General Benício
Volume 502